

Áxsel Batistella de Oliveira, Cezar Felipe Cardozo Farias,
Fábio Pontarolo, Ironita Adenir Policarpo Machado,
Júlia Leite Gregory e Marcio Antônio Both da Silva
(Organizadores)

História do Mundo Rural: estudos coloniais, agricultura e questões fundiárias



ANPUH PR

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA
SEÇÃO PARANÁ

História do Mundo Rural:
estudos coloniais, agricultura e
questões fundiárias

Comissão Organizadora do Encontro dos Pós-Graduandos da História do Mundo Rural

GT

HISTÓRIA AGRÁRIA

ANPUH PR

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA
SEÇÃO PARANÁ

Coordenação do GT História Agrária – ANPUH/PR

Coordenador: Marcio Antônio Both da Silva (UNIOESTE)

Vice coordenador: Fábio Pontarolo (UFFS)

Secretário: Cezar Felipe Cardozo Farias (UNIOESTE)

GT

HISTÓRIA RURAL

ANPUH RS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA
SEÇÃO RIO GRANDE DO SUL

Coordenação do GT História Rural – ANPUH/RS

Coordenadora: Ironita Adenir Policarpo Machado (UPF)

Vice coordenadora: Júlia Leite Gregory (UNISINOS)

Secretário: Áxsel Batistella de Oliveira (UPF)

Comissão Científica do Encontro dos Pós-Graduandos da História do Mundo Rural

Alessandra Isabel de Carvalho (UEPG)

Anderson Freitas (UFGD)

Caroline Gonzaga (UFPR)

Éder da Silva Novak (UFGD)

Jayra Barros Medeiros (UFPI)

João Carlos Corso (UNICENTRO)

João Carlos Tedesco (UPF)

Liliane da Cosa Freitag (UNESPAR)

Luís Augusto Farinatti (UFSM)

Marcos Gerhardt (UPF)

Rodrigo Kummer (UTFPR)

Selma Martins Duarte (UNIOESTE)

ANPUH PR

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA
SEÇÃO PARANÁ

Diretoria da ANPUH/PR (2021-2022)

Diretora: Claudia Priori (UNESPAR)

Vice-Diretora: Ana Lúcia da Silva (UEM)

Secretário-Geral: Hélio Sochodolak (UNICENTRO)

Segunda-Secretária: Yonissa Marmitt Wadi (UNIOESTE)

Tesoureiro: José Roberto Braga Portella (UFPR)

Segundo-Tesoureiro: Edson Armando Silva (UEPG)

ANPUH RS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA
SEÇÃO RIO GRANDE DO SUL

Diretoria da ANPUH/RS (2020-2022)

Presidente: Luiz Alberto Grijó (UFRGS)

Vice-Presidente: Alba Cristina Couto dos Santos Salatino (IFRS- Restinga)

Primeira-Secretária: Rosane Marcia Neumann (FURG/PUC-RS)

Segundo-Secretário: Marcelo Vianna (IFRS-Osório/UNISINOS)

Primeira-Tesoureira: Marluce Dias Fagundes (UNISINOS)

Segundo-Tesoureiro: Douglas Souza Angeli (UFRGS)

Áxsel Batistella de Oliveira, Cezar Felipe Cardozo Farias,
Fábio Pontarolo, Ironita Adenir Policarpo Machado,
Júlia Leite Gregory e Marcio Antônio Both da Silva
(Organizadores)

História do Mundo Rural: estudos coloniais, agricultura e questões fundiárias

ANPUH PR

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA
SEÇÃO PARANÁ

2021

Copyright © 2021 para os organizadores Áxsel Batistella de Oliveira, Cezar Felipe Cardozo Farias, Fábio Pontarolo, Ironita Adenir Policarpo Machado, Júlia Leite Gregory e Marcio Antônio Both da Silva.

Todos os direitos reservados. Autorizada a reprodução, mesmo parcial, por qualquer processo mecânico, eletrônico, reprográfico etc., com a obrigação de citar a fonte.

EQUIPE TÉCNICA

Revisão textual e gramatical: Os autores

Normalização textual e de referências: Os autores

Projeto gráfico/diagramação: Os organizadores

Foto Capa: Folder de divulgação do Encontro dos Pós-Graduandos da História do Mundo Rural autoria de Higor Pereira.

Ficha catalográfica: CBL

Tamanho da obra: 21 x 29,7 cm

Fonte: Adobe Hebrew

Publicação online disponível no site: <https://www.pr.anpuh.org/>

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

H673 História do Mundo Rural: estudos coloniais, agricultura e questões fundiárias / organização de Áxsel Batistella de Oliveira, Cezar Felipe Cardozo Farias, Fábio Pontarolo, Ironita Adenir Policarpo Machado, Júlia Leite Gregory e Marcio Antônio Both da Silva. – Marechal Cândido Rondon, PR : ANPUH, 2021. 153 p. : il.

31.373 kb. PDF.

Inclui referências no final de cada capítulo

ISBN: 978-85-61646-06-6 (e-book)

1. História. 2. Mundo Rural 3. Pós-graduandos 4. Estudos coloniais 5. Agricultura 6. Questões fundiárias I. Áxsel Batistella de Oliveira (org.) II. Cezar Felipe Cardozo Farias (org.) III. Fábio Pontarolo (org.) IV. Ironita Adenir Policarpo Machado (org.) V. Júlia Leite Gregory (org.) VI. Marcio Antônio Both da Silva (org.) VII. Título.

CDD 23 ed. 981



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA
SEÇÃO PARANÁ

Sumário

Apresentação	07
Movimentos migratórios na formação territorial da Capitania de São Pedro do Rio Grande (Fronteira do Rio Pardo, c.1755-1790) Leandro Rosa de Oliveira	09
“Adiante rios de muita caça, mel e gavirobas”: indícios de florestas culturais no ambiente monçoeiro (séculos XVIII e XIX) João Carlos Candido Silva Libardi Santos	29
Comércio de cativos e o cativo na região de Passo Fundo/RS (1850-1888) Áxsel Batistella de Oliveira	49
Colonização e reforma agrária em terras do Ivinhema: a SOMECO S/A frente as ocupações da Gleba Santa Idalina (1961-1986) Rogério Ribeiro Antonio	69
A Revolução Verde e a modernização da agricultura em Soledade/RS: 1960 a 1990 Márcio Comin	85
Evolução agrícola X degradação ambiental Alesandro Luiz Serafini	107
Contribuições e limitações do Pronaf no Sul do Brasil Indaia Dias Lopes	117
Das salas de redação à pequena propriedade rural: o caso do imigrante alemão Martin Fischer Dirceu Adolfo Dirk	139

Apresentação

O mundo rural, a história agrária, as questões fundiárias e seus protagonistas estão no centro de pesquisas e de discussões acadêmicas dos grupos de trabalho, GT História Agrária da ANPUH/PR e do GT História Rural da ANPUH/RS. Do mesmo modo, a história da ocupação e da territorialização do sul do Brasil é elemento comum aos dois grupos. Assim, constituem os motivos e justificam a aproximação e a articulação entre eles, a qual tomou formato mais preciso desde 2020. A partir de então, entre as atividades propostas para o ano de 2021, destaca-se o grupo de estudos constituído pelos pesquisadores integrantes dos GTs, os quais se reúnem mensalmente para debater os resultados de suas pesquisas e, igualmente, o *Encontro dos Pós-Graduandos do da História do Mundo Rural* que ocorreu entre os dias 19 e 20 de maio e que deu origem a esse livro digital.

Convém explicitar que a realização de atividades articuladas em rede colaborativa, entre pesquisadores que somam seus esforços a uma análise mais completa e capaz de síntese, pode ser a opção mais produtiva, auxiliando no alcance de objetivos acadêmicos da produção de conhecimento, relevantes e significativos frente as demandas sociais. As redes de colaboração em pesquisa e intercâmbio de conhecimento acadêmico sempre existiram e foram importantes para o desenvolvimento científico. E, no atual momento, com a aceleração dos meios de comunicação, tais redes e a produção de conhecimento vem crescendo rapidamente. Por esse viés, estas colaborações promovem a flexibilização, reflexão e elaboração de conhecimentos necessários a um amplo e multifacetado contexto de desafios emergentes.

A temática que orientou o evento foi a “história do mundo rural”. Neste escopo, foram discutidos assuntos referentes à ocupação humana de espaços, a territorialização e desterritorialização, a colonização, a imigração, a ocupação e os encontros nas fronteiras, a história agrária e a história ambiental, a história da propriedade e do acesso à terra. Além disso, foram debatidas questões relacionadas as diferentes visões de mundo e de relação com o espaço, assim como as noções de pertencimento societários, institucionais e individuais, manejadas por diferentes grupos: indígenas, quilombolas, faxinais, comunidades tradicionais de fundo de pasto, povos ribeirinhos, movimentos sociais, etc.

Desse modo, o objetivo do encontro foi o de proporcionar um lugar de debate, contemplando os resultados finais ou parciais das pesquisas dos pós-graduandos. Agradecemos a todos e todas que participaram das atividades do Encontro de pós-graduandos que pesquisam temas relacionados à História do Mundo Rural, seja na condição de ouvintes/as ou de apresentadores/as de trabalhos, na expectativa que este foi o primeiro de muitos outros encontros.

Por fim, um agradecimento especial à diretoria da Associação Nacional de História – Seção Paraná (ANPUH/PR) pelo apoio na publicação deste e-book.

Boa leitura!

Outono/Inverno de 2021
Os organizadores

Movimentos migratórios na formação territorial da Capitania de São Pedro do Rio Grande (Fronteira do Rio Pardo, c.1755-1790)

Leandro Rosa de Oliveira

Introdução

O presente trabalho pretende analisar movimentos migratórios no processo de formação territorial da Capitania de São Pedro do Rio Grande, em um contexto de expansão das possessões lusas ao sul da América. Nesse sentido, tem por objetivo averiguar tais movimentos efetuados na Fronteira do Rio Pardo durante a segunda metade do século XVIII. Para tanto, consideramos o papel de ponto de partida que a localidade de Rio Pardo – base da Fronteira de mesmo nome – teve para uma nova etapa da mencionada expansão, rumo ao sul e ao oeste, algo já bastante aventado pela historiografia. Partindo das proposições de Antônio Carlos Robert Moraes e Sérgio Odilon Nadalin, pretendemos observar o papel de Rio Pardo enquanto “centro social de irradiação” dos movimentos migratórios e de formação territorial na Fronteira do Rio Pardo, movimentos os quais compreendemos enquanto retroalimentares. Para efetuar nossas análises, lançaremos mão do cruzamento de registros paroquiais efetuados entre 1755 e 1790 nas localidades de Rio Pardo e Encruzilhada do Sul entre si, e também com algumas listas da “Relação de Moradores que têm campos e animais no Continente”, datada de 1784. Com tais cruzamentos, baseados nas ocorrências nominais, pretendemos observar movimentos migratórios efetuados de Rio Pardo para outros locais, com o intuito de avaliar o já mencionado papel dessa localidade enquanto “centro social de irradiação”.

Contexto

A localidade de Rio Pardo surgiu a partir da fortificação de Jesus Maria José, edificada na confluência dos rios Jacuí e Pardo, construída no contexto do início da demarcação que seria levada a cabo em virtude do Tratado de Madri de 1750, e marcando assim um novo momento de expansão das possessões lusas ao sul da América. Tal expansão, a partir da qual

teve início a formação do atual Rio Grande do Sul, adquiriu mais força a partir da primeira metade do Setecentos, com a formação das localidades de Viamão e de Rio Grande¹ (OSÓRIO, 1990; CESAR, 1970). A partir de fins da década de 1750 e, principalmente, do início do decênio posterior, a fortificação estabelecida às margens do rio Pardo tornou-se um dos principais pontos de defesa das possessões lusas no extremo sul do continente americano, especialmente após a Guerra Guaranítica e o Tratado de El Pardo, o qual anulou o de Madri em 1761. Nesse período, o Rio Grande de São Pedro foi elevado à condição de capitania subalterna e, dessa forma, Rio Pardo passou a ser o principal ponto de defesa a oeste do território da capitania. Ao mesmo tempo, essa localidade tornou-se o principal núcleo de órbita populacional nessa área já na década de 1760, e a capela ali erigida rapidamente foi elevada à freguesia, sendo esse um novo momento de afirmação da presença lusa naquela área, e também do processo de formação territorial que era ali levado a cabo pelos mais diversos agentes vinculados à Coroa lusa. A partir disso, e mantendo seu papel defensivo, Rio Pardo tornou-se também um dos principais pontos de referência para a expansão das possessões lusas ao sul da América, tendo centralidade nesse papel a oeste da capitania de São Pedro do Rio Grande. Nesse sentido, foi principalmente a partir de Rio Pardo que se deu a expansão do território da capitania rumo ao sul e ao oeste nas décadas posteriores.

A partir do final da década de 1760, o território no qual a localidade de Rio Pardo estava inserida passou a ser denominado enquanto Fronteira do Rio Pardo, certamente por sua frontalidade com as possessões espanholas – ou ao menos com as pretensões de Castela – naquela área, mas também por sua posição limítrofe com relação às possessões lusas no continente americano e pela possibilidade de estar em dinâmicas de expansão territorial. A partir de 1769, esse território passou a estar sob o governo do Comandante da Fronteira do Rio Pardo, cargo de caráter principalmente militar subordinado diretamente ao governador da capitania. Já na década de 1770 esse território foi sendo expandido pelos mais diversos agentes vinculados à Coroa lusa, seja pela apropriação de terras ao sul do atual Jacuí, seja pelas ações militares – especialmente o posicionar de guardas – realizadas sob a ingerência do Comandante da Fronteira. Nesse contexto, as guardas desempenhavam importante papel na manutenção e defesa das possessões ibéricas ao sul do continente americano, servindo de

base para operações militares e também a funções estratégicas como, por exemplo, aquelas de cunho “policial”, como o “monitoramento” do contrabando, o balanceamento de forças nas áreas limítrofes e a criação de um fato jurídico relativo à posse territorial (CAMARGO, 2010). Conforme cremos, algumas delas também representavam importantes pontos de referência para as pessoas que migravam para aquelas áreas por onde o território estava sendo expandido. Nesse sentido, podiam também funcionar enquanto núcleos de órbita populacional similares às capelas e freguesias, os quais, guardadas as proporções, também atraíam a presença de migrantes. Afinal, muitas delas serviram como estímulo para a formação de povoações (CAMARGO, 2010). No contexto aqui analisado, duas localidades surgiram em função de guardas portuguesas postadas enquanto postos avançados da Fronteira do Rio Pardo: as atuais Cachoeira do Sul e Encruzilhada do Sul. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que serviram de suporte para a defesa do território da Fronteira do Rio Pardo, funcionaram também enquanto pontos de gravitação populacional para as pessoas que migravam, muitas das quais haviam anteriormente se estabelecido em Rio Pardo, principal localidade daquele território e base da Fronteira do Rio Pardo.

O entendimento da localidade de Rio Pardo enquanto base da Fronteira de mesmo nome e especialmente enquanto principal núcleo de órbita populacional dessa Fronteira possibilita a análise dos movimentos migratórios sob dois vieses: o primeiro é o de chegada a essa localidade, tendo em vista seu papel de centralidade na Fronteira do Rio Pardo durante o período aqui analisado; e o segundo, foco principal deste trabalho, é o de saída dessa localidade para outros núcleos de órbita populacional formados através da expansão territorial realizada a partir de Rio Pardo. Esse segundo foco se baseia nas proposições de Antônio Carlos Robert Moraes e Sérgio Odilon Nadalin, autores os quais, de maneira quase que simultânea e através de distintos vieses – o da geografia e o da história – propuseram a ideia de compreender certas localidades do contexto colonial da história do Brasil enquanto “centros sociais de irradiação”, a partir dos quais outros núcleos são formados através da expansão da população desses centros (NADALIN, 2003; MORAES, 2000). Nesse sentido, para o nosso trabalho consideramos Rio Pardo enquanto principal “centro social de irradiação” para a formação de localidades na Fronteira do Rio Pardo ao longo do século XVIII. Essa compreensão, embora não embasada pela ideia de “centro social de irradiação”,

é amplamente sugerida pela historiografia mais tradicional do Rio Grande do Sul (LAYTANO, 1979; FERREIRA FILHO, 1974), embora não embasada pela ideia de “centro social de irradiação”², e vem sendo revisitada mais recentemente, em trabalhos com recorte temporal no século XIX. Luís Augusto Farinatti, por exemplo, ao analisar deslocamentos populacionais ocorridos para Alegrete através da naturalidade dos genitores presentes nos registros de batismo efetuados naquela localidade entre 1816 e 1845, demonstrou o percentual majoritário relativo a pessoas naturais da região de Rio Pardo, o qual levou o autor a concluir que o movimento migratório em direção àquela localidade teria sido majoritariamente composto por indivíduos oriundos daquela região em virtude de sua localização ser limítrofe às áreas que recentemente haviam sido incorporadas às possessões lusitanas na América. Ressaltando o papel que Rio Pardo teria tido enquanto “importante entreposto na conquista da Fronteira”, Farinatti também sugeriu que suas colocações pudessem servir enquanto hipótese para estudos que tomassem os processos por ele citados como tema de pesquisa (FARINATTI, 2014). Posteriormente, em trabalho conjunto com Marcelo Matheus, efetuamos uma análise semelhante com os registros de batismo realizados em Bagé entre 1830 e 1860, através da qual observamos que a característica percebida por Farinatti para Alegrete se repetia na localidade analisada, para a qual a região de Rio Pardo também foi importante fornecedora de migrantes, embora com menos peso e com algumas distinções (MATHEUS; OLIVEIRA, 2014). E embora os resultados obtidos nesses estudos tenham inspirado e norteado nossas pesquisas, faz-se necessário ressaltar que tais estudos basearam-se unicamente nas naturalidades dos genitores que batizaram seus filhos nesses locais, sem que tenham sido feitos cruzamentos dos dados desses locais com outros referentes às localidades da região de Rio Pardo³. Tendo isso em vista, o objetivo central deste trabalho é verificar o papel de Rio Pardo enquanto “centro social de irradiação” para a expansão do território da Fronteira do Rio Pardo já durante o século XVIII, em um momento anterior ao surgimento das localidades analisadas nos trabalhos mencionados. Buscamos fazer isso através da análise de movimentos migratórios efetuados a partir de Rio Pardo para outros núcleos mais próximos a ela, surgidos através da referida expansão na segunda metade desse mesmo século e, para tanto, utilizaremos não só os dados obtidos através das naturalidades dos genitores, mas principalmente o cruzamento

nominal das informações recolhidas para cada uma das localidades englobadas em nosso trabalho.

Metodologia

Em virtude da inexistência – até onde se sabe – de fontes que forneçam informações diretas sobre movimentos migratórios ocorridos durante os períodos colonial e imperial da história do Brasil, grandes dificuldades se colocam para o estudo desses processos (MARCÍLIO, 1990). Com o intuito de superar tais dificuldades, lançamos mão dos registros paroquiais de batismo como principais fontes para as análises propostas em nossos trabalhos, os quais vem sendo utilizados para análises desse tipo na historiografia recente (FARINATTI, 2014; MATHEUS; OLIVEIRA, 2014⁴). Inspirados em métodos aplicados nesses trabalhos e também no Método de Reconstituição de Famílias (HENRY, 1977), utilizado para análises de demografia histórica, elaboramos uma metodologia que possibilita não apenas a visualização dos movimentos migratórios de chegada a uma determinada localidade, como também dos seus ritmos distintos ao longo do tempo. Essa metodologia, a qual denominamos *depuração* dos registros de batismo⁵, baseia-se na análise comparativa dos nomes dos pais ou mães das crianças batizadas na localidade escolhida, e caracteriza-se pela aplicabilidade voltada especificamente para assentos batismais, servindo, portanto, para estudos que utilizem apenas essas fontes, seja por disponibilidade ou mesmo por opção. Seu princípio básico é a identificação e contabilização de registros referentes aos mesmos pais e mães que levaram seus filhos à pia batismal em uma mesma localidade. Para tanto, efetua-se primeiramente uma categorização de todos os batismos, com base em critérios pré-estabelecidos⁶. A partir disso, os registros selecionados para análise de movimentos migratórios passam a compor a categoria denominada “Diversas Origens”. Desses registros, separamos a primeira ocorrência de cada um dos genitores em uma determinada localidade – a qual denominamos “Primeira Entrada” – das seguintes – as quais chamamos “Recorrências”. Através da análise do conjunto dessas “Primeiras Entradas” torna-se possível observar os movimentos migratórios de chegada à localidade analisada de maneira mais verossímil, sem deixar de se considerar, por óbvio, as limitações inerentes à fonte utilizada. Por sua vez, a análise das “Recorrências” serve também para a visualização da presença de

um mesmo indivíduo no local analisado ao longo do tempo, podendo ser compreendida como indício de enraizamento dessas pessoas na localidade em questão. A contabilização das “Recorrências”, quando analisada em relação às “Primeiras Entradas”, permite a comparação dos totais encontrados para essas duas situações e, dessa forma, a observação de conjunturas de maior ou menor movimento migratório de chegada em um mesmo local.

Ao mesmo tempo, e através da utilização de registros batismais de mais de uma localidade, também podem ser verificados movimentos migratórios ocorridos entre esses lugares. Partimos do princípio de que os registros batismais, quando efetuados de maneira reiterada em uma determinada localidade, permitem observar que os genitores encontram-se gravitando esse núcleo de órbita populacional de maneira fixa. Nesse sentido, compreendemos enquanto migração a mudança de núcleo de órbita populacional efetuada pelos genitores, observável tanto por suas naturalidades quanto pela visualização dos mesmos genitores em diferentes localidades através do batismo dos seus filhos. Dessa forma, tais movimentos tornam-se observáveis a partir do cruzamento das “Primeiras Entradas” obtidas na análise dos assentos de batismo de cada localidade.

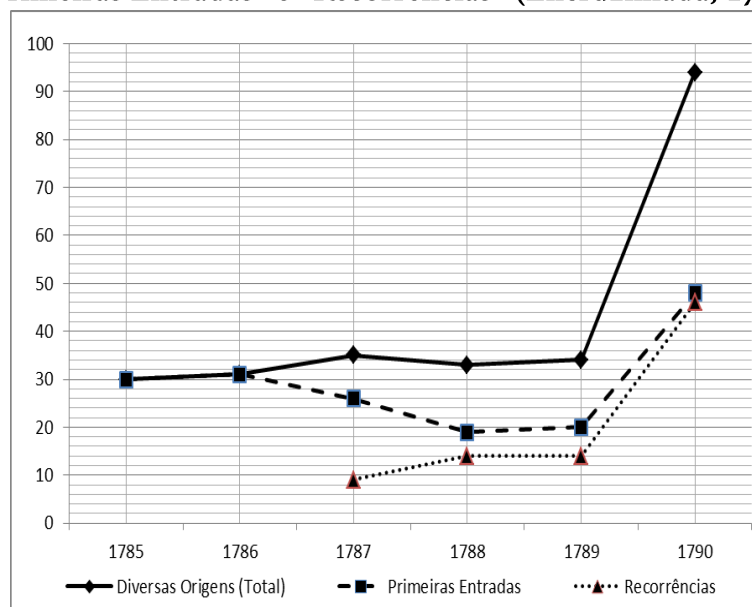
Tendo isso em vista, para este trabalho utilizamos como fontes principais os registros batismais efetuados em Rio Pardo entre 1775 e 1785, e em Encruzilhada do Sul entre 1785 e 1790⁷. Para tanto, efetuaremos os seguintes procedimentos: após a aplicação da metodologia da *depuração* dos registros de batismo dessas duas localidades, efetuaremos o cruzamento das “Primeiras Entradas” de ambas em um primeiro momento; em seguida, cruzaremos essas mesmas “Primeiras Entradas” com algumas listas nominais da “Relação de moradores que tem campos e animais no Continente”. É através desses dois procedimentos que objetivamos demonstrar aqui o que estamos postulando no que diz respeito ao já mencionado papel de Rio Pardo no processo de expansão territorial na Fronteira do Rio Pardo.

Cruzamento dos registros de batismo

Neste primeiro momento de análise dos dados obtidos, efetuaremos apenas o cruzamento entre os registros de batismo das localidades de Rio Pardo e Encruzilhada, com o objetivo de observar o papel da primeira enquanto “centro social de irradiação” para a última. Após aplicarmos a *depuração* dos registros de batismo aos mencionados registros,

inicialmente apresentaremos alguns dados obtidos com a aplicação desses procedimentos para a localidade de Encruzilhada⁸. Dos 161 assentos efetuados na capela de Santa Bárbara da Encruzilhada entre 1785 e 1790, 130 foram classificados na categoria “Diversas Origens”. Desses 88 registros foram classificados enquanto “Primeiras Entradas”, enquanto que 42 o foram enquanto “Recorrências”. Como não houve casos de recasamento de algum dos cônjuges, nenhum registro foi classificado de maneira mista⁹. As “Primeiras Entradas” corresponderam a 86 pais e 88 mães, em virtude de dois casos de pai incógnito, e estão distribuídas temporalmente no gráfico abaixo:

Gráfico 1 – Variação temporal dos batismos do conjunto “Diversas Origens” divididos entre “Primeiras Entradas” e “Recorrências” (Encruzilhada, 1785-1790)



Como se pode perceber, há uma concomitância entre as linhas que representam a categoria “Diversas Origens” e as “Primeiras Entradas” nos dois primeiros anos, como não poderia deixar de ser, em virtude de essas se tratarem das primeiras pessoas que batizaram seus filhos na localidade analisada. Nesse sentido, a partir de 1787 começamos a observar as primeiras “Recorrências”, o que indica o enraizamento dessas pessoas na órbita da capela de Encruzilhada. De maneira concomitante, o fluxo de “Primeiras Entradas” continua, demonstrando que novos genitores passaram a orbitar a referida capela. Tanto o é que o aumento dos registros em 1790 é causado não apenas pelo enraizamento da população na órbita da capela de Encruzilhada, como também por um outro contingente de genitores que

tiveram sua “Primeira Entrada” registrada nesse ano, o que aponta para um contínuo e crescente movimento migratório, conforme cremos. Essa hipótese é reforçada pelo fato de ainda não haverem genitores nascidos em Encruzilhada, algo óbvio, dado o incipiente início da povoação, mas que se faz necessário destacar.

As naturalidades observadas nesses genitores também compõem um índice que aponta para os movimentos migratórios, tal qual postulam alguns dos trabalhos aos quais já nos referimos (FARINATTI, 2014; MATHEUS; OLIVEIRA, 2014). Para os pais, o perfil é formado predominantemente por pessoas nascidas nas possessões lusas na América, seguido de longe por ilhéus, e ainda mais de longe por indivíduos nascidos na Europa. As mães, por sua vez, são esmagadoramente nascidas nas referidas possessões, havendo ainda um pequeno percentual de nascidas nos Açores. Destacamos que 14 (16,2%) dos pais e 32 (36,3%) das mães nasceram em Rio Pardo, e que não houve genitores nascidos em Cachoeira. Tais dados já apontam para o papel de Rio Pardo enquanto “centro social de irradiação” para a formação de Encruzilhada. Esses seriam, portanto, os resultados que obteríamos apenas com a análise das naturalidades dos genitores.

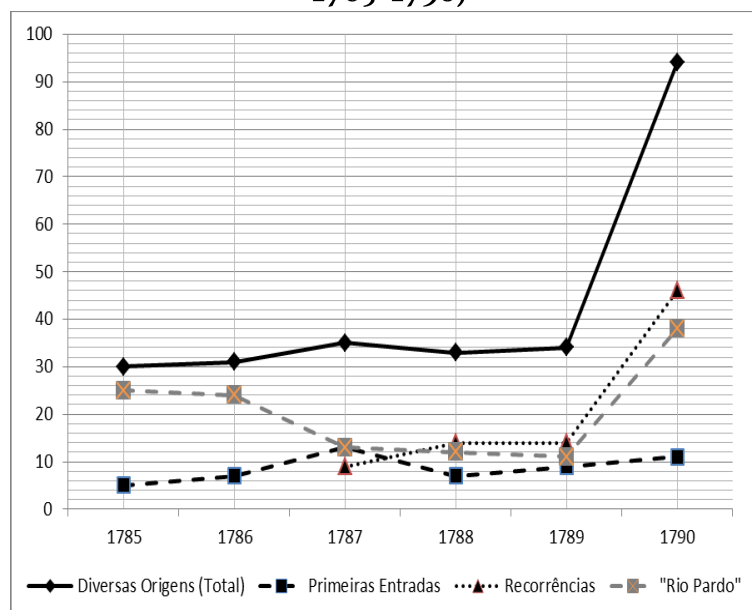
Nesse sentido, passemos aos resultados obtidos através do cruzamento entre esses assentos e os batismos efetuados na então Matriz de Nossa Senhora do Rosário do Rio Pardo. Dos 86 pais, 49 (56,9%) também batizaram seus filhos em Rio Pardo, sendo que 5 nasceram naquela localidade. Dos 37 restantes, 9 nasceram em Rio Pardo, o que nos dá um total de 58 pais (67,4%) com passagem por Rio Pardo em seu movimento migratório até Encruzilhada, ou com origem naquela localidade. Com os 28 restantes, efetuamos novo cruzamento, dessa vez tendo como base os nomes dos avós dos batizando, o qual nos apontou que 8 desses pais tiveram tios e avós dos seus filhos batizando em Rio Pardo, algo que também pode estar apontando para uma conexão com aquela localidade e para a passagem por ela, tendo em vista o peso das relações familiares para o contexto aqui analisado. Com isso, chegamos a um total de 66 (76,7%) pais presentes na órbita da capela de Encruzilhada não apenas com origem em Rio Pardo, mas principalmente com passagem por essa localidade ou com vínculos familiares diretos nela presentes.

No que diz respeito às mães, 50 (56,8%) das 88 também batizaram suas crianças em Rio Pardo, dentre as quais 18 são naturais dessa localidade. Das 38 restantes, 14 nasceram

em Rio Pardo, o que nos dá um total de 64 (72,7%). Às 24 restantes aplicamos o mesmo cruzamento a partir dos avós, com o qual observamos que 7 delas tiveram tios e avós de seus filhos batizando em Rio Pardo, o que nos dá um total de 71 (80,6%) de mães com passagem por Rio Pardo, com origem ou com vínculo familiar nessa localidade. Somados os dados de pais e mães, obtemos os seguintes percentuais gerais: 56,9% dos genitores presentes na órbita da capela de Encruzilhada estiveram presentes anteriormente em Rio Pardo; 70,1% batizou seus filhos ou nasceu em Rio Pardo; e 78,7% nasceu em Rio Pardo, batizou seus filhos lá ou apresentou vínculos familiares diretos com pessoas que também batizaram crianças naquela localidade. Conforme cremos, esses percentuais evidenciam o papel de Rio Pardo como “centro social de irradiação” para a localidade de Encruzilhada. Ao mesmo tempo, e somado aos resultados observados para as localidades de Alegrete e Bagé no contexto do século XIX através dos trabalhos anteriormente referidos (FARINATTI, 2014; MATHEUS; OLIVEIRA, 2014), entendemos que tais percentuais não apenas reforçam a hipótese sugerida por Luís Augusto Farinatti sobre a região de Rio Pardo, como também nos permitem sugerir que Rio Pardo teve o mesmo papel de “centro social de irradiação” aqui visualizado para outras localidades surgidas através da expansão do território da Fronteira do Rio Pardo rumo ao sul e ao oeste durante o século XVIII. É esse papel – o qual se perpetuou ao menos durante as primeiras décadas do Oitocentos – que pretendemos aferir através da continuidade dos nossos trabalhos – e também através da experimentação com outra fonte, a qual constitui a próxima parte deste trabalho.

Para além disso, consideramos interessante avaliar o impacto que as migrações oriundas da localidade de Rio Pardo tiveram na composição populacional observada através dos batismos da capela de Encruzilhada ao longo do tempo. Para tanto, elaboramos o gráfico abaixo, no qual distinguimos as “Primeiras Entradas” dos genitores que tiveram origem ou passagem por Rio Pardo – cujos casos sintetizamos na categoria denominada “Rio Pardo” – daquelas as quais não apresentaram essas características.

Gráfico 2 – Variação temporal dos batismos do conjunto “Diversas Origens” divididos entre “Primeiras Entradas”, “Recorrências” e a categoria “Rio Pardo” (Encruzilhada, 1785-1790)



Como se pode perceber, o número majoritário de pessoas com passagem por Rio Pardo ganha destaque em alguns momentos, enquanto que as “Primeiras Entradas” referentes aos casos sem origem em Rio Pardo ou sem passagem detectada por aquela localidade possuem um fluxo contínuo no breve recorte analisado. Como sabemos que se tratam de migrantes em virtude de suas naturalidades, consideramos que essas pessoas possam ter chegado à Encruzilhada sem necessariamente terem se fixado em Rio Pardo por algum tempo, algo plenamente plausível, uma vez que entender essa localidade enquanto “centro social de irradiação” para a formação de outros núcleos de órbita populacional não implica em uma obrigatoriedade da passagem por Rio Pardo para um posterior estabelecimento nesses outros núcleos. Ao mesmo tempo, não podemos descartar também que essas pessoas tenham se estabelecido temporariamente em Rio Pardo antes de moverem-se para a órbita da capela de Encruzilhada. Afinal, tendo em vista a fonte aqui utilizada, faz-se necessário um nascimento e o batismo do recém-nascido para que a gravitação em um núcleo de órbita populacional seja detectada. Nesse sentido, tais casos podem corresponder a pessoas que eram solteiras enquanto viviam em Rio Pardo, ou mesmo casadas que não tiveram filhos durante o período em que orbitaram aquela localidade. Além disso, cabe destacar que a questão do sub-registro deve ser sempre levada em conta quando se trabalha

com assentos de batismo, e também não podemos deixar de considerar que há uma lacuna nos batismos de Rio Pardo entre janeiro de 1763 e novembro de 1774. Nesse sentido, é também possível que alguns desses casos correspondam a genitores que batizaram crianças em Rio Pardo nesse intervalo de mais de 10 anos, embora consideremos que tal possibilidade seja um tanto remota nesses casos, haja vista o outro intervalo de aproximadamente 10 anos entre a retomada dos assentos de Rio Pardo e o início dos batismos em Encruzilhada. Posto isso, cabem ainda análises mais aprofundadas sobre esses casos, os quais apenas sinalizamos por ora, em virtude do objetivo central deste trabalho. Sobre isso, e retornando às pessoas com passagem ou origem em Rio Pardo, destacamos que elas impactaram principalmente dois momentos: o de início dos batismos e, porque não dizer, de início da formação da capela de Encruzilhada enquanto núcleo de órbita populacional, e o último momento observado, no qual há um significativo aumento dos registros, puxado principalmente pelos genitores oriundos de Rio Pardo. Este último aponta para a continuidade de Rio Pardo enquanto “centro social de irradiação” para a capela de Encruzilhada, o que também nos permite inferir o papel exercido por aquela localidade na formação de outros núcleos de órbita populacional posteriores à Encruzilhada, na esteira da expansão do território da Fronteira do Rio Pardo. Tendo em vista os resultados já observados, e com o intuito de testar a hipótese de maneira um pouco mais ampla e através de um outro tipo de fonte, passemos ao próximo momento deste trabalho.

Cruzamento dos registros de batismo com a “Relação de moradores”

A “Relação de moradores que tem campos e animais no Continente”¹⁰ – a qual doravante trataremos apenas por “Relação” – foi elaborada a partir de ordens emitidas pelo Vice-rei do Brasil no início de 1784, com o objetivo de avaliar a distribuição de terras na capitania de São Pedro do Rio Grande (OSÓRIO, 2007). Cada uma das listas da “Relação” diz respeito a uma localidade ou distrito então existente na capitania e, nesse sentido, elas nos fornecem os nomes daquelas pessoas que tiveram acesso a terras nessas áreas. Para este trabalho, analisaremos as listas de Encruzilhada, Cachoeira e Rio Pardo. Esta, junto com as de Triunfo e Rio Grande, servirá também para estabelecer um parâmetro comparativo,

enquanto que as primeiras serão utilizadas para a observação do papel de Rio Pardo enquanto “centro social de irradiação”.

Para a realização destes cruzamentos, foi necessário efetuar alguns procedimentos metodológicos com as listas da “Relação”, com o intuito de elaborar uma amostragem a partir dos dados nominais nelas presentes. O primeiro passo foi excluir os nomes que se repetiram em uma mesma localidade. Também foram excluídos alguns casos nos quais os listados eram padres, e mesmo um registro no qual as terras pertenciam a uma irmandade. Feito isso, demos atenção às mulheres presentes na “Relação”: nos casos em que constava o nome do cônjuge (mesmo que falecido), substituímos este pelo nome da esposa; os casos em que constava apenas o nome feminino, por sua vez, foram excluídos. Este último procedimento se deve a uma maior dificuldade em identificar mulheres nominalmente com mais precisão no contexto analisado, o que nos levou a optar apenas pelos nomes masculinos, os quais serão cruzados apenas com os genitores presentes em Rio Pardo. Desses procedimentos, portanto, restou uma amostragem final para cada uma das localidades utilizadas para os cruzamentos: Rio Pardo, Cachoeira do Sul, Encruzilhada do Sul, Triunfo e Rio Grande. Partindo do princípio de que a principal expansão a partir de Rio Pardo se deu em direção a sul e a oeste, optamos por essas duas últimas localidades, a primeira mais próxima, a leste de Rio Pardo, e a última a sudeste e mais distante, localizada no outro extremo da capitania, sendo que nenhuma delas surgiu em virtude dessa expansão em específico, ao contrário de Cachoeira e Encruzilhada. Dessa forma, tais dados nos fornecerão um parâmetro comparativo. Por sua vez, os dados de Rio Pardo também servirão para estabelecer um parâmetro-base para comparação. Nesse sentido, iniciamos a análise dos cruzamentos através dos dados da “Relação” dessa localidade.

Dos 124 nomes da amostragem de Rio Pardo, 74 foram identificados nos registros de batismo dessa mesma localidade, o que nos dá um percentual de 59,7% de correspondência entre os dados obtidos nessas duas fontes. É importante destacar que 18 casos (14,5%) não puderam ser identificados com mais segurança em virtude de homônimos. Nesse sentido, ao menos 32 casos (25,8%) não foram localizados através do cruzamento com os batismos. Em um primeiro momento, consideramos que aí estejam moradores não detectados através dos assentos de batismo – muito provavelmente migrantes, embora também possam ser naturais

de Rio Pardo. Nesse sentido, tais casos podem corresponder a solteiros ou a pessoas que, mesmo sendo casadas, não tiveram filhos após se estabelecerem em Rio Pardo – ou mesmo após seu matrimônio, caso esse tenha ocorrido nessa localidade. Afinal, não podemos esquecer que a detecção da presença dos genitores na órbita de uma localidade através dos assentos batismais depende de um nascimento e do subsequente registro do batismo do recém-nascido, conforme já afirmamos. Além disso, há a questão do sub-registro e, especificamente para Rio Pardo, a já mencionada lacuna de mais de 10 anos nos assentos batismais dessa localidade. Nesse sentido, é bastante possível que alguns dos relacionados tenham batizado suas crianças em Rio Pardo nesse intervalo de mais de 10 anos, e o fato de que 23 dos 74 localizados nos batismos tiveram sua “Primeira Entrada” registrada antes de 1763 reforça esse ponto. Todas essas possibilidades, entretanto, consideram que a totalidade dos moradores relacionados efetivamente residia nas localidades ou distritos onde foram contabilizados, algo que nem sempre se confirmou, como veremos adiante para outras localidades. Nesse sentido, aqui devemos destacar também a possibilidade de que alguns desses relacionados não foram localizados nos assentos de Rio Pardo porque efetivamente não residiam nessa localidade, mesmo que os dados da “Relação” não nos permitam confirmar isso. De qualquer forma, é importante observar que em torno de 25% dos relacionados para Rio Pardo não puderam ser localizados através dos registros de batismo dessa localidade, enquanto o percentual de correspondência entre as duas fontes ficou na faixa dos 59%. Fica assim estabelecido um parâmetro percentual para comparação com os resultados obtidos com os dados de outras localidades.

Passemos aos dados obtidos através do cruzamento com a “Relação” de Cachoeira. De início, cabe destacar que 26 dos 123 moradores da amostragem dessa localidade se declararam como “moradores em Rio Pardo”, então aqui destacamos um certo absenteísmo, por mais que essas duas localidades sejam bastante próximas uma da outra. Desses 26, 16 foram localizados nos batismos de Rio Pardo, totalizando 61,5% de correspondência. E por mais que estejamos falando de uma quantia mais reduzida, é interessante observar que esse percentual é bastante próximo daquele obtido no cruzamento entre os mesmos batismos e a “Relação” de Rio Pardo, algo que pode estar corroborando o parâmetro obtido através desse cruzamento. A questão do absenteísmo é reforçada por outros 10 casos, nos quais os

relacionados são descritos como moradores de outras localidades ou distritos¹¹. E embora alguns residissem em localidades ou distritos próximos como Taquari ou Encruzilhada, destacamos que alguns desses eram moradores em outros locais mais distantes, como Porto Alegre e Rio Grande, por exemplo. É igualmente interessante observar que 4 desses últimos foram localizados nos batismos de Rio Pardo, inclusive um residente em Porto Alegre e outro em Rio Grande, o que evidencia um novo momento de migração efetuado por esses indivíduos para fora da Fronteira do Rio Pardo após um tempo de permanência nesse território, tempo no qual orbitaram a matriz de Rio Pardo e tiveram a possibilidade de acessar o domínio de terras, como fica evidenciado pelos assentos de batismo de seus rebentos e pela presença na “Relação”.

Dos 87 restantes para Cachoeira, 27 batizaram crianças em Rio Pardo, totalizando 31,1% de correspondência entre as duas fontes. Trata-se de um percentual interessante, o qual, somado com aqueles que ainda moravam em Rio Pardo, demonstra que 43,2% dos relacionados em Cachoeira orbitaram a localidade de Rio Pardo em algum momento de suas vidas, ou ainda viviam lá quando a “Relação” foi elaborada. Embora não seja majoritário, consideramos esse percentual interessante, pois nos mostra uma parcela considerável dos relacionados em Cachoeira nessas circunstâncias. Dentre os 87 que não residiam em Rio Pardo ou em outros locais, 46 não foram localizados, o que nos dá um percentual de 52,8% desse grupo, e de 37,4% para o total da amostragem. Houve ainda 14 casos de homônimos, os quais constituem 16,1% desse último grupo, e 11,3% do total da amostragem de Cachoeira.

Para Encruzilhada, tais casos constituem apenas 6,2% da amostragem, sendo 4 dentre um total de 64 indivíduos presentes na “Relação”. Desses 64, apenas um (1,5%) foi descrito enquanto morador em Porto Alegre, o que também nos traz a questão do absenteísmo. E embora aparentemente tenhamos bem menos casos do que o encontrado para Cachoeira, devemos considerar também que talvez o elaborador da “Relação” para o distrito da Encruzilhada não tenha sido tão criterioso na elaboração da listagem ou na obtenção de informações – possibilidade certamente extensível para Rio Pardo. Dos 63 restantes, 35 foram localizados nos batismos de Rio Pardo, o que nos dá 54,7% de correspondência entre as duas fontes. É um percentual bastante interessante, pois demonstra que a maior parte dos relacionados orbitou Rio Pardo antes de se estabelecer em Encruzilhada. Além disso, o

percentual de correspondência obtido é próximo àquele que anteriormente estabelecemos enquanto parâmetro. Por certo devemos considerar o fato de que registros de batismo apenas começaram a ser efetuados de maneira regular em Encruzilhada em 1785, um ano após a elaboração da “Relação”. E mesmo quando começaram a ser realizados nessa localidade, tais registros foram assentados nos livros de Rio Pardo até 1790. Nesse sentido, muitos dos moradores que habitavam no distrito da Encruzilhada quando da elaboração da “Relação” certamente procuravam a matriz de Rio Pardo para batizar seus filhos, mantendo-se, dessa forma, na órbita daquele núcleo populacional. E como nos aponta o cruzamento dos batismos dessas duas localidades, os habitantes do distrito de Encruzilhada muito provavelmente passaram a orbitar a capela de Santa Bárbara a partir de 1785, tendo assim deixado de orbitar Rio Pardo para compor a formação dessa nova localidade, caso efetivamente o tenham feito. Por outro lado, devemos destacar que 37,6% da amostragem para Encruzilhada não foi localizada nos batismos de Rio Pardo.

Tendo em vista os resultados obtidos para Encruzilhada e Cachoeira, resta-nos fazer algumas observações gerais. Primeiramente, destacamos os percentuais de relacionados que não foram localizados nos registros de batismo de Rio Pardo, os quais correspondem a aproximadamente 37% da amostragem dessas duas localidades. Por um lado, podemos considerar que eles correspondam a migrantes que passaram por Rio Pardo ou que lá nasceram, mas que não batizaram filhos lá – tendo também em conta a questão do sub-registro, conforme já mencionamos. Igualmente, devemos considerar que algumas dessas pessoas tenham migrado diretamente para essas localidades, uma possibilidade plenamente viável e que não diminui o fato de que uma quantidade significativa de moradores relacionados em Encruzilhada e Cachoeira orbitou Rio Pardo em algum momento de suas vidas. Nesse sentido, esses percentuais podem estar nos mostrando outros moradores e/ou migrantes não detectados através dos registros de batismo – ao menos daqueles de Rio Pardo, e aqui nos embasamos também nos 25% não localizados para esse núcleo e no exemplo desse caso, embora entendamos que tal aferição só possa ser efetuada através do cruzamento da “Relação” e dos assentos batismais de um mesmo local. Por outro lado, e tendo em vista os casos de relacionados que não eram moradores nas localidades em que foram listados, devemos ter em conta a questão do absentismo, ainda mais considerando que nas áreas de

ocupação mais próxima à elaboração da “Relação” ocorreram casos de rápido repasse através da venda das terras recém-ocupadas (OSÓRIO, 2007). Nesse sentido, é possível que alguns desses “moradores” não necessariamente residissem nessas duas localidades, tratando-se de apenas de ocupantes dos terrenos recém-apropriados e, sendo assim, talvez não tenham efetivamente residido em qualquer localidade da Fronteira do Rio Pardo durante suas vidas, algo que talvez também explique o porquê de não terem sido localizados no principal núcleo de órbita populacional desse território à época. E embora não tenhamos como confirmar ou descartar isso, cremos que seja pertinente ter essa possibilidade em vista. Em virtude disso, consideramos interessante observar certo cuidado ao utilizar os dados da “Relação” como indicadores de residência fixa – logo, e por extensão, como índices de migração de uma localidade para outra. Destacamos, entretanto, que esse cuidado não diminui o valor que essa fonte possui como indício para verificarmos esses fatores, tal qual entendemos ter aqui demonstrado.

Por fim, cabe dar ênfase aos percentuais de correspondência obtidos para Cachoeira (43,2%) e Encruzilhada (54,7%), os quais em maior ou menor grau se aproximam daquele percebido para Rio Pardo (59,7%). Conforme cremos, esses percentuais corroboram o papel dessa última localidade enquanto “centro social de irradiação” já observado para Encruzilhada através do cruzamento descrito no apartado anterior deste trabalho. Para fins de comparação com o parâmetro estabelecido e com os percentuais obtidos, efetuamos também o cruzamento dos batismos de Rio Pardo com os dados da “Relação” para Rio Grande e Triunfo: para esta, mais próxima à Rio Pardo, obtivemos um percentual de correspondência de 2,6%, com 3 casos dentre 112 da amostragem; já para a primeira, localizada em outro extremo da capitania, a correspondência foi ainda menor, com apenas 1 caso entre 115, ou 0,8%. Cremos que tais percentuais demonstram que aquelas pessoas que orbitaram Rio Pardo podiam procurar outros destinos na capitania em que optassem pela migração, como efetivamente observamos através da análise da “Relação”, mesmo que essa possibilidade talvez fosse bem mais remota. Ao mesmo tempo, e em que comparemos os percentuais obtidos e o parâmetro estabelecido, cremos que fica assim reforçada a hipótese do papel de Rio Pardo como “centro social de irradiação” para a formação de novas localidades na Fronteira do Rio Pardo e, igualmente, para a apropriação de terras nesse

território, tendo em vista que a “Relação” nos mostra as pessoas que tiveram acesso a terras em cada localidade e distrito da capitania.

Conclusões

Como vimos, boa parte das pessoas que orbitaram Rio Pardo participaram da apropriação de terras e da formação de novas localidades na expansão da Fronteira do Rio Pardo, como foi possível observar através do cruzamento dos batismos daquela localidade com os batismos de Encruzilhada, e mesmo com as listas da “Relação”. O cruzamento dos assentos batismais com esta fonte, inclusive, nos permitiu visualizar algumas das pessoas que orbitaram Rio Pardo em certo momento de suas vidas como partícipes do processo de expansão e formação territorial na Fronteira do Rio Pardo. Por sua vez, o cruzamento dos registros de batismo de Encruzilhada e Rio Pardo possibilitou a visualização da mudança do núcleo de órbita populacional desta para aquela localidade em um percentual significativo dos genitores que estavam orbitando a capela de Santa Bárbara da Encruzilhada entre 1785 e 1790.

Conforme cremos, ao permitirem a observação de movimentos migratórios efetuados a partir de Rio Pardo, os resultados obtidos demonstram o papel dessa localidade enquanto “centro social de irradiação” para o contexto analisado, e também para os processos de expansão territorial da capitania de São Pedro do Rio Grande no contexto aqui analisado, observado através do território da Fronteira do Rio Pardo. Através dos cruzamentos entre distintas fontes, esperamos ter evidenciado o caráter de retroalimentação que os movimentos migratórios e os processos de expansão e formação territorial possuíam durante o século XVIII. Com a continuidade dos nossos trabalhos, esperamos aprofundar nossas pesquisas nesse sentido e complexificar os resultados aqui apresentados, estendendo o alcance de nossos trabalhos a outras localidades surgidas no processo de expansão da Fronteira do Rio Pardo e, por extensão, da capitania de São Pedro do Rio Grande e das possessões lusas na América.

Referências

CAMARGO, Fernando. Guardas militares ibéricas na fronteira platina. In: POSSAMAI, Paulo César (Org.). *Gente de Guerra e Fronteira: Estudos de História Militar do Rio Grande do Sul*. Pelotas: Editora da UFPel, 2010.

CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul*. Período Colonial. Porto Alegre: Globo, 1970.

FARINATTI, Luís Augusto. Gente de todo lado: deslocamentos populacionais, registros de batismo e reordenação social na fronteira meridional (Alegrete, 1816-1844). In: SCOTT, Ana Sílvia et al. (Orgs). *História da Família no Brasil Meridional: temas e perspectivas*. São Leopoldo: Oikos/Editora Unisinos, 2014.

FERREIRA FILHO, Arthur. *História Geral do Rio Grande do Sul (1503-1974)*. Porto Alegre: Editora Globo, 1974.

HENRY, Louis. *Técnicas de análise em demografia histórica*. Curitiba: UFPR, 1977.

LAYTANO, Dante de. *Guia histórico de Rio Pardo*. Prefeitura Municipal de Rio Pardo, 1979.

MARCÍLIO, Maria Luíza. Migrações no Brasil Colonial: uma proposta de classificação. *LPH - Revista de História*, Mariana, v. 1, n. 1, p. 36-45, 1990.

_____; OLIVEIRA, Leandro Rosa de. Das migrações para a fronteira (Bagé, c.1830-c.1860). In: *Anais do XII Encontro Estadual de História: História, Verdade e Ética*. Porto Alegre: ANPUH-RS, 2014.

MORAES, Antônio Carlos Robert. *Bases da formação territorial do Brasil*. O território colonial brasileiro no “longo” século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000.

NADALIN, Sérgio Odilon. A população no passado colonial brasileiro: mobilidade versus estabilidade. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 222-275, 2003.

OLIVEIRA, Leandro Rosa de. Registros de batismo e o estudo das migrações: metodologia, análise de fluxos migratórios e trajetórias familiares de migração no processo de ocupação lusitana do atual Rio Grande do Sul. In: *Anais do VII Encontro Internacional de História Colonial*. Mossoró: EDUERN, 2018.

OSÓRIO, Helen. *Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino*. 1990. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, Porto Alegre, 1990.

_____. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

¹ Nesse movimento de expansão devemos considerar também o estabelecimento da Colônia do Sacramento, localidade a qual posteriormente passou a fazer parte das possessões espanholas na América, vindo a pertencer ao atual Uruguai.

² Ferreira Filho (1974, p. 49) chega a afirmar que Rio Pardo tornou-se “centro irradiador da expansão lusa para a campanha”, algo consideravelmente próximo das proposições por nós utilizadas.

³ Nos trabalhos citados, a região de Rio Pardo corresponde às localidades de Rio Pardo, Cachoeira, Caçapava e Encruzilhada.

⁴ Destacamos que Marcelo Matheus deu continuidade a esse trabalho em sua tese, enquanto nós também o fizemos em nossa dissertação. Esses dois trabalhos foram defendidos em 2016.

⁵ Para um detalhamento da metodologia e sua aplicação, e também para uma descrição analítica dos trabalhos e dos métodos que a inspiraram, ver OLIVEIRA, 2018.

⁶ Também detalhados em OLIVEIRA, 2018.

⁷ Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (doravante ACMPOA). Registros de Batismo da Igreja de Rio Pardo. Livros 1A (1755-1761), 1B (1761-1763), 4 (1774-1783), 5 (1783-1789) e 6 (1790-1800). Nesses dois últimos encontram-se os batismos da capela de Santa Bárbara da Encruzilhada. Além disso, foram utilizados de maneira complementar: Registros de Batismo de Índios de Rio Pardo e depois Gravataí. Livro 1 (1758-1765) e Registros de Batismo da Povoação de São Nicolau (1772-1790).

⁸ Salientamos, entretanto, que aqui não detalharemos os passos da aplicação dessa metodologia, visando dar maior foco aos objetivos que neste trabalho almejamos alcançar. À parte isso, destacamos novamente que o detalhamento desses procedimentos encontra-se em OLIVEIRA, 2018.

⁹ Pois conforme nossa metodologia, os casos de recasamento são contabilizados enquanto “Recorrência”. Nesse sentido, se apenas um dos cônjuges estiver em situação de recasamento, o outro é contabilizado enquanto “Primeira Entrada”, o que gera a classificação mista.

¹⁰ Presentes em: Ofícios entre os governadores e responsáveis pelo governo do Rio Grande e o vice-rei do Estado do Brasil, Luís de Vasconcelos e Souza. Ano 1784. Coleção Castelo Melhor, 09,4,013. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Ofícios entre os governadores e responsáveis pelo governo do Rio Grande e o vice-rei do Estado do Brasil, Luís de Vasconcelos e Souza. Ano 1786. Coleção Castelo Melhor, 09,4,015. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

¹¹ 3 moradores em Porto Alegre; 2 em Rio Grande; 1 em Taquari; 1 na freguesia de Santo Antônio; 1 no distrito da Encruzilhada. Nesses casos incluímos também um relacionado que “acha-se em Rio Grande” e outro sobre o qual o elaborador da Relação não tinha notícia sobre onde assistia.

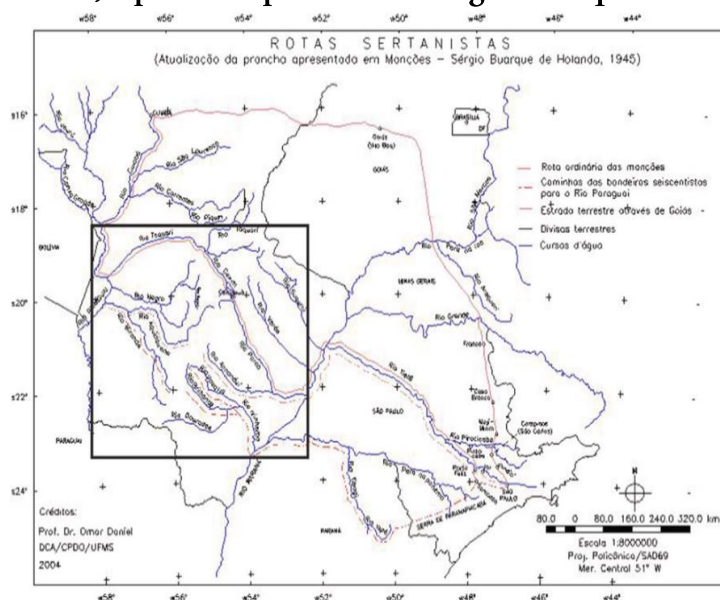
“Adiante rios de muita caça, mel e gavirobas”: indícios de florestas culturais no ambiente monçoieiro (séculos XVIII e XIX)

João Carlos Candido Silva Libardi Santos

Introdução

O ambiente fluvial do interior das capitânias¹ de São Paulo e Matto-Grosso entre os séculos XVIII e XIX foi documentado por religiosos, sertanistas, comerciantes, militares, engenheiros e cientistas naturais. Cada qual a seu modo, eles descreveram o espaço, a fauna e a flora, as populações nativas e seus costumes, além de forneceram outras informações tidas como relevantes a quem os fossem ler. O objeto retratado por esses viajantes foi o espaço compreendido pelos rios Tietê, Paraná, Pardo, Coxim, Taquari, Paraguai, São Lourenço e Cuiabá, por onde cruzava o que ficou conhecido como rota das monções².

Figura 1- Mapa das rotas das monções e das bandeiras seiscentistas, atualizada por georreferenciamento, a partir da prancha de Sérgio Buarque de Holanda, em 1945.



Fonte: BRASIL & DANIEL apud OLIVEIRA, 2015, p. 219.

Os textos produzidos por esses sujeitos já foram visitados por uma série de estudiosos desde o último quartel do século XIX.³ Afonso d' Escragnolle Taunay⁴ e Sérgio

Buarque de Holanda⁵ foram pioneiros ao compreenderem a polivalência das informações contidas nos relatos sobre o *sertão* de São Paulo e Matto-Grosso, propondo uma abordagem multidisciplinar na análise documental. Após eles outros pesquisadores se debruçaram sobre essas fontes com a intenção de investigar as relações sociais interculturais entre as populações envolvidas no movimento das monções, como foi o caso de Francismar A. L. de Carvalho (2019), e Silvana Alves de Godoy (2012) quando examinou a economia das monções e os agentes envolvidos nela; a geopolítica, observada por Tiago K. de Oliveira (2012, 2015) a partir da distribuição das roças, sítios e vilas ao longo dos caminhos terrestres e fluviais; em alguns elementos da paisagem, como no caso da interpretação feita por Loiva Canova (2010) das representações do território monçoeiro produzidas pelo primeiro governador da capitania de Matto-Grosso; bem como a cultura material, resgatada por Rodrigo da Silva (2007) nos vestígios arqueológicos deixados pelas pessoas que viveram no ambiente fluvial compreendido entre Porto Feliz e Cuiabá nos séculos XVIII e XIX.

Nos relatos foram descritas diversas relações estabelecidas entre os grupos humanos, os animais e as plantas no ambiente das matas, campos e alagados ao redor dos rios. Esses testemunhos sobre o ambiente associam, ora de forma explícita, ora sutilmente, a ocorrência de alguns tipos de animais e plantas ou de formações vegetais e pedológicas, a presença/passagem dos povos indígenas, que há muito interagem com eles. Desse modo, a paisagem possuiria marcas da indigeneidade (BALÉE, 2008), formada por processos que envolvem a coabitação desses povos com os outros seres em um longo período de tempo. Da compreensão, utilização e significação dessas relações – ecossistêmicas – foi composto um meio ambiente complexo.

Tais dados sempre foram encarados como *naturais* pelos historiadores que lidaram com esses textos. Não houve uma problematização desse conteúdo observando a dinâmica estabelecida entre os seres humanos e o meio – com seus integrantes bióticos e abióticos –, que por meio da cultura e através do tempo, formaram os ambientes florestais retratados nos documentos consultados.

A fim de suprir essa lacuna, objetivamos neste trabalho identificar possíveis elementos caracterizadores de florestas culturais (FURLAN, 2006; BALÉE, 2013) a partir

dos componentes florísticos citados pelos autores das 1^a 2^a 5^a 7^a e 8^a *Notícias Práticas das Minas de Cuiabá e Goiás na capitania de São Paulo* (c. 1725-1734);⁶ pelo Conde D'Azambuja em sua *Relação* (1751);⁷ pelo mercador Manuel Cardoso de Abreu em seus apontamentos em forma de *Divertimento admirável para historiadores* (1783);⁸ pelo desembargador Diogo Lara Toledo de Ordonhes, em sua *carta* como passageiro de monção (1785);⁹ pelo matemático Francisco de Lacerda e Almeida em seu *Diário de viagem* (1788-1790);¹⁰ pelo diplomata e cientista natural Georg Heinrich von Langsdorff¹¹ e pelo desenhista Hercule Florence¹² em suas anotações feitas durante uma expedição científica (1825-1829).

Essas fontes, que contemplam o período de cem anos, serão revisitadas tendo o programa de estudos sobre florestas culturais como plataforma de observação, permitindo ressaltar a ocorrência de alguns grupos e formações vegetais específicas como vetores de relações sociais, conformadoras da paisagem fluvial da região centro-oeste sul-americana.

Espaço geográfico e composição florística

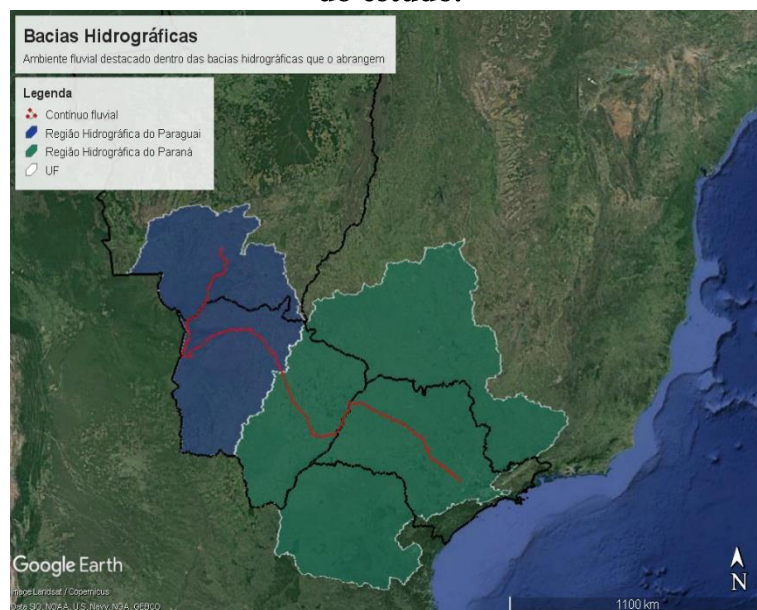
As antigas capitanias de São Paulo e Matto-Grosso compreendiam, entre outras, o que são hoje as unidades federativas brasileiras de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso (figura 2). Essa região está interligada pelos rios que compõem as bacias hidrográficas do Paraná e Paraguai (figura 3). As principais comunidades florísticas encontradas nesse espaço, por sua vez, são três: a Mata Atlântica com sua variedade de florestas ombrófilas sob influência do oceano atlântico, o Cerrado com seus campos e suas matas de galeria e os Pantanais¹³ (figura 4) (ADÂMOLI apud OLIVEIRA, 1995, p. 30).

Figura 2 - Imagem de satélite com a região de interesse hachurada.



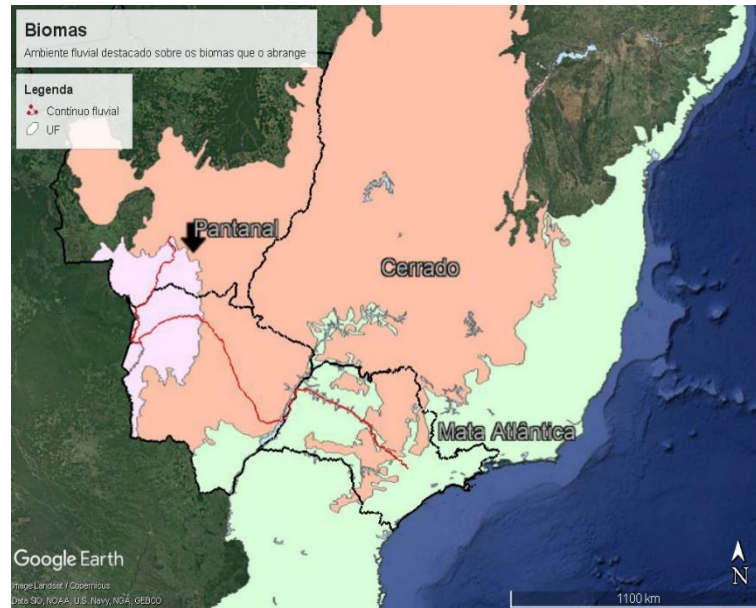
Fonte: GOOGLE EARTH PRO, 2020.

Figura 3 - Imagem de satélite com destaque nas bacias hidrográficas relativas a região do estudo.



Fonte: GOOGLE EARTH PRO, 2020.

Figura 4 - Imagem de satélite com destaque nas bacias hidrográficas relativas a região do estudo



Fonte: GOOGLE EARTH PRO, 2020.

Floresta Cultural

Entendemos floresta cultural como um produto da interação entre qualquer fisionomia vegetal e a ação humana, produzida intencionalmente a partir da cultura, constituindo um ecossistema próprio. Ela seria formada por práticas¹⁴ sociais baseadas no conhecimento a respeito do seu ecossistema e da sua biodiversidade, de forma que eles possam ser manejados sem, no entanto, serem extintos (FURLAN, 2006; BALÉE, 2013).

A utilização dos recursos advindos das florestas culturais ocorreria a partir da territorialidade, gerada pela inter-relação uso/organização/significado entre as populações humanas e o espaço, tido como, natural. Desse modo, elas seriam constituídas no devir, existindo/resistindo a partir da coexistência de trajetórias diversas e múltiplos processos relacionais, compostos por entes não antrópicos e entes antrópicos¹⁵ e suas derivações – culturais e simbólicas, históricas, econômicas e políticas (SACK, 1986; FURLAN, 2006; HAESBAERT, 2007 apud FUINI, 2017).

As florestas culturais e seus recursos seriam manipulados a partir do conhecimento constituído localmente, seja pelos povos nativos que estiveram na longa duração interagindo com o ambiente florestal local, seja pelo saber mestiço resultante do contato entre diferentes populações – e suas respectivas culturas – que se inseriram ou foram

inseridas no território dos povos nativos. No Brasil as florestas culturais estariam relacionadas às populações indígenas e tradicionais que usariam esse território de forma compartilhada – entre os integrantes da sua comunidade – para sua subsistência e teriam na floresta o estruturante de suas culturas, baseadas na visão cósmica sobre a natureza ao seu redor (FURLAN, 2006; CABRAL, 2012).

Elementos indicadores de Floresta Cultural

Balée sugeriu, baseado em vestígio materiais, que muitas fitofisionomias ganharam formas diferentes das suas originais devido a ação constante das populações humanas ao longo do tempo. Elas teriam administrado os processos ecológicos envolvidos na regeneração desses ambientes com a intenção de provocar efeitos específicos, o que teria acontecido ordinariamente no território pré-colombiano com populações indígenas muito mais densas.¹⁶ Por isso, muitas das vegetações até então consideradas *naturais* poderiam, de fato, representar florestas sucessionais, onde ocorrem gêneros florísticos singulares associados aos sítios arqueológicos de antigas roças, assentamentos e acampamentos.

Se na Amazônia os indígenas impactaram significativamente a distribuição de tipos florestais, podendo ser observada, em algumas regiões, até o presente. Seria provável, então, que o mesmo teria ocorrido nas áreas para onde deslocaram populações descendentes deles.¹⁷ Balée chegou a mencionar algumas formações/interações características da periferia do território amazônico, por exemplo, as que se relacionavam com o uso do fogo, como os cerrados¹⁸ e as ilhas de florestas.

Sendo assim, propomos que paisagem fluvial das províncias de São Paulo e Mato-Grosso possuiriam influências antrópicas que remetem a um passado profundo, no qual as culturas indígenas tiveram um impacto significativo. Elas teriam transformado o espaço, o que poderia ser apreendido nas marcas memorísticas gravadas na paisagem, como no revelo, no solo e nas formações vegetais, nos seres não humanos, em especial as plantas, e, em decorrência, nas relações ecológicas, as quais eles integraram com o ambiente; somam-se a eles os artefatos arqueológicos deixados por eles, bem como o legado cultural herdado pelos seus descendentes viventes.

Observaremos elementos caracterizadores de florestas culturais semelhantes aos propostos por Balée (2013, p. 39), mas fazendo contraponto às suas fontes utilizadas. Enquanto ele se valeu de vestígios arqueológicos materiais, trabalho de campo com povos indígenas e constatação empírica das espécies nos locais que outrora foram habitados, nós empregaremos relatos de pessoas não indígenas que observaram os componentes da paisagem fluvial da rota das monções entre a segunda década do século XVIII e XIX. A partir do conteúdo escrito nós identificaremos ambientes *naturais* vinculados às ações antrópicas. Seriam eles as roças¹⁹; os aglomerados vegetais monoespecíficos formados por palmeiras, arroz, erva-mate e por frutíferas exóticas, como banana e cítricas; ilhas ou regiões florestais com a ocorrência de espécies frutíferas singulares; e os campos.

Aglomerados monoespecíficos: palmeiras, arrozais e outros

O conjunto de plantas da família *Arecaceae*²⁰ foi o mais citado na documentação consultada. Sobre espécies que ocorriam no primeiro rio da rota ordinária das monções, o Tietê, Cardoso de Abreu apontou a guarirova (*Syagrus oleracea*), jarivá (*Syagrus romanzoffiana*), guacuri (*Attalea phalerata*) e o palmito mole (?), dos quais era possível retirar palmito e castanhas.²¹ Manuel de Barros indicou um fitopônimo²² desse rio, “as itaipavas de Guaritiça, que quer dizer lugar onde há cachos de frutas”.²³ Lacerda e Almeida também registrou em seu diário o mesmo sítio “Vaicurytuba ou Guaicurytyba” e complementou dizendo que a palmeira que dá nome à cachoeira é o Guacury, uma espécie de coquinhos de arvoredado baixo.²⁴

Georg Langsdorff e Hercule Florence também notaram os aglomerados de palmeiras na paisagem fluvial²⁵, “surgiam aqui e ali, do meio dessa poderosa vegetação, belo ornamento do campo brasileiro, que se torna cada vez mais rico e variado à medida e que avançamos na direção da linha equinocial”.²⁶ Sobre a cachoeira de Guacurutuba, o desenhista comentou que ela estaria em meio ao território da etnia Caiapó, que periodicamente²⁷ frequentava o local para consumir os recursos do Guacuri que ali tinha em abundância.²⁸

A respeito da relação entre a Família *Arecaceae* e as populações locais, o Conde D’Azambuja escreveu:

A 2 de Dezembro me fui arranchar em um mato, que estava cheio de palmitos, havendo marchado naquele dia e no antecedente com maior cautela, por me ir avizinhandando ao distrito em que se costuma encontrar gentio. É o palmito uma árvore de que se tira do tronco uma espécie de nabo, ou raiz branda e gostosa, a qual se come guisada de várias maneiras. E ainda crua há que tem o gosto de castanha verde. Não somente ali, mas em várias partes, achei aquela espécie de hortaliça pelo caminho, que não somente nele, mas ainda nos povoados, tem grande estimação (1981, p. 209).

Ele observou a relação que os indígenas tinham com os aglomerados de palmeiras, a qual para nós poderia ser entendida como uma marca antrópica na composição florística do ambiente. Um exemplo disso seria a ocorrência dessas ervas em meio aos alagados como sinônimo de pouso, fosse pela cobertura que suas copas formavam, bem como pelos recursos materiais que poderiam ser retirados deles: folhas (para cobrir), frutos, caule (para comer ou serem usados como isca de caça), fibras (para vestimenta, artesanato ou cordoaria).

De espaço em espaço se levantam uns redutos cobertos de mato, que servem de pousos; [...] fiquei arranchado em um reduto, cujo mato eram palmitos, como estes tem um ramo grosso e destes lançam vários ramos em roda todos arqueados, e estavam os tais palmitos bem copados; de qualquer parte que se olhasse, se via uma rua como de quinta, coberta com aquela espécie de abóboda formada por ramos. Não somente foi agradável à vista aquele rancho, mas também ao gosto; porque os palmitos eram de excelente qualidade, e foi a primeira vez que os comi crus; em que não lhe achei inferior ao sabor das castanhas (1981, p. 212).

No rio Pardo, Langsdorff sinalizou sobre a vista que teve de várias palmeiras isoladas, além de grandes conjuntos de buritis (*Mauritia flexuosa*), uma espécie encontrada a partir desse rio. O barão anotou em seu diário que os indígenas utilizavam as folhas e fibras do buriti para trançar cestos e outros objetos.²⁹ Outras palmeiras, como a bacumã (?) e a mirim (?), que possuem porte baixo, também foram registradas por ele ao longo do desse rio.³⁰

Os buritis foram relatados às margens do rio Taquari pelo autor da 8ª *Notícia prática*: “em frente vereis umas grandes touças de coqueiros a que chamam buritizes com a folha muito verde mas escura” e outras palmeiras das quais era possível extrair palmitos e obter abrigo e pousar.³¹ Nesse rio também aparecia, segundo Langsdorff, um tipo de

palmeira que chamam de baguaçu (*Attalea speciosa*), cujo fruto se parece com o indaiá e que diziam ser muito nutritivo.³²

No rio Paraguai, os gentios “se ocupam de tirar fios de uma casca de árvore a que chamam *tocú*, de que tecem suas redes em que se deitam, e os panos que se cobrem, observou Cabral Camello.³³ Provavelmente Florence nos forneceu a identidade do grupo que utilizava as fibras de tucum (*Bactris setosa*) em sua indústria têxtil. Seriam eles os indígenas Guatós, habitantes do pantanal do rio Paraguai, que manejavam essa palmeira espinhosa.³⁴

Ainda sobre os Guatós, o relato de Antonio Pires de Campos foi o primeiro a lançar luz sobre os hábitos deles ao mundo europeizado. Do pantanal do rio Paraguai saía “o seu maior sustento que é o muito arroz que colhem no seu tempo [o da enchente] em forma que lhe chega para passarem o ano [...]”. O autor não se ateuve que tal gênero era manejado pelos Guatós, desse modo, indicou que o arroz (*Oriza latifolia*) cresceria “sem mais cultura que a da natureza”.³⁵

O mesmo achou o conde D’Azambuja ao escrever sobre os “vastíssimos arrozais que, naturalmente sem serem plantados, crescem por aquele pantanal, e alí o vem colher todos os anos o gentio”. Porém, ele notou que os arrozais não estavam distribuídos por todo o pantanal, além de que essas plantas estavam peculiarmente aglomeradas em forma de rodelas, entrelaçados como capim.³⁶

Cardoso de Abreu ficou igualmente impressionado com a quantidade e com a qualidade do arroz encontrado nos pantanais próximos ao rio Cuiabá. O arroz seria “muito melhor do que o que se planta no povoado [cidade de São Paulo], por graúdo, e é tal a abundância que por parecer duvidoso acreditar-se o que eu quero dizer a este respeito não o faço”.³⁷

Os registros de Florence sobre os arrozais reforçam ainda mais o vínculo de sua ocorrência na paisagem com os indígenas: “estende-se em direção norte, e a perder de vista, uma planície de arroz selvagem, do mais belo verde, que termina nos montes azuis da região dos Guatós”. Sobre as relações estabelecidas com essa erva ele descreveu que “quando os Guatós querem colher o arroz, eles desaparecem, com suas canoas, no meio dos

arrozais, e é suficiente de bater as espigas com o remo, para que em poucos instantes as canoas estejam cheias de arroz”.³⁸

Por fim, Langsdorff também não pôde deixar de comentar sobre os arrozais, que eram entrecortados por capões³⁹ – ilhas de mata situadas em pedaços de terreno ligeiramente mais elevados. Ademais, ele foi além em suas reflexões, as quais a nossa proposta vai ao encontro, postulando uma série de pensamentos que sugerem a manipulação humana dessa Poaceae: “São campos naturais de arroz que existem desde os primeiros descobrimentos. Seria arroz nativo do pantanal, natural do Brasil? Ou terá sido transplantado aqui e aperfeiçoado?”.⁴⁰

No que diz respeito a outros aglomerados vegetais, o autor da 8ª *Notícia Prática*, assim como Florence, registrou um fitopônimo do rio Tietê associado à erva-mate (*Ilex paraguayensis*), *congonghas*. “Sempre nesta paragem é bom pouso”, pois era possível encontrar essa planta em quantidade para ser consumida por todos que passavam por ali.⁴¹ Tal espécie há muito foi manejada pelas populações indígenas, em particular pelos guaranis (GERHARDT, 2013).

Outro topônimo derivado de origem vegetal foi mencionado por Lacerda e Almeida e Florence no rio Pardo e no Coxim: o mangabal. O matemático observou que os Caiapós frequentavam o aglomerado de mangabas (*Hancornia speciosa*) do rio Coxim, pois quando ele e seus companheiros de viagem foram apanhar as frutas não as encontraram, mas sim os vestígios deixados por esse grupo que periodicamente se abasteciam delas.⁴²

Nas fontes há também a presença de aglomerados monoespecíficos de espécies exóticas, as quais foram trazidas pelo invasor europeu e, no entanto, foram apropriadas pelos povos indígenas, que as manejaram à sua maneira no território, não cedendo à forma estrangeira de cultivo: plantaram laranjas, limões e bananas em consórcio com outras espécies dentro do ambiente florestal.

Nesse sentido, o conjunto de Musaceae é o mais citado. Cabral Camello falou de um bananal na barra do rio Cuiabá com o São Lourenço, que à época já era manejado pelos indígenas.⁴³ Cardoso de Abreu observou que apesar desse bananal, existente desde o descobrimento do ouro em Cuiabá, ser frequentado pelos navegantes “e todos os gentios que habitam aquelas paragens”, ele teria aumentado de tamanho. Além disso, “deste

bananal, de que falamos, têm os gentios semeado por aqueles sertões, de sorte que nestes campos de arroz em várias partes há bananas com fartura”.⁴⁴

Florence nos deu um exemplo dessa dispersão das bananas. Ele e seus companheiros de viagem tiveram que pernoitar em um capão entre os campos do rio Pardo e para saciar a fome eis que “nesse lugar tinha uma bananeira enfezada, a primeira que encontrávamos nesses desertos, da qual colhemos um cacho de frutos verdes”.⁴⁵

A banana também estava presente nos assentamentos indígenas. O desenhista as viu na aldeia Caiapó nas margens do rio Paraná onde

marchamos um quarto de légua no interior, por um caminho largo, aberto numa floresta de grandes árvores, onde reinava a sombra e o frescor. Chegados num lugar aberto, vimos algumas bananeiras com frutos ainda verdes, e uns mamoeiros cujos frutos, apesar de pouco succulentos, me pareceram deliciosos (2015, p. 241).

Langsdorff e Florence sugeriram que os indígenas Guatós seriam os principais responsáveis pelo manejo do bananal na barra do rio Cuiabá. Eles semeavam um pouco de milho e plantavam algumas raízes de mandioca, de cará e de aipim. Colhiam os cachos desse considerável bananal, que havia sido plantado por um antigo sertanista, não longe dos Dourados, na margem esquerda do São Lourenço, e o arroz selvagem que cresce nos brejos do Paraguai.⁴⁶ Além disso, como na descrição de Florence para a aldeia Caiapó, Langsdorff também notou a ocorrência de mamoeiros junto às bananeiras.⁴⁷

Outras plantas que pareceram aglomeradas nos relatos foram as do Gênero *Citrus*. O conde D’Azambuja ficou admirado com “o laranjal, que está dentro do mato sem cultura alguma, onde as laranjas são maravilhosas” nas margens do rio Tietê.⁴⁸ Florence também notou laranjas às margens do rio Paraná, “que brotaram nesse deserto graças a sementes caídas por acaso ou a uma mão generosa”.⁴⁹ E Langsdorff intitulou como indescritível a sensação de encontrar limoeiros perto da cachoeira Três Irmãos no rio Pardo, dos quais juntaram um saco cheio de limões maduros para fazerem suco.⁵⁰

Ilhas florestais

Cardoso de Abreu enumerou vários frutos que poderiam ser encontrados nas margens do rio Tietê:

Produzem as margens deste rio muitas frutas silvestres, de que se utilizam os navegantes; tem duas qualidades de marmelos, que são frutas redondas à semelhança de laranja, com a carne de dentro preta, porém no gosto quase imita o doce marmelo; tem a jaboticaba, fruta mui to singular no gosto e de saudável remédio as suas cascas para hemorróidas, desfeitas em ajudas; tem a uracrupari, que é menos má, gostosa; o nhandipapo, que é quase do tamanho e feitio do limão doce. O pacapeuva é fruta redonda e mais pequena que a jaboticaba; o sipotua é uma fruta vermelha e redonda, quase do tamanho da laranja; os itahys são umas frutas compridas à maneira de vagens de feijão, com a casca dura que é preciso quebrar-se para comer, e sustentam muito quando mistura dos com mel de abelha, de que é também abundantíssimo (2002, p. 21).

As espécies de Myrtaceae foram as que mais chamaram a atenção de Lacerda e Almeida. Ele citou quatro que eram encontradas fartamente no rio Tietê: as jaboticabas (*Plinia spp.*), cujos frutos eram grandes, que tinham uma polegada de diâmetro, de cor negra, e que nascem pelos troncos em pé comprido como a cereja; as punhemas (*Plinia sp.*) que diferem das grandes na grandeza e no pé curto; as pintatadas (pitangas?) (*Eugenia uniflora*) e as numixamas (*Eugenia brasiliensis*) são as outras duas espécies, e nascem em árvores mais baixas, e são do tamanho de uma bala de arcabuz.⁵¹

Langsdorff associou a presença dessa Família botânica na região à influência humana:

De vez em quando vemos um alagado ou uma lagoa, mas nenhum indício de que a margem e as árvores que ainda estão de pé (em sua maioria, Myrtaceae) ainda estejam submersas na água, às vezes até vários pés de altura. Estou inclinado a acreditar que esses campos surgiram antes do descobrimento desta província, já que essa região de pesca e caça ricas, com certeza, foi habitada por numerosas nações indígenas (1997, 17/07).

Ao comentar sobre a paisagem do rio Pardo, o conde D’Azambuja escreveu que “as margens deste rio são campinas muito largas, com seus capões de mato, distância em distância” e neles têm de várias frutas, “que nascem em raminhos curtos por entre o

capim”. "Destas as mais especiadas são os cajus (*Anacardium spp.*), e também as de maior abundância." Ainda, o conde notou que nesses locais existia caça em abundância.⁵²

Nos cerrados do rio Pardo, Florence encontrou uma composição variada de pequenas árvores, espaçadas, cujos ramos tortuosos se estendem em todas as direções. Elas forneciam grande variedade de frutos comestíveis, tais como o araticum (*Annona sp.*), o marmelo bravo (*Alibertia lanceolata*), os cajus, as gavirobas (*Campomanesia spp.*), entre outras.⁵³ Outro fruto encontrado nesse rio, segundo Langsdorff, era o da *Garcinia*.⁵⁴ Igualmente ricos eram os matos cerrados em meio aos campos próximo a Camapuã, em que se podia encontrar cajus, mangavas, e algumas gavirobas, como também araticuns.⁵⁵

Já no rio Coxim, na cachoeira de Manoel Rodrigues Langsdorff viu muitas *Eugenia*, que, justamente quando esteve ali, tinha frutos maduros, os quais recordaram-lhe o sabor semelhante ao da pitanga.⁵⁶ E nos capões do rio Taquari, ele percebeu que onde vegetavam baguaçus, era possível coletar tapicurus (*Salacia elliptica*), guabirovas e marmelos do campo.⁵⁷

Campos

Todas as fitofisionomias ditas até o momento nos parecem conter indícios históricos da manipulação humana, porém os campos seriam, talvez, os elementos da paisagem mais latentes a esse respeito. Os autores dos relatos são quase unânimes ao associarem os campos do Cerrado com a presença abundante de fauna e flora – para a alimentação – e de populações indígenas.

O território onde aconteciam as monções fazia parte da territorialidade de várias populações indígenas, sendo uma delas os Caiapós. Antonio Pires de Campos esboçou um panorama sobre a distribuição desse grupo que estava presente desde a margem direita do rio Tietê, passando pelo rio Paraná, Pardo, Camapuã, Coxim, até a barra desse no Taquari, onde viviam de seus cultivos, nos quais plantavam batatas, milho e outros legumes;⁵⁸ também se sustentavam do que havia no mato por onde cursavam e faziam suas vestes com tecidos provindos de casca de árvores.⁵⁹

“O sustento que havia no mato”, temos para nós que eram a caça e as frutas que nele existiam. Essas vegetações concentradas – matas ou capões – ficavam às margens do rio

Pardo, onde vegetavam “campanhas dilatadíssimas que se vão pouco a pouco elevando, e pelas quebras delas há seus matinhos e córregos d’água cristalina”, como disse Diogo Ordonhes.⁶⁰ E completa, que nesses campos todos os anos os Caiapós colocam fogo, assim como os caminhantes.⁶¹

Como – indagou-se Langsdorff – surgiram esses campos nessa região atualmente deserta e desabitada? Ele estava

inclinado a acreditar que esses campos surgiram antes do descobrimento desta província, já que essa região de pesca e caça ricas, com certeza, foi habitada por numerosas nações indígenas. Por um acaso qualquer, em uma estação seca, eles devem ter queimado as matas, e, em seu lugar, surgiu, de início, uma pequena extensão de campos. Nele, logo prosperaram novas espécies de gramíneas, que acabaram se espalhando e aumentando essa área de campos. [...] Os primeiros habitantes sabiam, e a experiência o comprovou, que os cervos, veados, tapires e porcos preferem o capim recém-brotado depois de uma queimada àquele ressecado, alto e duro. Talvez em tempos antigos, o fogo tenha começado espontaneamente, por si só, para ensinar aos homens que a vegetação prospera melhor depois das queimadas. Ou talvez a sábia Providência divina tenha dado, aos homens rudes, aos primeiros habitantes destas terras, os primeiros; sinais, ensinando-lhes a queimar os campos secos todos os anos (1997, 17/07).

Além disso, Langsdorff compilou mais elementos indicativos que as ilhas florestais em meio aos campos antropizados estariam presentes intencionalmente⁶² na paisagem.

Em vários trechos nas margens, vê-se, de repente, uma pequena faixa de campos como que cortando os capões de mata. Neles há taquaras (tambaiúva) que ainda trazem, em seus troncos de árvores secos e altos, as marcas das matas de outrora. [...] Dizem os mineiros que agora são capoeiras que, pouco a pouco, vão se transformando em campos artificiais [...]” e “pelados que devem ter aproximadamente três quartos de légua de largura e mais de uma légua de comprimento (1997, 30/08).

A partir dos elementos expostos nos tópicos anteriores, vimos que esses bosques – ilhas florestais –, assim como as roças, dispersos formavam ambientes ecotonais favorecendo a presença de fauna. Os habitantes locais aproveitavam esses lugares como território de caça.

Considerações finais

Nesse trabalho apontamos possíveis indicativos de florestas culturais tendo como base os componentes vegetais da paisagem fluvial da rota das monções em alguns escritos/relatos/textos/narrativas dos séculos XVIII e XIX. Observamos as semelhanças com as fitofisionomias ligadas às ações humanas utilizadas por Balée (2013) para identificar florestas culturais na Amazônia.

O interior das capitanias de São Paulo e Mato Grosso, relatado por aqueles que os frequentaram no Setecentos e no Oitocentos, era marcado por três tipos de vegetação: as florestas às margens dos rios, os campos e suas capoeiras e os pantanais. Todos eles estiveram atrelados às atividades indígenas ou das populações mestiças, que possuíam uma relação histórica com esse ambiente. Por mais que os rios e seus arredores tenham sofrido a intervenção dos invasores europeus, que deixaram marcas significativas em um curto período de tempo, remanesce, até aquele momento, a indigeneidade da paisagem (BALÉE, 2008).⁶³

Os recursos florestais não são apenas objetos da intenção e ação humana, mas sujeitos em um encadeamento dinâmico. Os demais seres que compõem esses ambientes são também sujeitos e estabelecem relações, não só de receptividade, com cultura humana. Essa, por sua vez, engendra uma dinâmica de “mão dupla” entre o biológico e simbólico-cognitivo. Desse modo, a floresta pode ser transformada, mas as relações humanas inevitavelmente a acompanhará nesse processo.

Referências

AFONSO, Marisa Coutinho. Um painel da arqueologia pré-histórica no Estado de São Paulo: os sítios cerâmicos. *Especiaria – Cadernos de Ciências Humanas*, Ilhéus, UESC, n. 20 e 21, p. 127-155, jan./jun. 2009.

BALÉE, William. Sobre a Indigeneidade das Paisagens. *Revista de Arqueologia*, v. 21, n. 2, p. 9-23, 2008.

BALÉE, William. *Cultural forests of the Amazon: A historical ecology of people and their landscapes*. Alabama: University of Alabama Press, 2013.

BERTAZZONI, Esther Campagna; DAMASCENO-JUNIOR, Geraldo Alves. Aspectos da biologia e fenologia de *Oryza latifolia* Desv. (Poaceae) no Pantanal sul-matogrossense. *Acta Bot. Bras.*, Feira de Santana, v. 25, n. 2, p. 476-786, jun. 2011.

CABRAL, Diogo de Carvalho. *O bosque de madeiras e outras histórias: a Mata Atlântica no Brasil Colonial (séculos XVIII e XIX)*. 2012. Dissertação (Doutorado em Ciências Geográficas) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

CANOVA, Loiva. As representações de Antônio Rolim de Moura sobre a paisagem no interior da América Portuguesa no século XVIII. *Revista Crítica Histórica*, Alagoas, SEER/UFAL, n. 2, p. 116-140, dez. 2010.

CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. *Entre rios e impérios: a navegação na América do Sul (século XVIII)*. São Paulo: Unifesp, 2019.

DI TIZIO, Ideli Raimundo. *Tietê de ontem e hoje: preservação ou mudança toponímica e a legislação do ato de nomear. Uma proposta de lei*. 2008. Dissertação (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

FELONIUK, Wagner Silveira. A Instauração das Províncias no Brasil através da Influência Espanhola da Constituição de Cádiz. In: ROBERTO, Giordano Bruno Soares; SILVEIRA, Gustavo Silveira; FONSECA, Ricardo Marcelo. (Org.). *História do Direito*. Florianópolis: FUNJAB, 2014, p. 237-256.

FUINI, Lucas Labigalini. O território em Rogério Haesbaert: concepções e conotações. *Geografia, Ensino & Pesquisa*, Santa Maria, PPGGO/UFSM, v. 21, n.1, p. 19-29, 2017.

FURLAN, Sueli Ângelo. Florestas culturais: manejo sociocultural, territorialidades e sustentabilidade. *Agrária*, São Paulo, n. 3, p. 3-15, 2006.

GERHARDT, Marcos. *História Ambiental da Erva-Mate*. 2013. Dissertação (Doutorado em História Cultural) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

GODOY, Silvana Alves de. *Itu e Araraguaba na rota das monções (1718-1828)*. 2012. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

JUNIOR, Amilton Quintela Soares; SANTOS, Mauro Augusto dos. A Territorialidade e o Território na Obra de Robert David Sack. *Geografia*, Londrina, v. 27, n. 1, p. 7-25, abr. 2018.

JÚNIOR, Cezario N. de A. Motta M. Porto Feliz e as “monções” para Cuiabá. In: *Almanach Litterario de São Paulo para o anno de 1884*. São Paulo: Typographia da “Província de São Paulo”, 1884, p. 131-51.

OLIVEIRA, Jorge Eremistes de. *Os argonautas Guató: aportes para o conhecimento dos assentamentos e da subsistência dos grupos que se estabeleceram nas áreas inundáveis do Pantanal Matogrossense*. 1995. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1995.

OLIVEIRA, Tiago Kramer de. *Desconstruindo velhos mapas, revelando espacializações: a economia colonial no centro da América do Sul (primeira metade do século XVIII)*. 2012. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

OLIVEIRA, Tiago Kramer de. Roças, fazendas, engenhos, currais: uma cartografia da ruralidade colonial nas minas do cuiabá (primeira metade do século XVIII). *Revista de História*, São Paulo, n. 173, p. 211-251, dez. 2015.

SACK, Robert D. Human Territoriality: its theory and history. *Cambridge Studies in Historical Geography*, England, Cambridge University Press, 1986.

SOUZA, Jean Gomes de. Relatos monçoeiros (1953): um panegírico à “conquista do Brasil pelos brasileiros” através do Rio Tietê. *Domínios da Imagem*, Londrina, v. 14, ° 27, p. 418-451, jul./ dez. 2020.

SILVA, Rodrigo da. Monções revisitadas: patrimônio e cultura material. *Revista de História da Arte e Arqueologia*, Campinas, CHAA/UNICAMP, p. 5-24, jan./jun. 2007.

TAUNAY, Afonso d’Escragnolle. *Relatos Monçoeiros*. Belo Horizonte, São Paulo: Itatiaia; Editora da Universidade de São Paulo, 1981.

TAUNAY, Afonso d’Escragnolle. *Relatos Sertanistas*. Belo Horizonte, São Paulo: Itatiaia; Editora da Universidade de São Paulo, 1981.

¹ Que a partir de 1824 passaram a ser províncias. Cf. FELONIUK, 2014.

² Viagens de comércio e povoamento da região centro-oeste da América do Sul sob a égide lusitana. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. Idem. *Caminhos e fronteiras*. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

³ JÚNIOR, Cezario N. de A. Motta M. Porto Feliz e as “monções” para Cuiabá. In: *Almanach Litterario de São Paulo para o anno de 1884*. São Paulo: Typographia da “Província de São Paulo”, 1884, p. 131-51.

⁴ A primeira produção foi em 1920, o discurso – publicado como opúsculo no mesmo ano - intitulado *À glória das monções*. Entre as décadas de 1930-40 escreveu uma série de artigos de jornal, dos quais 15 compuseram os 20 capítulos introdutórios de *Relatos Monçoeiros*, publicado em 1953. Em 1950 Taunay abordou o assunto na segunda parte do tomo XI, da *História Geral das Bandeiras Paulistas*. SOUZA, Jean Gomes de. *Relatos monçoeiros (1953): um panegírico à “conquista do Brasil pelos brasileiros” através do Rio Tietê*. *Domínios da Imagem*, Londrina, v. 14, ° 27, p. 418-451, jul./ dez. 2020.

⁵ Intitulou uma de suas obras como *Monções*, publicada em 1945. E em 1957 abordou novamente o assunto em *Caminhos e Fronteiras*.

⁶ ANÔNIMO. Notícia 8ª Prática Exposta na cópia de uma carta escrita do Cuiabá aos novos pretendentes daquelas minas [1734]. In: TAUNAY, Afonso de E. *Relatos Monçoeiros*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981, p. 170-193. BARROS, Manuel. Roteiro verdadeiro das minas do Cuiabá e de todas as suas marchas, cachoeiras, itaipavas, varadouros, e descarregadouros das canoas, que navegam para as ditas minas, com os dias da navegação, e travessia, que se costumam fazer por mar, e terra [c. década de 1720]. In: TAUNAY, Op. cit., p. 194-216. CAMELLO, João Antonio Cabral. Notícias Práticas das Minas do Cuiabá e Goias na Capitania de S. Paulo e Cuiabá, que dá ao Rev. Padre Diogo Juarez, o Capitão João Antonio Cabral Camello, sobre a viagem que fez às Minas do Cuiabá no ano de 1727. In: TAUNAY, Op. cit., p. 118-129. CAMPOS, Antonio Pires de. Breve Notícia que dá o Capitão Antonio Pires de Campos [c. 1730]. In: TAUNAY, Afonso E. *Relatos Sertanistas*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981, p.179-194.

⁷ ROLIM, Antonio. Relação da viagem, que fez o conde de Azambuja, D. Antonio Rolim, da cidade de São Paulo para a Vila de Cuiabá em 1751. In: TAUNAY, Afonso E. *Relatos Monçoeiros*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981, p. 194-216.

⁸ ABREU, Manuel Cardoso de. Divertimento Admirável para os historiadores observarem as máquinas do mundo reconhecidas nos sertões da navegação das minas do Cuiabá e Mato Grosso [1783]. *Publicações avulsas*, IHGMT, Cuiabá, n. 55, 2012.

⁹ ORDONHES, Diogo de Toledo Lara e. Carta de um passageiro de monção [1785]. In: TAUNAY, Afonso E. *Relatos Monçoeiros*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981, p. 217-229.

¹⁰ ALMEIDA, Francisco José de Lacerda e. Cópia do Diário que fez o Dr. Francisco José de Lacerda e Almeida, sendo mandado por Sua Magestade Fidelíssima para as demarcações dos seus Reaes Dominios na America Portuguesa, servindo n'ella de astrônomo [1788-1790]. Impresso por ordem da Assembléia Legislativa da Província de S. Paulo. *Diário da Viagem do Dr. Francisco José de Lacerda e Almeida pelas Capitánias do Pará, Rio Negro, Matto-Grosso, Cuiabá, e S. Paulo, nos annos de 1780 a 1790*. São Paulo: Typ. de Costa Silveira, 1841.

¹¹ SILVA, Danuzio Gil Bernardino. (Org.), KOMISSAROV, Boris N., et al., (Eds). *Os Diários de Langsdorff [1825-1829]*. EGG, Márcia Lyra Nascimento (Tradução). Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff; Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, v. 2 e 3, 1997.

¹² FLORENCE, Hercule. Voyage fluvial du Tiété à l'Amazonie [1825-1829]. *L'Ami des arts livré à lui-même ou recherches découvertes sur différents sujets nouveaux*; Sam Carlos, Province de St. Paul, le 11 août, 1837. São Paulo: IHF, 2015.

¹³ Intersecção de outras províncias fitogeográficas.

¹⁴ Atração, domesticação, manejo, proteção de espécies.

¹⁵ Uma combinação de estruturas naturais e produzidas; uma construção social, histórica, econômica, política, cultural e simbólica. Cf. JUNIOR & SANTOS, 2018, p. 8.

¹⁶ BALÉE, William. *Cultural forests of the Amazon...*, p. 39.

¹⁷ Estão mencionadas na documentação sobre a região estudada etnias do grupo linguístico Macro-Jê e Tupiguarani, sendo que o primeiro grupo teria sua origem no centro da América do Sul, ou seja, em contato direto com a periferia amazônica, enquanto que o segundo teria como centro de dispersão o centro amazônico Cf. AFONSO, 2009, p. 4.

¹⁸ Ambientes de savanas e campos tendem a ser marca antrópica na paisagem – apesar dos problemas na identificação do manejo para distinguir incêndios hortícolas e naturais no registro arqueológico e em estimar o tempo. Cf. BALÉE, 2013, p. 38.

¹⁹ Nas margens dos rios de Porto Feliz a Cuiabá existiam muitas roças, em atividade ou abandonadas, onde eram cultivados gêneros que forneciam grãos, raízes e frutos para consumo das populações que as administravam. Todavia não abordaremos esses ambientes e sua dinâmica neste trabalho.

-
- ²⁰ Os gêneros mencionados por Balée (2013, p. 39) são os mesmos encontrados na região desse estudo (*Bactris, Attalea, Mauritia*).
- ²¹ ABREU, Manuel Cardoso de. *Divertimento Admirável...*, p.17.
- ²² Topônimos de índole vegetal, espontânea, em sua individualidade, em conjuntos da mesma espécie, ou de espécies diferentes, além de formações não espontâneas individuais e em conjunto. Cf. DI TIZIO, 2008, p. 17.
- ²³ BARROS, Manuel. *Roteiro verdadeiro das Minas do Cuiabá...*, p. 154.
- ²⁴ ALMEIDA, Francisco José de Lacerda e. *Cópia do Diário que fez...*, p. 55.
- ²⁵ *Principiando no rio Tietê*.
- ²⁶ FLORENCE, Hercule. *Voyage fluvial du Tiété à l'Amazone*, p. 218-19
- ²⁷ Evidências etno-históricas sugerem que ao redor dos rios eram os locais preferenciais de estabelecimento das atividades dos indígenas. Nesses locais eles praticavam a horticultura e outros tipos de manejos, mas por causa dos conflitos pelo território eles foram forçados a modificar a dinâmica de sua territorialidade; ao invés de ficarem estabelecidos/fixos nas margens dos grandes cursos d'água eles se movimentaram para locais mais afastados e periodicamente faziam incursões para essas regiões.
- ²⁸ FLORENCE, Hercule. *Voyage fluvial du Tiété à l'Amazone*, p. 234.
- ²⁹ LANGSDORFF, Georg H. *Diários...*, 20/08/1825 e 22/08/1825.
- ³⁰ *Ibidem*, 23/08/1825 e 25/08/1825.
- ³¹ ANÔNIMO. *Notícia 8ª Prática...*, p. 189.
- ³² LANGSDORFF, Georg H. *Diários...*, 06/12/1825.
- ³³ CAMELLO, João Antonio Cabral. *Notícias Práticas...*, p. 126.
- ³⁴ FLORENCE, Hercule. *Voyage fluvial du Tiété à l'Amazone*, p. 283.
- ³⁵ CAMPOS, Antonio Pires de. *Breve Notícia...*, p.184-185. Cf. ANÔNIMO, p. 191.
- ³⁶ ROLIM, Antonio. *Relação da viagem...*, p. 215.
- ³⁷ ABREU, Manuel Cardoso de. *Divertimento Admirável...*, p. 29.
- ³⁸ FLORENCE, Hercule. *Voyage fluvial du Tiété à l'Amazone*, p. 272, 274-75.
- ³⁹ Capões esses que serviam de pouso e eram formados por palmeiras e outras plantas frutíferas.
- ⁴⁰ LANGSDORFF, Georg H. *Diários...*, 11/12/1825.
- ⁴¹ ANÔNIMO. *Notícia 8ª Prática...*, p. 153; FLORENCE, Hercule. *Voyage fluvial du Tiété à l'Amazone*, p. 224-25.
- ⁴² ALMEIDA, Francisco José de Lacerda e. *Cópia do Diário que fez...*, p. 51 e 73; FLORENCE, Hercule. *Voyage fluvial du Tiété à l'Amazone*, p. 262.
- ⁴³ CAMELLO, João Antonio Cabral. *Notícias Práticas...*, p. 126.
- ⁴⁴ ABREU, Manuel Cardoso de. *Divertimento Admirável...*, p. 29.
- ⁴⁵ FLORENCE, Hercule. *Voyage fluvial du Tiété à l'Amazone*, p. 254.
- ⁴⁶ *Ibidem*, p. 286.
- ⁴⁷ LANGSDORFF, Georg H. *Diários...*, 08/01.
- ⁴⁸ ROLIM, Antonio. *Relação da viagem...*, p. 200.
- ⁴⁹ FLORENCE, Hercule. *Voyage fluvial du Tiété à l'Amazone*, p. 247.
- ⁵⁰ LANGSDORFF, Georg H. *Diários...*, 06/08/1825.
- ⁵¹ ALMEIDA, Francisco José de Lacerda e. *Cópia do Diário que fez...*, p. 56.
- ⁵² ROLIM, Antonio. *Relação da viagem...*, p. 202.
- ⁵³ FLORENCE, Hercule. *Voyage fluvial du Tiété à l'Amazone*, p. 262.
- ⁵⁴ LANGSDORFF, Georg H. *Diários...*, 28/09/1825.
- ⁵⁵ ABREU, Manuel Cardoso de. *Divertimento Admirável...*, p. 71.
- ⁵⁶ LANGSDORFF, Georg H. *Diários...*, 05/10/1825.
- ⁵⁷ *Ibidem*, 06/12/1825.
- ⁵⁸ CAMPOS, Antonio Pires de. *Breve Notícia...*, p. 179-80.
- ⁵⁹ CAMELLO, João Antonio Cabral. *Notícias Práticas...*, p. 158; FLORENCE, Hercule. *Voyage fluvial du Tiété à l'Amazone*, p. 209.
- ⁶⁰ ORDONHES, Diogo de Toledo Lara e. *Carta de um passageiro de monção*, p. 224.
- ⁶¹ “Embora seja difícil determinar com precisão se as florestas antropogênicas seriam o resultado de queimadas indígenas, plantio, práticas de proteção de espécies ou combinações destas, evidências diretas são obtidas para o plantio proposital de ‘ilhas’ florestais pelos Kayapó de Gorotire em seu habitat de

campo/cerrado. A distribuição de espécies dessas ilhas florestais parece estar em consonância com a da floresta densa de terra firme em outros ambientes amazônicos. Se os Kayapó criaram florestas no presente etnográfico, não há razão para supor que as manipulações indígenas do meio ambiente, quando as densidades populacionais eram muito maiores, fossem menos significativas” (tradução nossa). BALÉE, 2013, p. 42.

⁶² Os povos indígenas frequentemente plantavam e protegiam espécies arbóreas com a intenção declarada de atrair animais de caça. BALÉE, 2013, p. 52.

⁶³ Os povos que sobrepuseram/se conjugaram aos indígenas apreenderam suas práticas relacionadas às florestas antropogênicas e adaptaram os recursos materiais e culturais da cultura anterior às circunstâncias do período.

Comércio de cativos e o cativoiro na região de Passo Fundo/RS (1850-1888)

Áxsel Batistella de Oliveira¹

A propriedade da terra e o cativoiro estão intrinsecamente ligados ao surgimento e ao desenvolvimento da sociedade brasileira, a segunda concomitante com a primeira, pois o cativoiro vem a surgir devido primeiro a abundância de terras no Brasil e a necessidade de uma mão de obra e a escolha pela cativos vindos do continente africano foi devido ao fato de que não haveria forma de obrigar os homens livres e imigrantes ao trabalho agrícola por uma remuneração irrisória sob sua labuta. O Brasil, há muito tempo, enfrenta problemas relacionados à propriedade da terra e, entre tantos litígios, a questão envolvendo os cativos e a sua relação na formação e manutenção da propriedade ganham destaque nessa pesquisa. As desigualdades sociais, a má distribuição econômica, refletem nos problemas que encontramos hoje, como, por exemplo, a violência para com os trabalhadores rurais, os povos de remanescentes de comunidades quilombolas e os indígenas, fruto de interesses que envolvem a posse e a propriedade da terra e o seu histórico ligado ao uso do cativoiro durante mais de três séculos.

O cativo e o cativoiro no Rio Grande do Sul

O Rio Grande do Sul neste contexto foi elevado à categoria de capitania apenas em 1807, se tornando independente da capitania do Rio de Janeiro. Na agora capitania as políticas de sesmarias também chegaram, na qual ressaltamos a concessão de sesmarias e após 1822 concessões de porções de terras para militares em forma de retribuir os seus serviços militares, destacamos aqui o Coronel Francisco de Barros Miranda, que foi um legislador da cidade de Passo Fundo no ano de 1864 (sendo presidente da câmara de vereadores) e havia ganho uma grande quantidade de terras, cerca de 14.000 hectares, devido a sua participação na Guerra do Paraguai (1864-1870). As terras do Coronel Miranda iriam de onde hoje se encontra os municípios de Sertão e Passo Fundo.

Algo comum nestas concessões era de os fazendeiros encontrarem posseiros já instalados nas terras, e a partir disso decidirem se manteriam estes sujeitos na condição de agregados, ou se os expulsaria das terras. Nestes casos, assim como nos processos de colonização o conflito com posseiros e indígenas foram inevitáveis.

Para Gutierrez², as Charqueadas tiveram seu início em 1780 no Estado do Rio Grande do Sul, tendo como um dos pioneiros o português José Pinto Martins, que se estabeleceu onde hoje é o município de Pelotas/RS. Esta primeira fase durou até o ano de 1831. Um dos motivos das charqueadas terem surgido e se desenvolvido nesta região seria a questão geográfica, pois essas propriedades se formaram entre lagoas e o Atlântico, onde se encontravam gramíneas forrageiras³ muito nutritivas, se tornando um “curral nativo”, ou seja, para a criação do gado esse território continha uma boa oferta de água, alimento e propiciava o transporte dos produtos das charqueadas através da via marítima.

As bibliografias uruguaia e rio-grandense assinalaram a data de 1780 como o início das atividades charqueadoras, com vistas à comercialização. Na banda de cá, parece que o pioneiro foi o português, fabricante de carne seca, no Ceará, José Pinto Martins, que, fugindo das secas dos anos de 1777, 1778 e 1779, veio parar às margens do São Gonçalo ou do arroio Pelotas, onde estabeleceu a primeira fábrica de carne salgada. Na Banda Oriental, consta como precursor o espanhol Francisco Medina⁴.

Em 1779, apenas dois anos depois da assinatura do Tratado de Santo Ildefonso (1777), estabelecido entre Portugal e Espanha, houve o intuito de acabar com a disputa pela posse da Colônia de Sacramento e outras regiões, dividindo São Pedro do Rio Grande ao meio, no sentido longitudinal, próximo onde é hoje a cidade de Santa Maira/RS, ficando a parte oeste sob domínio espanhol e a parte leste sob domínio português. Iniciaram as doações de sesmarias de campo a militares de carreira, lideranças de grupos armados e para alguns religiosos. Essas sesmarias eram delimitadas por acessos fluviais, como a Lagoa Mirim, Laguna dos Patos, Arroios Taim e Chui e pelo Mar Atlântico, e vieram a se constituir em um aglomerado de estâncias, charqueadas e olarias.

As sesmarias eram chamadas de Pavão, Santana, São Tomé, Santa Bárbara, Monte Bonito, Pelotas e a Real Feitoria do Linha-Cânhamo⁵. Na localidade do 3º Distrito da Comandância Militar de São Pedro do Rio Grande do Sul, normalmente chamada de Serro

Pelado, se configuraram cerca de quarenta charqueadas, sendo trinta na sesmaria de Monte Bonito, que ainda em 1781 já haviam sido doadas 19 partes de terras ribeirinhas desta sesmaria.

A sesmaria do Monte Bonito, que se localizava no final da serra do Mar, conhecido como serra dos Tapes, entre os arroios Santa Bárbara e Pelotas, na margem norte do canal São Gonçalo, ligação natural entre a laguna dos Patos e a lagoa Mirim, no sul do continente americano, teve um desenvolvimento diferente das demais terras, situadas na região. Nessa área, os portugueses assentaram o cerne de sua produção charqueadora escravista meridional⁶.

Iniciava-se o grande comércio dos produtores de charque e da mão de obra escrava nessa região, formando o núcleo charqueador pelotense, onde ocorria a produção do charque, desde o abate dos animais ao processo de salgar a carne. Esses eram lugares insalubres, onde predominava o mau cheiro, restos dos animais abandonados a céu aberto e o proliferamento de impurezas. Nestes estabelecimentos constituídos de estâncias, charqueadas e olarias havia de 30 a 150 negros escravizados, em uma média de 84 escravos por propriedade, considerado um número elevado de cativos trabalhando e cerca de 70 por cento desta mão de obra era especializada (campeiros, domésticas, marinheiros, etc.). O número de mulheres e crianças trabalhando nestas terras era pequeno, demonstrando que os proprietários não investiam na reprodução dos escravos. Em 1831, o governo brasileiro decretava a proibição do tráfico de negros vindo do continente africano, através da Lei do Governo Feijó, de 07 de novembro de 1831:

Art. 1º Todos os escravos, que entrarem no território ou portos do Brazil, vindos de fóra, ficam livres. Exceptuam-se:

1º Os escravos matriculados no serviço de embarcações pertencentes a paiz, onde a escravidão é permittida, emquanto empregados no serviço das mesmas embarcações.

2º Os que fugirem do territorio, ou embarcação estrangeira, os quaes serão entregues aos senhores que os reclamarem, e reexportados para fóra do Brazil.

Para os casos da excepção nº 1º, na visita da entrada se lavrará termo do numero dos escravos, com as declarações necessarias para verificar a identidade dos mesmos, e fiscalisar-se na visita da sahida se a embarcação leva aquelles, com que entrou. Os escravos, que forem achados depois da sahida da embarcação, serão apprehendidos, e retidos até serem reexportados⁷.

Inicia-se a segunda fase das charqueadas (1831 – 1850) com a proibição da entrada de novos escravos no território brasileiro, fazendo preço de um cativo aumentar, assim como a pressão para findar a escravidão, ressaltando que, mesmo com a nova lei, o tráfico transatlântico continuou (em menor escala). As autoridades imperiais eram coniventes ainda com este processo, pois a economia era dependente da mão de obra escrava, e nas fazendas do Rio Grande do Sul não foi diferente, como podemos ver na tabela que segue, o número de cativos era considerável.

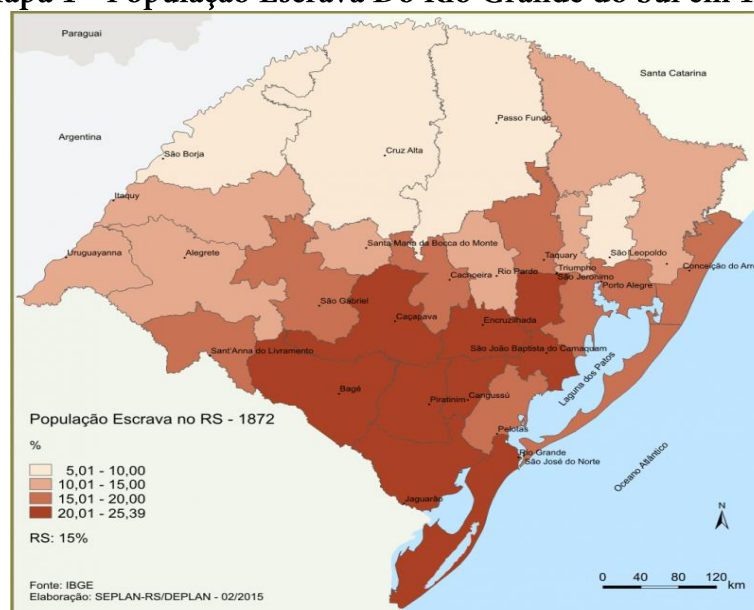
Tabela 1 – Escravos nos inventários *post-mortem* de alguns municípios 1811/1881

Município	Nº de inventários	Inventários Com Escravos	Total de Escravos	Média de escravos por inventário
Bagé	28	18	89	4.9
Cruz Alta	95	34	168	4.9
Pelotas	37	23	200	8.6
Rio Grande	63	39	279	7.1
Rio Pardo	32	26	216	8.3
São Borja	19	10	47	4.7
S. Leopoldo	26	7	25	3.5
Total	300	157	1024	6.5

Fonte: ZARTH, Paulo Afonso. A Estrutura Agrária. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (Coord.). *História geral do Rio Grande do Sul*. Império. Passo Fundo: Méritos, 2006-2009. p. 193.

A partir da tabela, podemos perceber que mais da metade dos inventários possuíam escravos, mas nas economias das charqueadas e pastoral essa média sobe mais. Como haviam poucos tropeiros, os escravos acabavam por ocupar esta função, além de exercerem o posto de campeiros, fazendo com que os escravos não saíssem dos campos de seu senhor. Porém, havia os negros que eram marinheiros, possibilitando a presença de cativos fora de seu domínio, mas dentro dos barcos do senhor, trabalhavam levando os produtos das charqueadas através dos arroios até o porto de Rio Grande. Distante das propriedades, sob uma vigilância reduzida, o trânsito marítimo auxiliou na resistência dos negros à clausura, facilitando a fuga dos escravos e dificultando a recaptura pelos seus senhores, pois se encontravam distante de suas terras e em território desconhecido.

Mapa 1 - População Escrava Do Rio Grande do Sul em 1872



Fonte: <http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/demografia-1872-a-1980>

Como pode-se ver no mapa, no sul do estado do Rio Grande do Sul se concentrou um grande contingente de mão de obra escrava, devido à concentração das estâncias, charqueadas e olarias, que vieram a utilizar a força escrava no trabalho. Em 1814, a população do RS seria de 70.000 habitantes e inseridos nesse dado estariam cerca de 20.000 escravos⁸.

A terceira fase (1850 – 1888), com a promulgação da Lei N° 581, de 4 de setembro de 1850, estabelece ações para a contenção do tráfico negreiro, alterando o sistema escravista que passou a realizar uma tráfico provincial. Não menos selvagem, este comércio se deu entre as regiões do Brasil com os negros que já se encontravam no território brasileiro. Uma prova deste mercado provincial que se estabelecia são as origens dos negros vindos para as charqueadas pelotenses neste período:

Tabela 2 – Escravos crioulos com províncias determinadas, pertencentes aos charqueadores pelotenses (1850-1888)

Província	Nº de escravizados	Percentagem representativa do Nº de escravos vindos de cada região
Maranhão	01	0,1
Ceará	08	1,6
Bahia	21	4,6
Pernambuco	07	1,4
Piratini	02	0,3
Rio de Janeiro	05	1,1
Aracaly	02	0,3
Paraíba	01	0,1
São Paulo	01	0,1
Santa Catarina	04	0,7
Sergipe	01	0,1
Indeterminados	407	88,5
Total	460	100%

Fonte: ASSUMPCÃO, Jorge Euzébio. *Demografia escrava das charqueadas pelotenses*. In: MAESTRI, Mário; ORTIZ, Helen (Coord.). *Grilhão negro: ensaios sobre a escravidão colonial no Brasil*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2009. p. 262

Os escravos provenientes da Bahia destoam dos demais na quantidade. Isso deve-se ao fato de que a região nordeste do Brasil sofreu com rebeliões escravistas durante o século XIX, tendo como exemplo a Revolta dos Malês⁹, os negros rebelados foram vendidos para proprietários de terras na região sul do país. Este processo de tráfico provincial se deu até a assinatura da Lei Áurea, após anos de pressões externas e internas para findar com a escravidão no país.

Na região norte do Rio Grande do Sul predominavam as estâncias em contrapartida das charqueadas da região sul, tinha-se a lógica de que uma produzia o gado para ser abatido em outra. Mesmo com as diferenças de paisagens e socioeconômicas, ambas mantinham como sua principal mão de obra o cativo.

Tem-se que no Rio Grande do Sul haviam mais campos e pastagens do que pessoas residentes, um dos reflexos destas grandes propriedades foram os surgimentos de municípios extensos com uma densidade demográfica baixa principalmente na região sul, enquanto as regiões florestais eram postas de lado (Norte) por quem vinha residir na capitania. Quando a terra se tornou escassa na região sul, houve um processo intenso de

migração para a parte norte da província. “O fato de não contarem com a propriedade jurídica da terra, não terem grandes recursos econômicos nem influência política impossibilitou que extrativistas e pequenos posseiros pudessem se manter nas terras e ervais que usufruíam¹⁰”.

As pastagens existentes na região norte foram logo ocupadas e transformadas em latifúndios pastoris, enquanto os povos nativos que ali residiam como caboclos livres que exploravam os ervais públicos e indígenas foram sendo empurrados para regiões de matos para as fronteiras agrárias. Estes latifundiários eram compostos por ex-militares em sua maioria, na qual se apossaram dos melhores territórios, controlando recursos como alimentos e água.

Quanto a dimensão do uso do gado nas estâncias e o papel dos cativos na região norte do Rio Grande do Sul no século XIX ainda não está clara como um todo. Nesse sentido temos uma historiografia tradicional que nas décadas de 1970 e 1980 mediu esforços para compreender o cativo nessa região e sua ligação com o trabalho nas estâncias.

Os primeiros historiadores que se debruçaram sobre esta temática tentaram minimizar o papel e a presença de cativos na formação agrária da região norte. Um exemplo desta visão se encontra embasado na obra de Jorge Salis Goulart¹¹ publicada pela primeira vez em 1927, cujo foi premiado pela academia brasileira de letras, no qual desenvolve a tese de que o trabalhador das estâncias, defendendo a ideia de que ele seria mais um amigo do que um subordinado ao patrão da estância. “(...) a democracia riograndense, por conseguinte, adoça, humaniza entre nós a nefanda instituição que outros povos ambiciosos criaram e exploraram (...) tradicional espírito de igualdade gaúcho liberta a raça martirizada antes mesmo da assinatura da lei áurea em 1884¹²”.

Essas passagens escritas por Goulart no início da década de 1920 ainda demonstram uma herança de teorias racistas que perduravam no período não só entre os intelectuais, mas na população em geral. Começa então a surgir a raiz da tese da escravidão mais branda nas estâncias do Rio Grande do Sul e do gaúcho benevolente que seria defendida a até pouco tempo por intelectuais da área de humanas em suas pesquisas.

Para Zarth, “mesmo superada aquela visão inicial, os historiadores recentes encontram dificuldades para caracterizar o papel da escravidão na sociedade gaúcha, fato que decorre, provavelmente, da inexistência de *plantations* que estão ligadas à escravidão¹³”. Com o tempo o cativo passou a ser admitido pelos intelectuais, mas relativizado e tendo seu papel diminuído, como no caso da obra do americano Joseph Love¹⁴ de 1975, em que defende a ideia de que a escravidão não teve o significado par ao Rio grande do Sul como teve para as plantações de açúcar e café nas região norte e sudeste do Brasil.

O sociólogo e ex-presidente do Brasil Fernando Henrique Cardoso em sua obra “Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional” de 1977, afirma que a escravidão foi apenas fundamental na região sul do Estado no trabalho nas charqueadas, “foi a indústria do charque, todavia, que tornou a exploração do escravo regular e intensa no Rio Grande do Sul¹⁵”. A principal corrente de pensamento seguida pelos historiadores que buscaram compreender o sistema escravista nesta região até então era a marxista e devido a isso viam o cativo ligado ao um modo de produção do sistema capitalista.

O historiador Mário Maestri, discute sobre a complexidade que se tinha no cativo na região sul do Rio Grande do Sul, segundo ele, “nem sempre no existem escravos existe um regime social de produção escravista; nem sempre que existe regime é ele a forma de produção dominante”. Em cima disso, podemos perceber que as principais discussões sobre o cativo no RS se debruçavam sobre a região sul e a lógica do charque, mas e como ficavam os negros e a lógica econômica em outras regiões?

Tabela 3 – Províncias com Maior Proporção de População Escrava

Província	Livres	Escravos	Total	Escravos em %
RJ	456.850	301.352	758.202	39,7 %
ES	59.748	22.297	81.775	27,6 %
RS	364.002	98.450	462.452	21,3 %
MA	284.101	74.598	358.699	20,8 %
SP	680.742	174.622	855.364	20,4 %
SE	139.812	33.064	172.872	19,1 %
MG	1.642.449	311.304	1.953.753	15,9 %
Brasil	8.220.620	1.540.829	9.761.449	15,8 %

Fonte: Diretoria Geral de Estatística, Relatório e Trabalhos Estatísticos. Rio de Janeiro, 1875. P. 46-62. Relatório do ministério da Agricultura. 10 de maio de 1883, p. 10 apud Conrad, 1978, p. 345.

Quanto aos discursos sobre não haver tantos escravos no RS e que sua relação com os patrões era mais branda, vemos que proporcionalmente o estado era o terceiro do país com mais números de cativos, estando apenas atrás dos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo. Proporcionalmente o RS tinha mais cativos do que grandes regiões escravistas como Minas Gerais e São Paulo. Ressalta-se também, que neste período o Estado do RS enviar cativos para as plantações de café paulistas, tanto é, que durante a votação da lei do ventre livre a bancada de legisladores gaúchos votou alinhado com os paulistas contra a lei.

Quanto o cativo nas estâncias do Rio Grande do Sul, há historiadores que negam a sua importância para o sistema econômico e social da região, como cita Maestri¹⁶ quanto ao uso de cativos no trabalho com gados, afirma que havia o uso da mão de obra escrava, mas que esse modo de produção não era calcado na produção escravista, Maestri toma como base documental os relatos do naturalista Auguste Saint-Hilaire, ao qual descreveu as estâncias gaúchas em 1820. Já o historiador Décio Freitas¹⁷, também não busca negar a existência de cativos, mas afirma que não haviam muitos e que só eram responsáveis por trabalhos domésticos e de produções de subsistência. Fernando Henrique Cardoso, compartilha da mesma linha de pensamento e análise sobre o uso de cativos como mão de obra nas estâncias, negando a importância destes sujeitos para a formação socioeconômica da região norte do Rio Grande do Sul.

Segundo Zarth¹⁸, o termo estância corresponde normalmente a grandes extensões de terras (cerca de 13.000 hectares), todavia, essa nem sempre era a realidade. O historiador

analisou relatórios municipais que demonstraram haver um domínio de estabelecimentos com poucos animais, assim, havendo múltiplas estâncias. Nesse sentido, a quantidade de cativos em uma estância estava estritamente ligada ao número de animais que o patrão possuía, pois quanto mais animais, mais cativos seriam necessários para os trabalhos de pastoreio. Em grandes estâncias o uso do cativo como forma de se ter mão de obra era indispensável, já em médias e pequenas estâncias nem sempre era possível encontrar cativos trabalhando.

Tabela 4 – Escravos nos Inventários Post-Mortem de Alguns Municípios

Município	Nº de inventários	Inventários com escravos	%	Total de Escravos	Média	Anos
Bagé	28	18	64,2%	89	4,9	1851/81
Cruz Alta	95	34	35,7%	168	4,9	1851/81
Pelotas	37	23	62,1	200	8,6	1821/81
Rio Grande	63	39	61,9	279	7,1	1811/81
Rio Pardo	32	26	81,2	216	8,3	1821/81
São Borja	19	10	52,6	47	4,7	1851/81
S. Leopoldo	26	7	26,9%	25	3,5	1851/81
Totais	300	157	52,3%	1024	6,5	1811/81

Fonte: ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Ed. Universidade Regional do Noroeste do Estado, 2002. p. 113

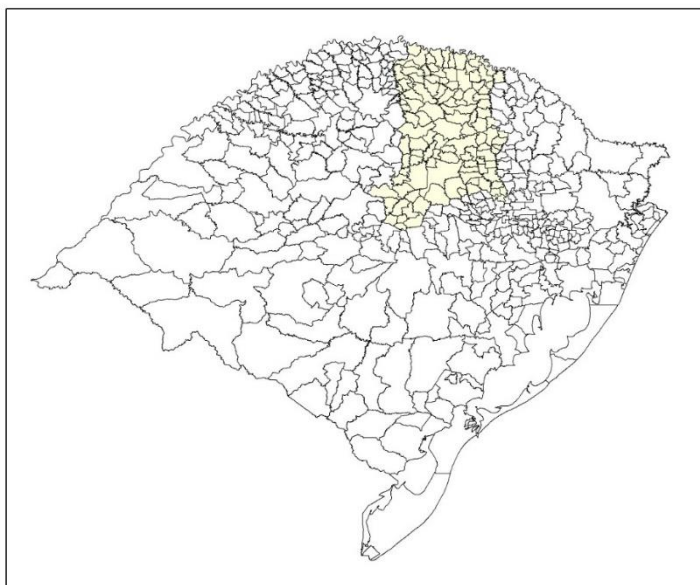
A partir da tabela, podemos analisar que mais da metade dos inventários consultados continham cativos com uma média de 6,5 por patrão. Nos municípios com uma economia pautava no uso do gado seja para pastorear ou para o charque, os índices de cativos nas terras chegam a 52,3%. Assim, podemos ver uma grande presença de cativos pelas regiões do Rio Grande do Sul, contrariando àquela primeira visão dos historiadores quanto ao pouco uso de mão de obra escrava em outras regiões.

Comércio de cativos na região de Passo Fundo (1850-1888)

A partir da proibição do tráfico de escravos para o Brasil, iniciou-se um processo de comércio interno de cativos e de reprodução nos próprios cativeiros para manter a mão de obra nas estâncias e fazendas ao longo do país. E é nesse cenário que começa a suscitar e

crescer a compra e venda de cativos no Rio Grande do Sul e mais especificadamente na região norte do Estado, onde o município de Passo Fundo estava localizado.

Mapa 2 – Extensão do Município de Passo Fundo durante o século XIX.

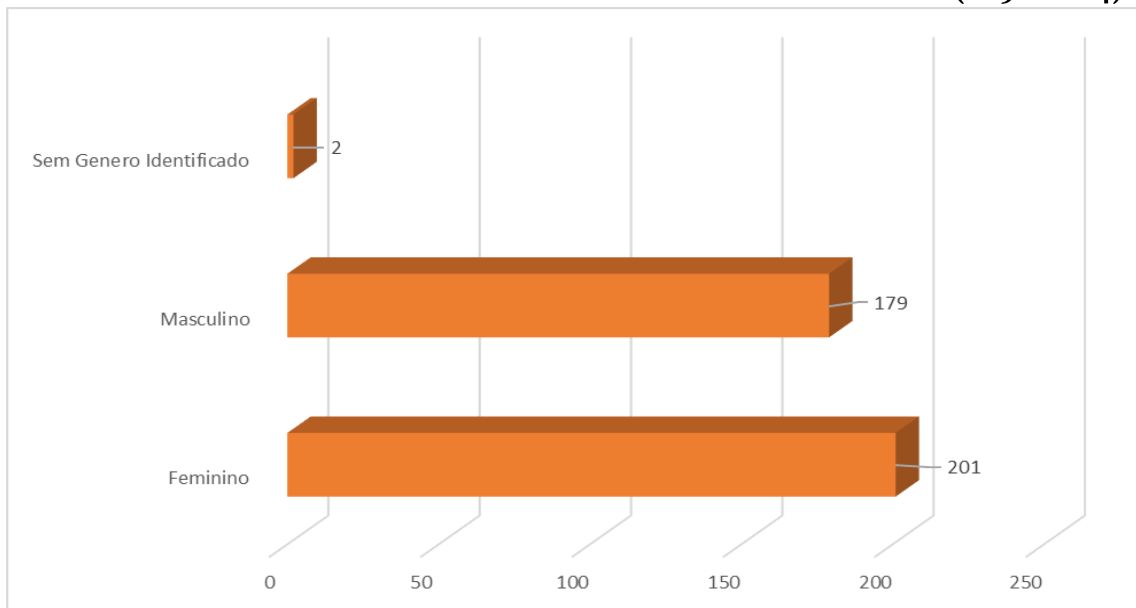


Fonte: VANIN, Alex. 2021.

Como podemos ver no mapa acima, Passo Fundo tinha um território extenso, contendo além da sua sede, outros 7 distritos que assim, compunham seu espaço político-administrativo. Além disso, como podemos ver anteriormente a região norte teve uma forte presença de cativos e contou com o uso dessa mão de obra para girar a economia e realizar os trabalhos nas estâncias, realizando inúmeras tarefas, como iremos ver logo adiante.

A região de Passo Fundo teve entre 1850 e 1888, por meio dos contratos de compra e venda disponíveis no APERS, cerca de 382 cativos comercializados com as mais variadas cidades e regiões do país; como São Paulo, Chapeco, Lages e Santa Maria. A partir da leitura e catalogação das fontes podemos notar que Passo Fundo teve um comércio intenso de cativos, demonstrando que nesta região havia um uso da mão de obra cativa, bem como, um comércio significativo tanto de venda como de compra.

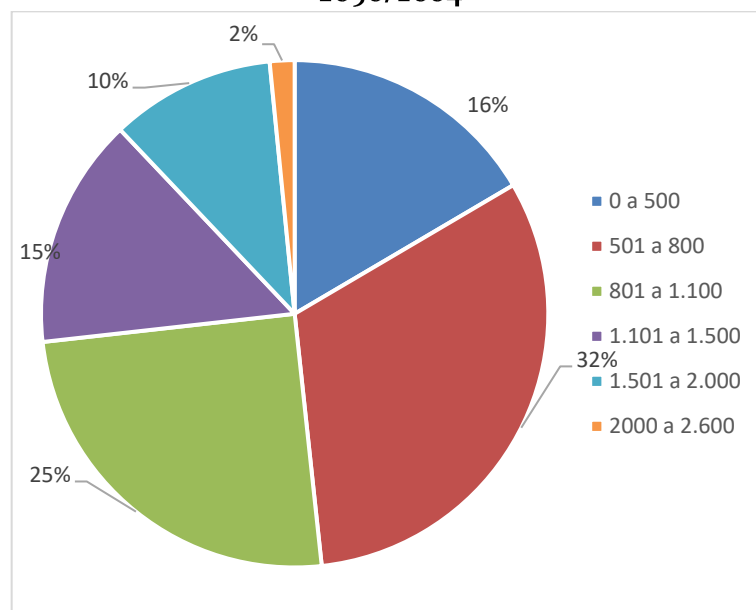
Gráfico 01 - Gênero dos Cativos Comercializados em Passo Fundo (1858-1884)



Como podemos ver no gráfico acima, foram comercializados 382 escravos durante a segunda metade do século XIX. Além disso, a grande maioria dos cativos é do gênero feminino, mostrando assim, uma realidade que mostrava a preferência por esta compra, devido ao fato de normalmente estas mulheres serem vendidas com seus filhos e filhas, e assim, tornando a compra ou venda mais benéfica aos comerciantes.

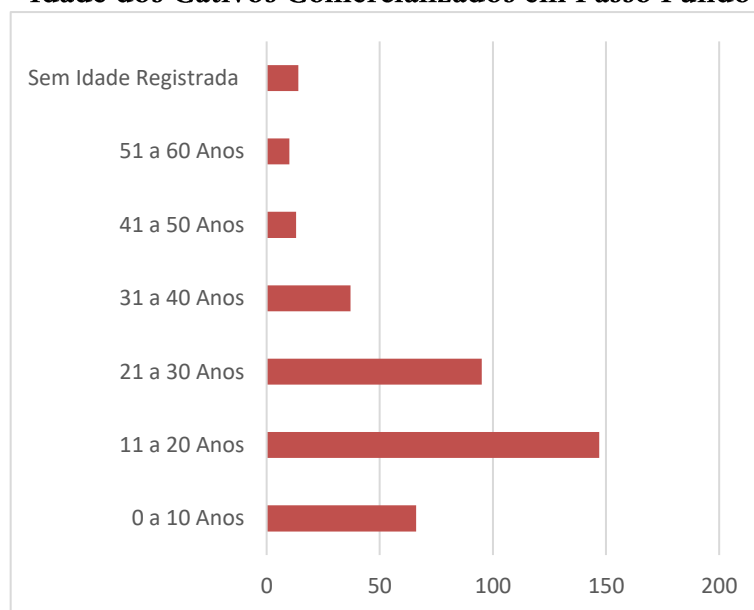
No gráfico a seguir, irá demonstrar o valor de cada escravo e média dos valores:

Gráfico 02 - Valor dos Cativos Comercializados em Passo Fundo (Em Réis) - 1858/1884



No gráfico 02, vemos que a média de valores dos escravos comercializados na região de Passo Fundo é de 501 a 800 contos de réis, sendo um valor elevado se comparado ao custo das propriedades e dos animais do período. Sendo assim, mostra o fato de que investir em um escravo era algo arriscado, pois o seu custo era elevado e podia sofrer com fugas, doenças e o custo de alimentação para os senhores.

Gráfico 03 - Idade dos Cativos Comercializados em Passo Fundo - 1858/1884



Outra questão que surgiu por meio dos contratos de compra e venda, foi a média de idade dos escravos comercializados em Passo Fundo. No gráfico 03, fica evidente que a maioria do comércio circulava em torno de jovens entre 11 e 30 anos, e alguns fatores que levaram a isso foram a força física, domínio de alguma atividade (campeiro, roceiro, domador, domestico) e estado de saúde, sendo estes alguns dos fatores que faziam esta faixa etária ser a mais comercializada.

Conclusão

Portanto, o número de escravos no Rio Grande do Sul fora expressivo, o que influenciou na formação de inúmeros quilombos e, após, comunidades de remanescentes quilombolas no Estado. Tempos depois, com a falta de mão-de-obra para trabalhar nas

sesmarias e a escravização dos indígenas que não obteve sucesso, devido as fugas e ao “corpo mole” no serviço, essa mão-de-obra foi substituída pela escrava, o que perdurou por três séculos, causando reflexos até os dias de hoje. Porém, no início do século XIX começavam as pressões, principalmente da Inglaterra para o fim da escravidão, o que culminou na proibição do tráfico negreiro em 1850 e mais tardar na Lei Áurea em 1888.

Como vimos, o comércio em Passo Fundo de escravos era algo instituído no meio socioeconômico da região, no qual inúmeros membros da sociedade participavam desta lógica, como senhores estancieiros, políticos, empresários e membros da Igreja Católica, e evidenciando que era comum o uso da mão de obra escrava para a produção econômica de Passo Fundo. Mesmo antes dessa lei o tráfico já estava diminuindo, e essa mão de obra precisava ser substituída, surgindo então leis para incentivarem a vinda de colonos para o Brasil, como os alemães (1824) e italianos (1875).

Referências

ALMEIDA, A. W. B. Terras tradicionalmente ocupadas. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 6, n. 1, maio 2004.

_____. *Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2009.

ARAÚJO, M. M. V.; SUPERTI, E. O direito de titulação das terras quilombolas e o Programa Brasil Quilombola no Amapá. *Planeta Amazônia: Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas*, Macapá, v. 6, p. 115-124, jan. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.unifap.br/index.php/planeta/article/view/1543>>. Acesso em: 30 maio 2020.

ARRUTI, J. M. A emergência dos “remanescentes”: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. *Mana*, v. 3, n. 2, p. 7-38, 1997.

_____. Quilombos. In: PINHO, O.; SANSONE, L. (Org.). *Raça: perspectivas antropológicas*. Salvador: Edufba, 2008.

BALDI, C. A. Territorialidade étnica e proteção jurídica: as comunidades quilombolas e a desapropriação. In: FERNANDES, Edesio; ALFONSIN, Betânia (Org.). *Revisitando o instituto da desapropriação*. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

BANDEIRA, M. L. *Terras negras: invisibilidade expropriadora*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1989.

BRASIL, D. *O mar virou sertão: O Quilombo de Santana e a Transposição do Rio São Francisco*. Curitiba: Appris, 2014.

CAMARGOS, L. D. B. *Da natureza jurídica das contribuições para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária* – INCRA. São Paulo: MP Ed., 2006.

CARDOSO, F. H. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*. 2º ed. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

CASTRO, H. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaio de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CASTILHO, E. W. A atuação dos antropólogos no Ministério Público Federal. In: LEITE, I. B. (Org.). *Laudos periciais antropológicos em debate*. Florianópolis: NUER/ABA, 2005.

CLEYDE, R. A. Territórios antigos, problemas novos: os remanescentes de quilombos. In: COSTA, L. G. (Org.). *História e Cultura Afro-Brasileira: subsídios para a prática da educação sobre relações étnico-raciais*. Maringá: Eduem, 2010. p. 105-118.

COSTA, W. *Geografia Política e Geopolítica*. São Paulo: Hucitec/USP, 1992.

COSTA, E. V. *Da Monarquia a República: momentos decisivos*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CONRAD, R. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Trad. De Fernando Castro Ferro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

DALOSTO, C. D. *Políticas Públicas e os Direitos Quilombolas no Brasil: O exemplo kalunga*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

DALOSTO, C. D.; DALOSTO, J. A. D. Políticas Públicas e Os Quilombos no Brasil: Da Colônia ao Governo Michel Temer. *Revista de Políticas Públicas/UFMA*, Maranhão, v. 22, n. 1, p. 545-564, jan. 2018.

FREITAS, D. *O capitalismo pastoril*. Porto Alegre e Caxias do Sul, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1981.

FREYRE, Gilberto; FONSECA, Edson Nery da; TUNA, Gustavo Henrique (Rev.). *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.

GOMES, F. S. *Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil*. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GROSSI, P. *História da propriedade e outros ensaios*. Tradução Luiz Ernani Fritoli e Ricardo Marcelo Fonseca. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

GUSMÃO, N. M. M. *A questão política das chamadas "Terras de preto"*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1989.

GUTIERREZ, E. J. B. *Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. Pelotas: Ed. Universitária/UFPel, 2001.

_____. Sítio Charqueador Pelotense. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (Coord.). *História geral do Rio Grande do Sul*. Império. Passo Fundo: Méritos, 2006-2009. p. 231-256.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multi-territorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALL, S. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org. e Trad.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 103-133.

JUNIOR, A. O. V. De Família, Charque e Inquisição se fez a trajetória dos Pinto Martins (1749-1824). *Anos 90*, Porto Alere, v. 16, n. 30, p. 187-214, 2009.

LINHARES, M. Y.; SILVA, F. C. T. S. *Terra Prometida: uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 30*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975.

LOPES, L. S. Relatos de Pesquisa: A Utilização dos Inventários Post-Mortem como Fonte de Dados. *economia & história: relatos de pesquisa*, São Paulo, p. 53-55, jul./2015. Disponível em: <https://www.fipe.org.br/Content/downloads/publicacoes/bif/2015/bif418-53-55-pesq.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2020.

MACHADO, I. P. História e Judiciário: um diálogo necessário. Autos e baixas. *Revista da Justiça Federal do Rio Grande do Sul - justiça, memória e cidadania*, v. 1, p. 135-150, 2013.

_____. Algumas considerações sobre a pesquisa histórica com fontes judiciais. *Métis: história & cultura*, v. 12, n. 23, jan./dez. 2013.

MAESTRI, M. et al. *Peões, vaqueiros & cativos campeiros: estudos sobre a economia pastoril no Brasil*. Passo Fundo: Ed. da UPF, 2009-2010.

_____. Pampa Negro: Quilombos no Rio Grande do Sul. In: GOMES, Flávio dos Santos; REIS, João José (Org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *O escravo gaúcho*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1984.

MARIN, R. E. A. *Quilombolas na Ilha de Marajó: território e organização política*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2009.

MARQUESI, R. W. *Direitos reais agrários & função social*. Curitiba: Juruá, 2008.

MEDEIROS, R. M. V.; LINDNER, M. (Org.). *Assentamentos Rurais, Território, Produção: Novas alternativas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: NEAG/UFRGS, 2014.

MIOZZO, P. C. Fundamentos dos Conceitos de Hermenêutica Jurídica e de Interpretação em Carlos Maximiliano. *Cadernos do Programa de Pró-Graduação em Direito PPGDir./UFRGS*, Porto Alegre, v. 11, n. 3, p. 369-384, 2016.

MOTTA, M. (Org.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MOTTA, M; SECRETO, Maria Verônica. *O direito às avessas: por uma história social da propriedade*. Niterói: Eduff, 2011.

MOTTA, M. *Nas Fronteiras do Poder: conflito de terra e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

O'DWYER, E. C. (Org.). *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2002.

OLIVEIRA, A. R. S.; SILVA, C. H. Território, Territorialidade e Identidade Territorial: categorias para análise da dinâmica territorial quilombola no cenário geográfico. *Caderno de Geografia*, v. 27, n. 49, p. 2318-2962, 2017.

OLIVEN, R. G. O reconhecimento das terras indígenas e dos remanescentes de comunidades de quilombos diz respeito a toda a sociedade brasileira. In: LEITE, I. B. (Org.). *Laudos periciais antropológicos em debate*. Florianópolis: NUER/ABA, 2005. p. 63-67.

_____. *A invisibilidade social e simbólica do negro no Rio Grande do Sul*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

PAULANI, L. M. "Money in contemporary capitalism and the autonomization of capitalist forms in Marx's theory". *Cambridge Journal of Economics*, v. 38, n. 4, p. 779-798, 2014.

QUINTANS, M. T. D.; GAY, A. Movimento negro e a luta por direitos: a participação na ANC e as conquistas na Constituição federal brasileira. *Sociologia, Antropologia e Cultura Jurídica*, Florianópolis: Conpedi, v. 1, p. 90-119, 2014.

RIZZARDO, A. *Curso de direito agrário*. 3. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

RODRIGUES, J. B. *A Função Social da Propriedade Quilombola*. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário de Brasília-CEUB, Brasília, DF, 2013.

RUBERT, R. A.; SILVA, P. S. *O Acampesamento como sinônimo de aquilombamento: o amálgama entre resistência racial e resistência camponesa em comunidades negras rurais do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Ed. da Unesp, 2009.

SALIS GOULART, Jorge. *A Formação do Rio Grande do Sul*. 3. ed. Porto Alegre: ESTSLB/Martins Livreiro, Caxias do Sul: UCS, 1978.

SCHERER, J. S. (Coord.) e ROCHA, M. M. (Coord.). e Márcia Medeiros da Rocha. Rio Grande do Sul. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. *Documentos da escravidão: compra e venda de escravos: acervo dos tabelionatos do Rio Grande do Sul* – Porto Alegre: Companhia Riograndense de Artes Gráficas (CORAG), 2010. 2 v.

SCHUMAHER, S.; BRAZIL, É. V. *Mulheres negras Do Brasil*. Rede de Desenvolvimento Humano, 2006.

SMITH, R. *A propriedade da terra e transição: estudo da formação da propriedade privada e transição para o capitalismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SOUZA, B. O. S. *Aquilombar-se: Panorama sobre o movimento quilombola brasileiro*. Curitiba: Appris, 2016.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VASCONCELLOS, M. M.; ALVES, P. G. *Hermenêutica jurídica: um olhar libertário sobre a interpretação do direito*. In: CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI, 11, 2012, Niterói: Publica Direito, 2012.

ZARTH, P. A. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Ed. Universidade Regional do Noroeste do Estado, 2002.

_____. A Estrutura Agrária. In: GOLIN, T.; BOEIRA, N. (Coord.). *História geral do Rio Grande do Sul*. Império. Passo Fundo: Méritos, 2006-2009.

-
- ¹ Doutorando em História pela Universidade de Passo Fundo, axsel.o@hotmail.com, <http://lattes.cnpq.br/7226149462688366>, Bolsista Prosuc CAPES I.
- ² GUTIERREZ, E. J. B. *Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. Pelotas: Ed. Universitária UFPel, 2001.
- ³ São utilizadas na alimentação de animais bovinos, equinos e caprinos, além de servirem também para adubação e conservação do solo. Sendo fundamental para a qualidade da carne bovina.
- ⁴ GUTIERREZ, E. J. B. *Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. Pelotas: Ed. Universitária UFPel, 2001. p. 47.
- ⁵ Idem. Sítio Charqueador Pelotense. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (Org.). *História geral do Rio Grande do Sul*. Império. Passo Fundo: Méritos, 2006-2009. p. 234.
- ⁶ O Monte Bonito Cobriu-Se De Sangue: História Do Sítio Charqueador Pelotense. Rs. Disponível em: < <http://www.iau.usp.br/sspa/arquivos/pdfs/papers/01502.pdf> >. Acesso em: 21 de jun. 2021.
- ⁷ Lei de 7 de novembro de 1831. Disponível em: < http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37659-7-novembro-1831-564776-publicacaooriginal-88704-pl.html > Acesso em: 21 de jun. 2021.
- ⁸ ZARTH, Paulo Afonso. A Estrutura Agrária. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (Coord.). *História geral do Rio Grande do Sul*. Império. Passo Fundo: Méritos, 2006-2009. p. 199.
- ⁹ A Revolta dos Malês foi uma das inúmeras rebeliões promovidas por escravos durante o Período Regencial (interregno entre a abdicação de D. Pedro I e o chamado “Golpe da Maioridade”, quando seu filho D. Pedro II teve a maioridade proclamada – 1831 a 1840). O motim ocorreu na cidade de Salvador – BA, entre os dias 24 e 25 de janeiro de 1835 (no fim do mês sagrado do Ramadã), há exatos 180 anos. Disponível em: < <http://www.palmares.gov.br/archives/40530> > Acesso em: 21 de jun. de 2021.
- ¹⁰ ORTIZ, p. 102. 2011
- ¹¹ GOULART, J. S.. *A Formação do Rio Grande do Sul*. 3. ed. Porto Alegre: ESTSLB/Martins Livreiro, Caxias do Sul: UCS, 1978.
- ¹² Idem, p. 48-49.
- ¹³ ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Ed. Universidade Regional do Noroeste do Estado, 2002. p. 106.
- ¹⁴ LOVE, J. *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 30*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975. P. 11.
- ¹⁵ CARDOSO, F. H. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*. 2º ed. São Paulo: Paz e Terra, 1977. P. 70.
- ¹⁶ MAESTRI, M. *O escravo gaúcho*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1984. p. 52
- ¹⁷ FREITAS, D. *O capitalismo pastoril*. Porto Alegre e Caxias do Sul, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1981. p. 36.
- ¹⁸ ZARTH, p. 111. 2002.

Colonização e reforma agrária em terras do Ivinhema: a SOMECO S/A frente as ocupações da gleba Santa Idalina (1961-1986)

Rogério Ribeiro Antonio¹

Introdução

Entre as décadas de 1950 e 1980 a Sociedade de Melhoramentos e Colonização (SOMECO S/A) adquiriu e colonizou terras na região do rio Ivinhema, localizadas no sul de Mato Grosso do Sul, elaborando planos de colonização para cada uma das onze glebas loteadas.

A pesquisa de mestrado, que resultou na dissertação intitulada *Um plano privado de colonização dirigida: a SOMECO S/A em terras do Ivinhema (1961-1974)* defendida em 26 de agosto de 2015, permitiu compreender os trabalhos da SOMECO S/A em duas etapas. Devido a farta e variada documentação disponibilizada pela empresa, optei por pesquisar durante o mestrado apenas a primeira etapa (1961-1974) dando ênfase no projeto da empresa para as terras sob o seu domínio.

A primeira etapa ficou caracterizada pela oferta de lotes que variavam de cinco a cem hectares, destinados a exploração agrícola com base no trabalho familiar, cujo pagamento se dava com entrada em torno de 40% e o restante em três parcelas anuais. Marca também essa etapa a assistência agrícola, educacional e médico-hospitalar, a construção de uma infraestrutura que incluía estradas, portos, ferrovias e a edificação de núcleos urbanos. Tudo isso, segundo a empresa, com o propósito de facilitar a aquisição e a fixação do pequeno produtor.

A colonização que se seguiu, ou seja, a segunda etapa (1978-1986)², ficou marcada pela oferta de lotes maiores, alguns ultrapassando os 400 hectares, para os quais era sugerido a exploração agropecuária com a utilização de máquinas agrícolas. A forma de pagamento também foi alterada, exigindo-se agora 50% de entrada e o restante para doze meses, quando antes era de 40% de entrada com três parcelas anuais. Além destas características, fatores importantes marcaram essa etapa, como as ocupações ocorridas nos

anos de 1984 e 1985 na gleba Santa Idalina, a desapropriação e as tentativas da empresa para reaver essas terras.

Analisando o contexto histórico, que envolve os trabalhos da SOMECO S/A em terras do Ivinhema, percebe-se dois momentos distintos. A primeira etapa, está inserida num contexto de expansão das fronteiras agrícolas e de políticas desenvolvimentistas iniciadas no governo Juscelino Kubitschek e mantidas nos governos militares, onde o crescimento de centros urbanos como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte demandava por fornecimento de matéria prima e de alimentos. Já a segunda etapa, insere-se num contexto de abertura política, fim do chamado milagre econômico e de lutas pela terra, nas quais os trabalhadores sem-terra passam a se organizar e adotam as ocupações como forma de pressionar o governo para a realização da reforma agrária. No Estado de Mato Grosso do Sul, ocorreram diversas ocupações de terra, duas delas ocorreram na gleba Santa Idalina.

Neste trabalho, apresento brevemente as duas etapas do trabalho da SOMECO S/A em terras do Ivinhema, mencionando as ocupações de terras que se deram em uma de suas glebas, a gleba Santa Idalina.

A SOMECO S/A em terras do Ivinhema

Para a dissertação de mestrado, mencionada acima, optei por objeto de estudo o plano privado da colonização dirigida pela SOMECO S/A em terras do Ivinhema, no sul do então Estado de Mato Grosso³. Durante a pesquisa a empresa disponibilizou uma vasta e diversificada documentação que incluía seus projetos de colonização, seu material de divulgação e a publicação de um estudo realizado por Michael Nelson do Instituto *Latinoamericano de Planificación Económica y Social* (ILPES), criado em 1962, cujo objetivo era fornecer aos governos da América Latina planejamentos para o desenvolvimento econômico e social, intitulado *El aprovechamiento de las tierras tropicales*.

De meados da década de 1950 até início de 1960 a SOMECO S/A adquiriu cerca de 300 mil hectares dos quais pretendia colonizar 110 mil. Ao longo das décadas de 1960, 1970 e 1980, a empresa loteou onze núcleos rurais – Piravevê, Cristalino, Itapoã, Ubiratã,

Jaborandi, Vitória, Azul, Ouro Verde, Guiraí, Guiraí II e Marau – perfazendo um total de quase 80 mil hectares. Para cada uma destas glebas foi elaborado um plano de colonização e ao analisá-los, foram identificados elementos que os distinguiram, permitindo compreender o trabalho da SOMECO S/A em duas etapas.

Na primeira etapa, de 1961 a 1974, foi dada preferência para a pequena propriedade com vistas a fixação do pequeno produtor, sendo ofertados lotes que variaram entre cinco e cem hectares, sugerindo-se o cultivo de arroz, milho, mamona, soja, feijão, amendoim e algodão. Além disso, foi previsto a construção de seis núcleos urbanos em seis glebas rurais, um núcleo principal, Ivinhema, que posteriormente viria a constituir a cidade de Ivinhema, e mais cinco núcleos urbanos secundários, Alice, Angelina, Azul, Cristina e Lídia. A função dos núcleos urbanos era a de atender os colonos com serviços, como mercado, farmácia e posto agrícola para distribuição de sementes e mudas, além de consumir parte da produção local, como hortaliças e leite. Para melhor atender os produtores rurais, as propriedades estavam a uma distância não superior a cinco quilômetros de um núcleo urbano. Nas glebas Vitória e Jaborandi, apesar de não ter sido previsto núcleos urbanos, as propriedades localizavam-se próximas ao núcleo central de Ivinhema e aos núcleos urbanos Alice e Cristina.

Pelos estudos realizados, é possível afirmar que a primeira etapa da colonização SOMECO S/A esteve inserida num contexto internacional de Guerra Fria, no qual governos de países da América Latina enfrentavam impasses políticos e sociais que envolviam interesses públicos e privados no debate sobre a questão agrária. Nesse sentido, o ILPES e a *Comisión Económica para América Latina (CEPAL)*, fundada em 1962 em Santiago do Chile como um projeto do Fundo Especial das Nações Unidas que contava com apoio dos países latino-americanos e de diversos organismos internacionais e privados, promoveram estudos visando orientar ações governamentais sugerindo a colonização dirigida.

Importante destacar que Nelson, para realizar o trabalho, visitou diversos países da América Latina entre 1967 e 1969, dialogando com pessoas que *“laboran en campos tan diferentes como construcción de carreteras, silvicultura, colonización e industrias agrícolas tanto instaladas en las regiones fronterizas de la selva o en las capitales del continente”*

(NELSON, 1977, p.11). Visitando os trabalhos da SOMECO S/A em terras do Ivinhema no ano de 1968, encaminhou seu parecer ao ILPES apontando a viabilidade econômica do projeto por atrair colonos através de ofertas de lotes pequenos com infraestrutura e assistências.

Em nível nacional, nas décadas de 1950 e 1960, a política desenvolvimentista incentivou a industrialização brasileira gerando maior demanda por alimentos e matéria prima. Diante desse processo, o acesso a bens de consumo foi dificultado pela baixa renda da população e o alto custo das mercadorias. Setores políticos representados pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB), atribuíam tal situação à estrutura agrária que por ser baseada na grande propriedade agroexportadora não supria a demanda interna por alimentos (ANTONIO, 2015, p. 106).

Para trabalhistas e comunistas, o crescimento econômico brasileiro dependia de uma reformulação agrária. Ao mesmo tempo em que se intensificaram os conflitos pela terra em decorrência das condições da população rural, medidas governamentais foram tomadas para conter possíveis ocupações. Neste contexto, a colonização dirigida por empresas particulares tornou-se mecanismo de conciliação de interesses políticos que envolviam os debates sobre a reforma agrária, uma vez que direcionou para os oestes trabalhadores rurais que desejavam a posse da terra e expandiu fronteiras agrícolas. Num cenário em que a disputa entre capitalismo e socialismo se acirrou, a implantação da pequena propriedade por empresas privadas de colonização foi algo controverso, pois lidou com questões sociais que constituíam o problema de acesso à terra e valorizou a expansão do capital no campo brasileiro (Idem, p. 106-107).

Como parte do projeto de colonização, a SOMECO S/A previa “uma infraestrutura de bens e serviços” que proporcionasse “ao colono condições de desenvolvimento e emancipação” (PLANO de colonização, 1968, p. 19). Seguindo as exigências do Estatuto da Terra, a empresa não poderia comprometer nenhum lote antes de realizar a abertura de estradas principais e secundárias; disponibilizar assistência médica e educacional para o colono e sua família; alojamentos para as famílias recém-chegadas até a construção de casa própria; materiais de construção para a edificação de casas dos colonos, bem como, parcial financiamento; orientação técnica e fornecimento de sementes e inseticidas para que desse

Outros pontos em destaque no material de divulgação foram a qualidade do solo, o clima e a abundância de cursos d'água na área colonizada. A boa qualidade da terra foi assim retratada: do “norte do Paraná, atravessa o rio do mesmo nome, abrange a região do rio Ivinhema e de Dourados, fazendo divisa com a rica e fértil Colônia Agrícola Federal de Dourados”(CAND) (MATERIAL de divulgação). Interessante a comparação com as terras do norte do Paraná e de Dourados que eram conhecidas pela fertilidade. Acredita-se que isso foi uma forma encontrada para chamar a atenção do trabalhador, demonstrando que as terras do Ivinhema eram tão férteis quanto às paranaenses e as da CAND.

No início da colonização foi previsto o padrão da área da parcela rural em torno de 30 hectares, porém, devido a fraca condição econômica do pretendente ao lote rural, a empresa se viu obrigada a elaborar planos de colonização que previam a exploração de áreas menores. Desta forma, os lotes oferecidos visaram o acesso do produtor rural de baixo poder aquisitivo à propriedade da terra. O tamanho reduzido dos lotes, menor do que o necessário para o sustento do trabalhador, contribuiu para a manutenção da oferta de mão de obra barata nos locais de colonização dirigida. Isto ficou evidente nos planos de colonização da SOMECO S/A, ao ser sugerido o trabalho de diarista para proprietários de lotes maiores, como forma de complementação da renda do adquirente de lote de tamanho inferior ao padrão.

Para atender uma gama variada de compradores de lotes, a colonizadora ofereceu três padrões de lotes que variaram em tamanho conforme a gleba colonizada. Nos planos de colonização, havia um plano de uso específico para cada padrão de lote, que sugeria a exploração de culturas econômicas adaptadas a região. Os estudos realizados pela equipe de agrônomos da SOMECO S/A, indicavam o cultivo de milho, feijão, arroz, algodão, amendoim, mamona e soja.

Ainda na primeira etapa, um aspecto particular foi identificado, o acompanhamento de Reynaldo Massi, proprietário da SOMECO S/A, no processo de colonização. Notou-se nos documentos analisados que mesmo tendo outras empresas em setores diferentes, como armazéns e transportes, Massi parecia ter prioridade pela colonizadora, destinando recursos de outras empresas durante os primeiros anos de colonização. A pretensão do empresário paulista de implantar a pequena propriedade, proporcionando ao colono

condições de fixação e emancipação, norteou os trabalhos da empresa em terras do Ivinhema. Porém, em decorrência de complicações de uma cirurgia cardíaca, veio a falecer em setembro de 1974, na cidade de Diamante do Norte (PR), não podendo acompanhar a conclusão da primeira etapa da colonização.

Foram nesses contextos que se inseriram os planos de colonização da primeira etapa dos trabalhos executados pela SOMECO S/A em terras do Ivinhema. Ao implantar infraestrutura, disponibilizar assistências e divulgar seus trabalhos, a empresa valorizou suas terras e obteve lucros nas vendas de lotes, direcionando colonos e expandindo a fronteira agrícola. Não por acaso nos estudos de Nelson foi apontada a viabilidade econômica do projeto da SOMECO S/A, sendo sugerido que governos e empresas de outros países da América Latina seguissem o modelo implantado em terras do Ivinhema.

Em 1978 foi elaborado o plano da gleba Guiraí, que seguiu padrões parecidos com o da primeira fase, objetivando a fixação do trabalhador em propriedades entre 15 e 30 hectares, sugerindo o cultivo de soja, milho, arroz, algodão, amendoim e mandioca como culturas anuais. A leitura do plano de colonização desta gleba deixa transparecer que seus idealizadores propuseram valorizar a memória de Reynaldo Massi, uma vez que a organização técnica administrativa da empresa buscou dar continuidade aos seus projetos, apresentando dados que comprovariam que “os objetivos propostos pela SOMECO S/A” vinham sendo “alcançados com pleno êxito, superando as expectativas de desenvolvimento da região” (PLANO de colonização, 1978, p. 6). Além disso, o plano da gleba Guiraí passou a sugerir o plantio de café, apesar desta lavoura vir sendo cultivada em terras do Ivinhema, sem o “consentimento” da empresa, desde o final da década de 1960. Ainda segundo o plano de colonização, a indicação de exploração desta lavoura se justificava visto que as condições climáticas e do solo eram favoráveis, assim como sua absorção nos mercados nacional e internacional, além desta lavoura gerar emprego ao longo de todo o ano.

Na década de 1980, a SOMECO S/A elaborou os dois últimos planos de colonização, o da gleba Guiraí II (1984) e da Maraú (1986), que se diferenciavam dos demais em dois aspectos. Primeiro, quanto ao tamanho dos lotes que variavam entre 25 e 400 hectares. Segundo, para os lotes até 100 hectares era sugerido o cultivo de café e da sericicultura. Arroz, soja e milho eram sugeridos apenas como culturas intercalares nos

primeiros anos de formação dos cafezais e da amoreira com a finalidade de se obter uma renda imediata. Para os lotes acima de 100 hectares, os planos sugeriram uso de máquinas agrícola e, exclusivamente, a exploração da pecuária.

A justificativa de se ofertar lotes maiores era a de que nestas glebas – Guiraí II e Marau – havia uma larga faixa de terras menos férteis se comparadas as das glebas já loteadas e por isso teriam uma destinação econômica diferente da tradicional (PLANO de colonização, 1984, p. 28). Para a empresa, a opção pela pecuária atenderia a esta nova destinação econômica, uma vez que as terras “fracas” são inapropriadas para culturas agrícolas, além disso, a exploração desta atividade exige áreas de maior extensão (PLANO de colonização, 1986, p. 27).

Alguns objetivos propostos nos planos das glebas Guiraí II e Marau chamam a atenção e nos faz refletir sobre a situação social e econômica que atingia o município de Ivinhema. Segundo seus projetos, a colonização destas glebas visou possibilitar a absorção de mão de obra rural e fomentar e criar novos empregos, novos mercados produtores e consumidores. Nota-se com isso, que o município passava por problemas econômicos ligados ao desemprego no campo, assim a empresa passou a criar mecanismos que pudesse absorver a mão de obra rural, como com o incentivo da cafeeicultura e da sericicultura.

Após a apresentação da colonização SOMECO S/A, vejamos a questão da ocupação, desapropriação e reforma agrária.

Ocupação e desapropriação nas terras da SOMECO S/A

No cenário econômico mundial problemas como pobreza, desemprego em massa, miséria e instabilidade, relacionados ao capitalismo antes da Segunda Guerra e que durante a Era de Ouro foram em grande parte eliminados, reapareceram depois de 1973 frente à crise do petróleo. A desigualdade social e econômica surge em níveis alarmantes em muitos países, mesmo aqueles com economias de mercado desenvolvidas como EUA e Suíça (HOBBSAWM, 2008, p. 396).

No Brasil, as consequências mundiais do aumento do custo do petróleo, associadas à política econômica de endividamento externo, lançam a economia em crise. Entre as décadas de 1970 e 1980, os “20% mais pobres da população dividiam entre si 2,5% da renda

total da nação, enquanto os 20% mais ricos ficavam com quase dois terços dessa renda” (Idem, p. 397). Diante desse cenário a base de sustentação do regime militar, o “milagre econômico”, perde forças e diversas greves eclodem no país a partir de 1978 (QUADRAT, 2000, p. 382).

Acompanhando os movimentos grevistas, no meio rural eclodem manifestações em diversas regiões do país pela reorganização fundiária. No final da década de 1970, quando as contradições do modelo agrícola se acentuam e sofrem com a violência de Estado, aumentam as ocupações de terra. Para frear essas ameaças, o governo militar, aproveitando da construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, “incentivou a colonização dirigida na Amazônia Legal, apesar do discurso ser voltado para a reforma agrária, trazendo do nordeste brasileiro um contingente populacional que lutava pela posse da terra” (ANTONIO, 2015, p. 45). Nota-se que o discurso do governo focou na reforma agrária, quando na verdade realizou-se a colonização dirigida. Neste sentido, os trabalhos da SOMECO S/A estiveram alinhados às políticas governamentais ao colonizar as terras do Ivinhema.

Para Vasconcelos (1986) as ações do governo causaram transtornos e prejuízos à população, pois “[...] a colonização dirigida na Amazônia, ao favorecer e intensificar a migração de populações rurais do nordeste brasileiro, deixa de realizar a reforma agrária nesta região” (VASCONCELOS, 1986, p. 4). Na Amazônia legal gerou consequências socioambientais negativas, como a expulsão de trabalhadores extrativistas de suas terras, a violência contra tribos indígenas, as construções da rodovia Transamazônica e da hidrelétrica de Tucuruí, além da morte de lideranças como a de Chico Mendes (GUERRA, 2002, p. 36).

Assim, a “nova” colonização dirigida parece ter buscado evitar, mais uma vez⁴, a realização da reforma agrária, e apesar de ter sido incentivada pelo governo federal, não atendeu satisfatoriamente as demandas sociais pela terra, resultando no início da década de 1980 em novas lutas pela sua posse.

No final da década de 1970 e início da de 1980, as manifestações eclodem em vários Estados. Nos primeiros anos da década de 1980, ocorriam em Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, “inúmeras atividades para a discussão dos problemas que

afligiam os trabalhadores sem-terra” (BORGES, 2010, p. 98). Em setembro de 1982 na capital goiana, ocorreu um encontro organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)⁵ que contou com a presença de vários trabalhadores rurais sem-terra de Estados como Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, cujo objetivo principal era a troca de experiências de lutas já ocorridas pela defesa ou conquista da posse ou uso da terra (Idem, p. 97).

No jovem Estado de Mato Grosso do Sul, no início da década de 1980, as disputas pela terra se acirraram tendo ocorrido várias ocupações motivadas pela alta concentração de terras. A má distribuição é percebida no fato de

[...] 63% dos estabelecimentos agropecuários possuem menos de 100 hectares, detendo somente 2% da área total das terras ao passo que os estratos com mais de 1000 hectares representavam, no final da década de 1970, apenas 12% dos estabelecimentos envolvendo 84% da área total (BITTAR, 2009, p. 30).

Essa concentração de terras nas mãos de poucos gerou enormes conflitos no campo, com expulsão de posseiros como os ocorridos em Bodoquena e Taquarussu, rompimento de arrendamentos em Naviraí, além de mortes de índios e lavradores em conflitos pela terra. Diante deste cenário, a partir de 1981, teve início em Mato Grosso do Sul, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra⁶, que contava com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), de mais quatro sindicatos e de algumas lideranças políticas (CORTEZ, 1985, p. 12).

Segundo Cortez (1985), após o primeiro encontro nacional do MST ocorrido em 1984 em Cascavel no Paraná, os trabalhadores sem-terra organizados de Mato Grosso do Sul – mas ainda não constituídos no MST – decidem ocupar uma área com o intuito de forçar os governos federal e estadual a promover a reforma agrária. As reuniões iniciaram-se em abril de 1983 e contavam com trabalhadores dos municípios de Mundo Novo, Eldorado, Iguatemi, Itaquiraí, Naviraí, Caarapó, Fátima do Sul, Dourados, Deodópolis, Angélica, Nova Andradina, Bataiporã, Taquarussu e Ivinhema. Nestas reuniões foi sugerido, por “um político de situação, que vinha acompanhando a organização do movimento” (CORTEZ, 1985, p. 6), a área a ser ocupada: uma extensa gleba de terra em mata, com aproximadamente 18 mil hectares, de domínio da SOMECO, a gleba Santa

Idalina. Fato que ocorreu na madrugada de sábado para domingo do dia 29 de abril de 1984, com cerca de dois mil e quinhentos boias-frias (*O Estado de São Paulo*, 01/05/1984).

Durante os dezessete dias em que a gleba esteve ocupada, a SOMECO S/A optou por não fazer propostas de entendimento aos “invasores”. Através de uma coletiva com a imprensa para “esclarecer as notícias da invasão”, o consultor jurídico da empresa, Luiz Carlos de Azevedo Ribeiro, afastou “qualquer possibilidade de entendimento direto com os invasores para a ocupação legal do terreno”, afirmando que “poderemos negociar com eles, não como invasores”, mas como compradores de lotes, uma vez que “não seria justo” com os adquirentes de lotes das glebas colonizadas, que a empresa “entregasse aos boias-frias a área invadida” (*O Estado de São Paulo*, 03/05/1984).

A fim de retirar os ocupantes das terras, a empresa entrou com um pedido de manutenção de posse. No entanto, em uma audiência realizada no dia 05 de maio entre os líderes da ocupação e o governador de Mato Grosso do Sul, Wilson Barbosa Martins (PMDB), na qual pediam a desapropriação da área ocupada e a reforma agrária, a resposta que obtiveram foi a de que aguardassem dez dias para que ele pudesse tomar as medidas cabíveis. Devido a esse prazo os oficiais de justiça não entregaram o mandato de manutenção de posse.

No embate jurídico, o advogado dos trabalhadores ocupantes da gleba Santa Idalina, Artur Marwel, afirmava que segundo informações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) “a área que foi ocupada pelos camponeses não possui nenhum plano de colonização requerido pela SOMECO” pondo em contradição a própria função da empresa que era a de colonizar, caracterizando com isso uma ação especulativa. Diante dessa alegação, o advogado exigia do juiz da Comarca de Ivinhema, Tenir Miranda, que não acatasse o pedido da SOMECO S/A de manutenção de posse (CORTEZ, 1985, p. 10).

Vale mencionar que a ocupação da gleba Santa Idalina teve repercussão nacional, pois foi noticiada, já no dia 1º de maio, pelo Jornal *O Estado de São Paulo*, *Folha de São Paulo*, além de diversos jornais de circulação estadual e região. O Jornal *O Estado de São Paulo* cobriu o episódio até o seu desfecho.

Passado o prazo de dez dias pedido pelo governador de Mato Grosso do Sul, o mandato de manutenção de posse foi entregue aos trabalhadores sem-terra, houve a

desocupação conduzida pela polícia militar e acompanhada pela CPT tendo apoio do bispo da diocese de Dourados, Dom Teodoro Leitz, que intermediaram o conflito a fim de se evitar um possível massacre. As famílias que ocupavam a área foram levadas para a Igreja Matriz e para a casa paroquial de Ivinhema na manhã do dia 15 de maio, sob a autorização do bispo.

Lá receberam alimentação e pouso até o dia seguinte, quando depois de uma reunião entre os trabalhadores, “foram transferidos para uma área de aproximadamente três hectares de propriedade da Igreja Católica, na Vila São Pedro em Dourados” (LIMA JUNIOR, 2014, p. 67-68).

No ano seguinte, em 1985, famílias de brasiguaios que haviam retornado do Paraguai montam acampamento na cidade sul-mato-grossense de Mundo Novo. Enquanto isso, no campo político, as pressões sociais forçavam os governos por mudanças. O recém empossado presidente José Sarney (PMDB), sinalizou para mudanças quando seu governo elaborou o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), aprovado em outubro de 1985. Após manifestações em Mundo Novo exigindo reforma agrária, os trabalhadores sem-terra lá acampados, foram informados de que as fazendas Horizonte e Escondido, ambas na gleba Santa Idalina, seriam desapropriadas, fazendo com que aquelas famílias se organizassem e ocupassem a área.

Não obstante do que afirmava Marwel, o Relatório de Vistoria encomendado pela Justiça Federal e realizado pelo INCRA, em setembro de 1985, com o intuito de averiguar se as terras ocupadas seriam passíveis de desapropriação, apontava que a fazenda Horizonte, cuja destinação até o presente

“era a colonização, tendo exclusivamente gozado dos benefícios fiscais, como tal, e que agora, repentinamente, teve sua destinação mudada, numa clara atitude de oportunismo, visando tirar a área da ociosidade em que se encontra, para desviar as atenções, tanto das classes trabalhadoras, como dos órgãos encarregados de promover a reforma agrária, [...] achamos que a desapropriação é cabível, não só do ponto de vista técnico, como também socioeconômico [...]” (RELATÓRIO de vistoria, 1985, p. 4).

Uma semana após a aprovação do PNRA, o presidente Sarney assinou o decreto nº 91.792 de 17 de outubro de 1985 “considerando áreas para a reforma agrária os imóveis

denominados Horizonte e Escondido, no município de Ivinhema, no Mato Grosso do Sul” (*O Estado de São Paulo*, 18/10/1985).

A partir da desapropriação percebe-se que houve embates jurídicos entre a SOMECO S/A e o governo federal. Tais embates podem ser notados nas manchetes de alguns jornais: *Correio do Estado* de 21/10/1985 “SOMECO PROTESTA CONTRA REFORMA”; *Folha de São Paulo* de 22/10/1985: “MIRAD AFIRMA QUE SÃO TERRAS OCIOSAS OS IMÓVEIS DA SOMECO DESAPROPRIADOS EM MS”; também no dia 22/10, *O Estado de São Paulo* trazia: “MINISTÉRIO EXPLICA DESAPROPRIAÇÃO”; *Folha de São Paulo* de 23/10/1985: “SOMECO ESTUDA MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA O INCRA”; *Correio do Estado* de 13/12/1985: “INCRA GARANTE TERRA PARA OS BRASIGUAIOS”.

Pela breve análise deste material, pode-se verificar que a empresa lutou na justiça, por alguns anos, na tentativa de reaver as terras desapropriadas. Dentre o material disponibilizado para consulta, está o processo que a SOMECO S/A moveu contra o INCRA e o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (MIRAD), criado em 1985, contendo levantamento topográfico e laudos de peritos alegando que as terras eram produtivas e que, portanto, não deveriam terem sido desapropriadas.

Todas essas manchetes sobre as ocupações e disputas judiciais, parece ter preocupado os diretores da SOMECO S/A quanto a imagem da empresa perante a sociedade, tanto que uma empresa de consultoria de relações públicas, a INFORM S/A, foi contratada para “construir e difundir imagem e conceito positivos para a colonizadora perante seus públicos prioritários e a opinião pública em geral”. Para tanto a INFORM S/A procedeu com levantamento em governos federal, estadual e municipal, Igreja, imprensa e população.

Com os resultados das entrevistas, a consultoria recomendou, dentre outras, as seguintes ações:

Indicação imediata de um líder que fale e se posicione com total liberdade e independência em situações normais e de emergência;
As relações com a Igreja devem ser reativadas. Todas as atividades de apoio devem ser, após as devidas avaliações, exploradas como pontos positivos para a imagem da empresa;

A nível político, todo e qualquer apoio dado à prefeitura de Ivinhema e demais órgãos públicos deve ser motivo de ampla divulgação e esclarecimentos públicos; A diretoria da empresa em Ivinhema deve participar oficialmente de todas as solenidades cívicas e sociais promovidas pela comunidade; Realizar programas sociais tais como: fornecimento de leite nas escolas, impressão e distribuição de cartilhas e livros escolares, criação e distribuição de folhetos educacionais que abordem temas como: educação sanitária, técnicas de plantio, como fazer reparos em casa, segurança no trabalho; (PROPOSTA de relações públicas para SOMECO – janeiro de 1985).

Após a emancipação do assentamento e criação do município de Novo Horizonte do Sul, em 1992, a SOMECO S/A deixou de lutar por reaver as terras sob seu domínio e passou para o embate jurídico em receber a indenização das terras desapropriadas⁷. Tal fato é percebido na manchete do jornal *Correio do Estado* de 14/08/1998 “LIMINAR IMPEDE RETOMADA DO MUNICÍPIO” onde se lia que o INCRA e a SOMECO ainda divergiam, quanto ao valor da indenização, na justiça sobre a área que deu origem ao município.

Diante do exposto, percebe-se diferentes ações da SOMECO S/A frente as ocupações em suas terras, onde a empresa, num primeiro momento, busca na justiça a manutenção de posse, depois de desapropriada, buscou a reintegração de posse, e por fim, após a emancipação do assentamento em município, sua luta é pela indenização de suas terras desapropriadas.

Referências

ANTONIO, Rogério Ribeiro. *Um plano privado de colonização dirigida: a SOMECO S/A em terras do Ivinhema (1961-1974)*. Dissertação (mestrado em história). Dourados: UFGD, 2015.

BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul: a construção de um Estado*. Regionalismo e divisionismo no Sul de Mato Grosso. Campo Grande: Ed. UFMS, 2009.

BORGES, Maria Celma. *O desejo do roçado: práticas e representações camponesas no Pontal do Paranapanema*. São Paulo: Annablume, 2010.

CORTEZ, Cácia. *A travessia do rio dos pássaros: a ocupação da gleba Santa Idalina em Ivinhema-MS*. Belo Horizonte: SEGRAC, 1985.

GUERRA, Raísa Míriam Nascimento. *É possível Atingir a Sustentabilidade nos Assentamentos de Reforma Agrária na Amazônia Legal? O caso do PDS São Salvador no*

estado do Acre. Dissertação (mestrado em gestão e política ambiental) – UNB, Brasília, 2002.

HOBBSAWM, Eric J. *A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

LIMA JUNIOR, Nelson de. *Trajetórias que (re)contam histórias: os brasiguaios na ocupação da Gleba Santa Idalina em Ivinhema MS (1984-1986)*. In. Revista Escritas vol. 6, n. 2, p. 58-71. Disponível em: [www.uft.edu.br/revistaescritas/sistema/uploads/Art.5\[3\].pdf](http://www.uft.edu.br/revistaescritas/sistema/uploads/Art.5[3].pdf) acesso em 21/03/2016.

NELSON, Michael. *El aprovechamiento de las tierras tropicales*. Cidade do México: Ed. Siglo XXI, 1977.

QUADRAT, Samantha Viz. *Os militares, a comunidade de informações e a abertura*. In. LINHARES, Maria Yedda. *História geral do Brasil*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

VASCONCELOS, Cláudio Alves de. *Colonização e Especulação Fundiária em Mato Grosso: a implantação da Colônia Várzea Alegre (1957-1970)*. Dissertação (mestrado em história). Assis: Universidade Estadual Paulista, 1986.

¹ Doutorando em história pelo Programa de Pós-Graduação em História – PPGH da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD. E-mail rogeriopgh@gmail.com.

² Importante mencionar que a SOMECO S/A elaborou periodicamente os planos de colonização, ou seja, ela iniciava o loteamento de uma gleba, e quando parte das parcelas estavam vendidas, elaborava um novo plano e a venda dessa nova área. Assim, em 1974, final da primeira etapa, a empresa iniciou a colonização da gleba Ouro Verde, e em 1978, início da segunda etapa, elaborou o projeto da gleba Guiraí iniciando as vendas no mesmo ano.

³ O Estado de Mato Grosso foi dividido em 11/10/1977 por força da Lei Complementar nº 31 assinada pelo então presidente Ernesto Geisel. Com essa divisão foi criado o Estado de Mato Grosso do Sul, cujo primeiro governo foi implantado em 01/01/1979.

⁴ Pelos estudos realizados durante o mestrado, acredita-se que, além de expandir o capital atendendo as demandas por alimentos e matérias primas, a colonização dirigida desviou o foco da reforma agrária.

⁵ Apesar da autora mencionar o Movimento dos Trabalhadores Sem-terra, é necessário observarmos que oficialmente, o MST é constituído em 1984.

⁶ Aqui a autora também menciona o MST como movimento constituído, antes de sua formalização oficial em 1984.

⁷ Até a presente data a empresa não recebeu do governo federal a indenização.

A Revolução Verde e a modernização da agricultura em Soledade/RS: 1960 a 1990

Márcio Comin¹

Introdução

A produção de gêneros agrícolas se constituiu em um dos modelos de desenvolvimento que tem ganhado destaque em nosso país, somos atualmente, um dos maiores produtores de grãos do planeta. Essa trajetória foi construída a partir da Revolução Verde, que têm suas origens vinculadas ao contexto internacional do fim da Segunda Guerra Mundial, quando- o mundo foi dividido entre áreas de influência das principais potências: Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Com a intenção de promover a diminuição da fome no mundo e ampliar capitais, a partir da década de 1950, grandes empresas internacionais, com destaque para a Fundação Rockefeller instrumentalizaram os ideais da Revolução Verde, que consistia no uso de fertilizantes, agrotóxicos, sementes híbridas e na mecanização, que posteriormente foram implementados no Brasil.

Nesse cenário, o objetivo central deste texto é descrever e interpretar o processo de introdução dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde, em Soledade/RS no período de 1960 a 1990, ressaltando a mecanização, o uso de fertilizantes, agrotóxicos e sementes híbridas que propiciaram aumento da produtividade agrícola e problemas ambientais.

Entende-se que esse estudo é importante, como uma forma de reconstruir parte da instigante História de Soledade/RS, pela relevância que a agricultura possuiu na sua formação socioeconômica e ambiental, assim como, contribuir com a produção acadêmica local e regional e na disseminação do conhecimento produzido.

Buscamos responder quais impactos socioambientais puderam ser observados no município, com a introdução do pacote tecnológico da Revolução Verde entre os anos de 1960 a 1990? Emprega-se uma abordagem da História ambiental por acreditar que ela pode ajudar a ampliar o leque interpretativo do processo histórico em foco.

As fontes históricas utilizadas nesse trabalho, são dois jornais: *Folha de Soledade* e *O Paladino*, que forneceram informações de como o processo de modernização foi noticiado em Soledade, os censos agropecuários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que permitiram o levantamento de dados relevantes sobre a mecanização, uso de fertilizantes, agrotóxicos e a produção agrícola entre outros. Também fizeram parte da análise, os relatórios e documentação oriundos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais onde foi possível analisar alguns documentos oficiais correspondentes a convênios de assistência técnica.

A Revolução Verde

A Revolução Verde tem suas origens vinculadas ao contexto internacional pós-guerra (1939-1945), quando iniciou a oposição das duas superpotências que saíram fortalecidas daquele cenário. Estados Unidos da América e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas passaram a liderar e a influenciar seus respectivos blocos aliados disputando simultaneamente a hegemonia mundial.

Convencionou-se chamar essas disputas de Guerra Fria, que norteou a política internacional ao longo do século XX. Não houve um conflito armado direto entre as superpotências, mas disputas por zonas de influência, que representavam o prolongamento de poder sobre essas áreas, corroborando para a manutenção dos seus interesses políticos, econômicos e militares.

Naquele cenário, o debate sobre a fome no mundo era central, países da África Subsaariana, da Ásia e do continente Sul americano, sofriam com esse problema. Para tentar resolvê-lo, a ideia era promover a diminuição da fome no mundo, propósito largamente difundido pela Revolução Verde e apoiada pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e por instituições como a Fundação Rockefeller e a Fundação Ford.

Segundo consta na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, a alimentação é um direito social básico:

Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe, e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle (ONU, 1948, [s.p.]).

A ideia era atender essa necessidade humana básica, permitir a sobrevivência e contribuir para a dignidade humana combatendo às desigualdades sociais e econômicas que se acentuavam naquela conjuntura. De acordo com Brum, a Revolução Verde:

[...] tinha como objetivo explícito contribuir para o aumento da produção e da produtividade agrícola no mundo, através do desenvolvimento de experiências no campo da genética vegetal para a criação e multiplicação de sementes adequadas às condições dos diferentes solos e climas e resistentes às doenças e pragas, bem como da descoberta e aplicação de técnicas agrícolas ou tratamentos culturais mais modernos e eficientes (1985, p. 59).

Andrioli (2008, p. 103) afirma que a Revolução Verde se baseava em alguns elementos interligados como a mecanização exemplificada pela produção de tratores, colheitadeiras e equipamentos; a aplicação de adubo químico, pesticidas e medicamentos animais e o progresso da biologia mostrado através do desenvolvimento de sementes híbridas e de novas raças de animais com potencial reprodutivo superior.

Projetou-se, uma nova forma de produzir, que se aliou fundamentalmente a modernização da agricultura, entendida aqui, como um processo que transformou a base técnica da agropecuária, logo após a Segunda Guerra Mundial. Era baseada em uma revolução de processos que foi capaz de colocar um novo modelo centrado na tecnificação. Tinha como estratégia principal, a dependência financeira, a integração com a indústria de bens de produção agrícola, tornando o produtor subordinado (SOUZA, 2011, p. 236).

As bases materiais da Revolução Verde foram alcançadas devido ao progresso técnico industrial que se consolidou nos Estados Unidos, demonstrado através do desenvolvimento, sobretudo de motores, sejam eles elétricos ou a explosão, o que possibilitou uma progressiva mecanização e, paralelo a isso, a criação de uma estrutura viária que diminuíram as distâncias facilitando o escoamento, mas também o abastecimento das propriedades com insumos agrícolas e máquinas (MAZOYER; ROUDART, 2009, p. 427).

Quanto a indústria de fertilizantes sintéticos, que se constituiu em um dos fatores predominantes do arcabouço tecnológico proposto pela modernização agrícola, cabe lembrar, que as fábricas que destinavam grande parte de sua capacidade na produção do nitrogênio para a fabricação de explosivos durante a guerra, passaram a ocupá-lo para fabricar fertilizantes (ALVES, 2013, p. 19).

De acordo com Alves, esse fator impulsionou com ainda mais força o setor químico norte americano que expandiu suas atividades a novos mercados consumidores. Os avanços nas pesquisas levaram a um maior conhecimento sobre a relação planta e solo, possibilitando a fabricação de fertilizantes de acordo com o solo específico, contribuindo para a exploração de áreas não aproveitadas anteriormente (2013, p. 19).

No papel de grande propagadora e idealizadora da Revolução Verde esteve a fundação Rockefeller cujos capitais derivam do setor petrolífero (*Standart Oil*), grupo com atuação em variados campos econômicos e sociais, dedicou grande atenção à área agrícola após a Segunda Guerra. De acordo com Henriques (2009, p. 246), foi no México, em 1943, que a fundação desenvolveu suas primeiras experiências modernizadoras. Com a atuação centrada na pesquisa de sementes de trigo, especialistas sob a direção de Norman Borlaug, desenvolveram novas variedades do cereal, com porte mais baixo e potencial produtivo maior comparado com as espécies convencionais e que suportavam altas cargas de agrotóxicos. Mais tarde, fizeram o mesmo nas Filipinas, criando variedades de arroz que, igualmente respondiam adequadamente aos fertilizantes.

A experiência mexicana causou grande impacto sob o ponto de vista produtivo, sendo que as novas variedades de trigo quadruplicaram a produção, tornando aquele país, de importador a exportador do grão. Com a produção de um documento chamado *Campaigns Against Hunger*, que relatava os resultados obtidos entre a cooperação do governo mexicano e a Fundação Rockefeller, serviu como disseminador da chamada Revolução Verde para outros lugares, além de propagar a visão de que, pelos resultados alcançados, seria possível acabar com a fome no mundo (HENRIQUES, p. 246-247).

No entanto, essa percepção foi aos poucos sendo desconstruída, na medida em que o aumento vertiginoso de produção, decorrente da adoção dos ideários da Revolução Verde

traduzidos na mecanização, na aplicação de fertilizantes e agrotóxicos e nas sementes híbridas, não significou necessariamente acesso da população aos alimentos.

A Modernização da agricultura no Brasil

O processo de modernização da agricultura no Brasil, se apoiou nas relações de proximidade com os Estados Unidos e se constituiu em um dos pilares da adoção do modelo da Revolução Verde como solução para agricultura nacional. Internamente, a questão central era o entendimento do papel desempenhado pelo Estado na introdução de práticas modernizantes para o setor agropecuário brasileiro, aliando interesses de grandes corporações internacionais e a elite industrial e rural nacional, sob o direcionamento da política econômica, o desenvolvimentismo. Ou seja, buscava dar um novo norte a estrutura industrial, substituindo as importações e, no campo, a modernização da agricultura adotando os pacotes tecnológicos da Revolução Verde.

No decorrer do século XX, as relações entre EUA e Brasil demonstram forte aproximação, notada a partir da década de 1940, com o envio de tropas brasileiras para lutar ao lado das potências aliadas no final da Segunda Guerra e também do financiamento da indústria de base realizada a partir de investimentos inicialmente norte-americanos.

Terminada a Segunda Guerra, nosso vizinho do Norte estabeleceu-se como grande potência mundial, substituindo em escala global a Inglaterra e tornando-se nosso principal parceiro comercial. Com o acirramento da Guerra Fria no período pós-guerra, percebeu-se que a presença marcante dos EUA no Brasil aumentou, como forma de evitar o “perigo vermelho”, mas também de assegurar sua influência na esfera política e, no campo econômico, expandir seus negócios.

No entendimento de Clóvis Tadeu Alves (2013, p. 46), esse é um momento chave das relações internacionais entre os referidos países que possibilitou a adoção dos ideários da Revolução Verde em nosso País. Ao mesmo tempo que a proposta sugere modernizar a agricultura, também busca assegurar para os Estados Unidos, a dependência tecnológica dos brasileiros por produtos e tecnologias americanas, além de preservar o interesse de suas instituições no Brasil.

Ao resguardar os relevantes interesses econômicos, através da implantação de sua tecnologia e empresas em território nacional, os Estados Unidos garantem para si um mercado promissor e contribuem para reforçar nossos laços de dependência ao capital externo porque a maioria dos fornecedores de insumos e máquinas utilizados eram estrangeiros.

Na medida em que os pacotes tecnológicos da Revolução Verde ganhavam espaço, a partir de 1960, 70 e 80, parte dos trabalhadores rurais que não conseguiu acompanhar as mudanças conjunturais, acabaram deixando as atividades do campo, uma vez que a progressiva mecanização contribuiu para a desarticulação dos complexos rurais e para o fortalecimento dos complexos agroindustriais que unem a agricultura a uma longa cadeia de indústrias ligadas a esse ramo.

Além disso, a insuficiência de créditos e assistência técnica para todos os agricultores dificultavam a tarefa de produzir. Para José Graziano Silva, esse processo é conhecido como “*Modernização Conservadora*” para ele, a modernização da agricultura foi desigual porque não permitia a todos os agricultores as mesmas condições para conseguir assistência técnica e créditos suficientes para a mecanização (1998, p. 27).

O Estado brasileiro foi o principal articulador de políticas públicas para o desenvolvimento rural. Nesse aspecto, é importante a percepção de que o desenvolvimentismo estava atrelado a ideia de superação de um modelo primário-exportador que consistia na produção de produtos primários, essencialmente o café, na exportação desses, importando que esse modelo fica suscetível a dependência da comercialização e das crises internacionais (ALVES, 2013, p. 48).

Por outro lado, a indústria, vista como mola propulsora do desenvolvimento do país, é entendida como a solução nacional, por isso, recebeu pesados investimentos, enquanto que parte do setor agrícola ficou relegado a um segundo plano, o que trouxe posteriormente sérias consequências como a baixa produtividade e diversidade de culturas, abandono e empobrecimento do campo o que levou os governos posteriores a dinamizarem esse setor com a modernização agrícola (ALVES, 2013, p. 51).

Considerado como atrasado, rudimentar quanto as técnicas de produção, manejo e cuidados com o solo, o setor agrícola nacional, visto como ineficiente frente ao rápido

processo de industrialização em curso no país desde os anos 1930, também foi transformado. Diante da conjuntura internacional favorável a partir da década de 1950, o emprego do modelo de modernização, com base nos ideários da Revolução Verde, foi encabeçado pelo Estado brasileiro que tomou para si a tarefa de financiar e subsidiar o desenvolvimento no campo.

Nesse sentido as ideias de Patrícia Francisca Matos e Vera Lúcia Salazar Pessôa (2011, p. 295), apontam que ao aderir a modernização da agricultura via Revolução Verde, o Estado tinha a convicção de que isso significaria uma expansão de produtividade no campo e o setor industrial que se beneficiaria dessa expansão. No entanto alertam:

No discurso oficial as políticas públicas agrícolas para modernizar os meios de produção no campo e, com isso, elevar o padrão de vida das populações que viviam no meio rural, iriam dar a elas maiores possibilidades de consumo. Todavia, essas orientações tomaram outros rumos: a modernização do latifúndio e a expulsão de milhares de pessoas do campo para a cidade (MATOS; PESSÔA, 2011, p. 296).

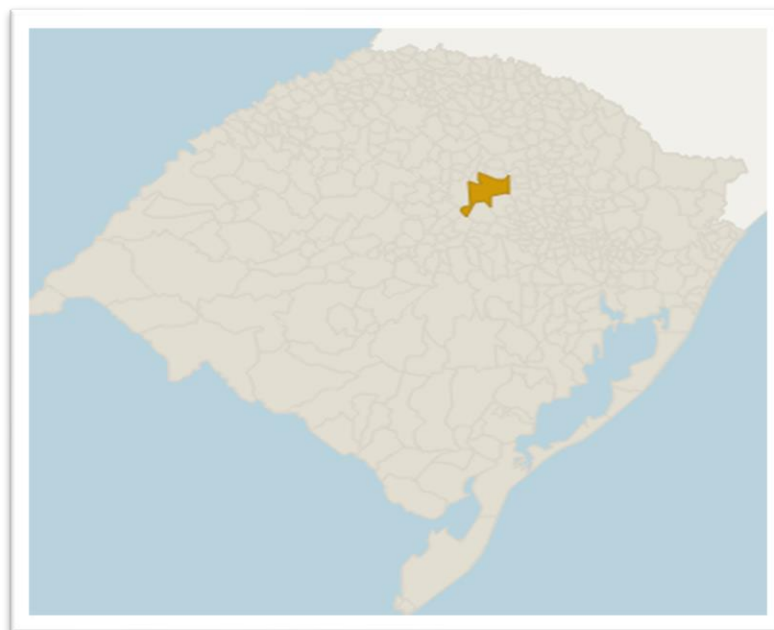
Segundo Martine, entre 1960 e 1980, o Brasil conheceu forte tendência ao êxodo rural. Um movimento forçado que expulsou do interior em torno de trinta milhões de pessoas que acabaram migrando para as cidades, engrossando as periferias, servindo como mão-de-obra para a indústria ou mesmo relegados a informalidade. As causas que levaram a essa migração forçada, estão associadas à mudança na escala de produção trazida pela modernização da agricultura, à tendência especulativa trazida também nesse processo, que ajudou a concentração de terras, além da constante mecanização que contribuiu para o assalariamento da força de trabalho agrícola e a urbanização desenfreada pelo êxodo rural (1990, p. 10).

Peculiaridades da Revolução Verde em Soledade/RS

O município em estudo, foi fundado em 1875, quando ocorreu sua emancipação de Passo Fundo. Está localizado no Norte do Rio Grande do Sul, possui uma área de 1.215,056 km², no Alto da Serra do Botucaraí, a 726 metros acima do nível do mar (IBGE, 2020). Essa região é desde muito tempo povoada sobretudo por grupos Jê (Kaingang e Xokleng) e

Guarani há pelo menos 12 mil anos antes do presente. Logo se infere que antes da chegada do colonizador branco europeu, o lugar era ocupado por pelo menos 30 mil indígenas, estendendo-se por áreas do norte do RS ao Oeste de Santa Catarina (MACHADO, 2018, p. 9).

Mapa 1 – Localização de Soledade/RS.



Fonte: IBGE, 2020, [s. p.].

Desde 1633, se iniciou o trabalho de catequese dos padres jesuítas na região da bacia do rio Jacuí, junto aos índios, propiciando, nas terras de Soledade, a construção da redução de São Joaquim, que contou com cerca de mil famílias catequizadas, dedicavam-se ao plantio de subsistência e a extração da erva-mate (FRANCO, 1975, p. 09). Mercadoria que atraía a atenção de aventureiros e dos Jesuítas dos Sete Povos que ao longo do século XVIII, passaram a frequentar e explorar os ervais naturais juntamente aos caboclos que foram se alojando na região.

Com a distribuição das sesmarias e a posterior legalização de terras, através da lei de 1850, iniciou-se o desenvolvimento da propriedade privada e concomitante a isso, a economia ligada a criação de gado que proporcionou uma mudança de cunho social

importante, a exclusão dos ervateiros e a configuração de uma nova atividade econômica, a pecuária (KUJAWA, 2001, p. 37).

No decorrer do século XIX, o panorama econômico rural é praticamente pouco alterado, consistia na extração da erva mate, criação do gado e nas roças de subsistência. Como afirma Paulo Afonso Zarth (1997, p. 40), a erva-mate, ao lado da pecuária, foi um dos principais produtos da região serrana durante o século XIX. No entanto, a extração e a comercialização da madeira foram reforçadas com a chegada dos imigrantes de origem europeia.

A partir da segunda metade do século XX, a base econômica de Soledade alterou-se, sobretudo pela consolidação da atividade mineradora, sobretudo de pedras preciosas e semipreciosas e pelo início da produção e comercialização de grãos, com destaque para, o trigo e a soja, facilitada pela criação da Cooperativa Agrícola Soledade (Coagrisol), fundada em 1969.

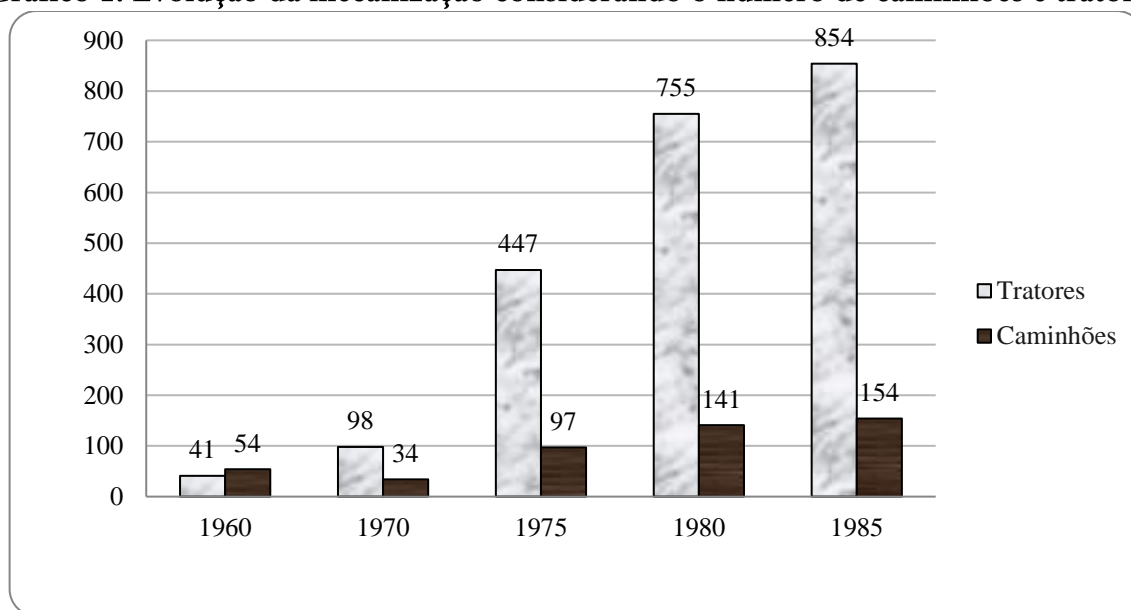
Ao refletirmos sobre o histórico do município em estudo, percebe-se que a formação, e o desenvolvimento econômico do território que hoje constitui o que conhecemos por Soledade, foi fruto de uma trajetória de interação e intervenção entre os variados tipos sociais que ali habitaram ao longo dos séculos, com o meio natural, sendo este, modificado, transformado. Portanto a noção de fronteira que se estabelece é a de uma fronteira móvel balizada pela percepção do desenvolvimento onde a natureza por um lado é vista como empecilho e precisa ser removida e por outro é percebida como símbolo da própria riqueza (GERHARDT, 2013, p. 82).

As modificações trazidas pela modernização agrícola ocorridas a partir da segunda metade do século XX, puderam ser sentidas também no município de Soledade, observando suas especificidades. Nesse sentido, comparando os dados do censo agropecuário do recorte 1960 a 1985, foi possível observar as mudanças que, de forma gradual, foram ocorrendo na agricultura local. Tomamos como parâmetros, o número de tratores e caminhões, o uso de agrotóxicos, fertilizantes e o calcário empregado na correção do solo.

Os tratores e caminhões representaram um referencial importante para entendermos a mecanização da agricultura porque se constituíam nos principais

equipamentos que possibilitaram as mudanças no ritmo do trabalho, tornando-o mais rápido e ágil, ao mesmo tempo, estão diretamente ligados a diminuição da mão-de-obra no campo representando de forma crescente, a ampliação do capital no meio rural (AMATO NETO, 1985, p. 57).

Gráfico 1: Evolução da mecanização considerando o número de caminhões e tratores.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de IBGE, 1960 a 1985.

O Gráfico 1, nos mostra que em Soledade, no início da década de 1960, o número de tratores e caminhões era bastante limitado, mas foi ganhando espaço nas décadas seguintes, com destaque para a década de 1975 quando houve grande acréscimo dessas máquinas agrícolas. Entre os anos de 1960 e 1985 mostra-se um aumento vertiginoso, principalmente no número de tratores agrícolas de 1.982% e 185% nos caminhões. Nota-se que entre 1960 e 1970 há uma queda pequena no número de caminhões, possivelmente por uma falha nos dados do censo.

Esse impulso é marcado pelas políticas econômicas de crédito subsidiado pelo governo que colocará à disposição grandes somas, preferencialmente para médios e grandes produtores, para a compra de insumos, sementes e máquinas destinados a desenvolverem as lavouras ligadas a exportação, como foi o caso da soja em nosso município (MATOS; PÊSSOA, 2011, p. 311).

Esse aspecto também é um dos responsáveis pela dinamização do comércio local e regional com várias empresas atuando na venda, revenda e manutenção de máquinas, peças e implementos agrícolas tais como: a Auto Agrícola Passo Fundo S/A, empresa criada em 1956, revendia os caminhões Volkswagen e os tratores Massey Ferguson, a Carazinho Veículos (caminhões Chevrolet), a Coapetro de Espumoso, (colheitadeiras New Holland e tratores CBT), a Apomedil de Lajeado, (Caminhões Mercedes Benz) entre outras.

No embalo da modernização agrícola em franca expansão no município de Soledade a partir de 1970, instalou-se uma fábrica de implementos agrícolas, Barella & Irmão LTDA. Ela dedicava-se a produção de implementos agrícolas de pequeno e médio porte, que segundo a reportagem do jornal, “[...] a empresa contava com a capacidade técnica de sua mão-de-obra para dar um passo à frente e explorar o mercado” (O PALADINO, 24 jul. 1971, p. 01). Mais adiante, na mesma reportagem, reforça a ideia de que a agricultura de Soledade está se transformando:

Nos últimos anos, Soledade está deixando rapidamente aquela tímida posição de município que apoiava sua economia, exclusivamente na pecuária tradicional, e se lança na conquista de melhores dias para a agricultura [...]. Uma nova mentalidade penetra efetivamente na área rural estimulando a evolução das lavouras para melhores padrões técnicos [...]. Vemos a progressiva substituição do velho e deficiente arado de tração animal, por modernos equipamentos. A mecanização vai tomando seu lugar no conjunto das atividades agrícolas. Dia-a-dia são mais tratores, grades de disco, automotrizes colheitadeiras que trabalham no preparo da terra e na colheita das safras. (O PALADINO, 24 jul. 1971, p. 01).

Aparentemente o otimismo da notícia expressa no jornal, contrariava a capacidade técnica da agricultura para aquele momento histórico específico. A modernização agrícola foi encontrando dificuldades na sua implantação decorrente das práticas de cultivo adotadas, havendo adversidades que precisaram ser superadas para que o desejado aumento da produtividade, pregado pela Revolução Verde, fosse alcançado.

Historicamente, no Brasil, era comum a prática da queimada, como forma de limpar áreas para o cultivo, herança da coivara indígena praticada não só no nosso território, mas em vários locais do mundo. Ela consiste no corte e na queima da vegetação nativa, especialmente a floresta, no cultivo e pousio longo. A partir de 1950, essa prática foi desencorajada pela FAO que a associava com o desflorestamento e a perda de fertilidade do

solo, orientava que os países modernizassem sua agricultura, abandonando essa prática agrícola (PEDROSO, 2012, p. 27).

A queimada era prática comum dos agricultores e criadores de Soledade no período em estudo (1960-1990), pois eram um método conhecido, simples, barato e eficaz não só para eliminar os vestígios da palhada do cultivo anterior, mas também acabar com as ervas daninhas remanescentes, ao mesmo tempo, possibilitava a renovação dos campos nativos favorecendo a pecuária local. No entanto, com o uso habitual dessa prática provocou a perda de fertilidade do solo e de sua biodiversidade.

O Engenheiro Agrônomo Ademir Corbelini, então chefe do escritório da Emater e também presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos de Soledade na época, explicou que se a queima produz certos benefícios, também possibilitava o nascimento de sementes invasoras devido a perda do sobreamento do solo e que apesar de proporcionar bons resultados nas colheitas entre o primeiro e segundo ano, tratava-se de uma ilusão, pois é altamente prejudicial ao solo (FOLHA DE SOLEDADE, 25 fev. 1989, p. 6). Para Streck (2012, p. 32) entre as décadas de 1950 a 1970, uma grande parcela das terras do Planalto era inadequada para os cultivos desejados, com solos ácidos e de baixa fertilidade.

Além disso, o preparo do solo era realizado conforme as técnicas empregadas pelo plantio convencional que consistia na aração, gradagem, subsolagem e escarificação que dependendo do solo exigia mais de um procedimento (PES; GIACOMINI, 2017, p. 31). Vale lembrar que essa forma de preparo do solo foi pensada para outros locais, países com clima frio, onde o emprego de arados e grades buscavam virar a terra para aquecê-la facilitando o degelo e a germinação das sementes. No Brasil, o emprego desse método gerou graves problemas ambientais, pois deixava o solo sem cobertura resultando na acentuação de processos erosivos, que pela ação hídrica, acabava carregando parte dos nutrientes e das partículas de agroquímicos para os mananciais de água contribuindo também para o assoreamento (DEBIASI, 2013, p. 11/12).

O manejo inadequado do solo aliado a técnicas de preparo alheias ao nosso país favoreceu para que a erosão fosse um dos temas de grande preocupação para os governos e agricultores. Em Soledade, uma das formas mais graves decorrentes da inadequação técnica quanto ao manejo e cuidados com o solo, a voçoroca, pode ser vista ainda hoje, na

comunidade de São João dos Delavy, atualmente pertencente ao território do município de Mormaço. A grande vala, com cerca de cento e cinquenta metros de extensão, medindo de vinte a trinta metros de largura e aproximadamente treze metros de profundidade, foi se formando ao longo de seis anos e registra, como um monumento ao ar livre, a interferência negativa do ser humano na paisagem em nome do “desenvolvimento”. Foi motivo de repercussão regional que a *Folha de Soledade*, registrou em sua reportagem “Somente a natureza poderá recuperar. Prazo? Mais de cem anos” (22 dez. 1990, p. 11).

De modo geral, as orientações técnicas para a recuperação dos solos eram a adoção do sistema de terraceamento, o uso de curvas de nível para reter a água na lavoura evitando a erosão, a fertilização e correção do solo com calcário e o posterior incentivo ao plantio direto, pois as fabricantes de semeadeiras não haviam desenvolvido tecnologia eficiente capaz de adaptar esses implementos a essa prática (STRECK, 2012, p. 32).

Destacamos nesse sentido o Decreto nº 76.460 de 1975 que criou o Plano Nacional de Conservação dos Solos (PNCS), que tinha como objetivo central, promover em todo o país ações de conservação do solo buscando melhorar sua fertilidade e em consequência sua produtividade (BRASIL, 1986, p. 13). Além disso, o Decreto nº 77.775 de 1976, discriminava as regiões para execução obrigatória para a aplicação dos planos de proteção do solo e combate a erosão (BRASIL, 1986, p. 15).

Na prática, o financiamento para custeio da propriedade ficava restrito a apresentação, junto a instituição financeira privada ou pública, de um certificado comprobatório da execução, ou seja, do plano de recuperação do solo. Porém o documento não deixa claro quem deve fornecer o aval para o certificado (BRASIL, 1986, p. 7-8) e isso colaborava para o descumprimento da lei, uma vez que os serviços de assessoria técnica eram deficitários no município em questão. Para se ter uma ideia, em 1972, a assistência técnica prestada aos associados pela cooperativa local era composta de dois Engenheiros Agrônomos para atender uma demanda de 2.400 associados que também tinham responsabilidades pelo setor de sementes, conservação do solo e fiscalização dos financiamentos junto ao Banco do Brasil (O PALADINO, 13 maio 1972, p. 02).

No Rio Grande do Sul as ações para recuperação do solo podem ser sintetizadas no Plano Estadual de Melhoramento do Solo que, segundo Streck (2012, p. 32), integrou o

Ministério da Agricultura, a Secretaria da Agricultura, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) com os cursos de Agronomia e Veterinária, Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (Ascar), Banco do Brasil e prefeituras municipais, cujo objetivo principal era promover a correção e melhorar a fertilidade. Entre 1970 e 1980, o Programa Integrado de Manejo e Conservação do Solo (PIUCS), envolvendo instituições públicas, universidades, cooperativas, assistência técnica, extensão rural buscava melhoramentos nas sementeiras ou mesmo adaptações que permitissem o Plantio Direto. O Programa Integrado de Conservação do Solo e da Água, cujo foco era desenvolver práticas conservacionistas e, na década de 80, o Programa Nacional de Bacias Hidrográficas, com destaque para o pró-Guaíba que entre suas linhas de ação estava o aumento da cobertura do solo, controle do escoamento da água das chuvas e a utilização do solo de acordo com sua aptidão agrícola (STRECK, 2012, p. 33-34).

Posteriormente, foram assinados localmente, alguns convênios de assistência técnica como por exemplo, o celebrado entre o Banco do Brasil, Associação Rio-grandense de Assistência Técnica e Extensão Rural e Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Crédito Rural, com objetivo de melhorar a assistência técnica conjugando com o crédito rural, (EMATER, 1977, [s.p.]), ou então o celebrado por Emater, Prefeitura Municipal de Soledade e Coagrisol que buscavam a correção do solo e aumento da produtividade (FOLHA DE SOLEDADE, 5 out. 1985, p. 07).

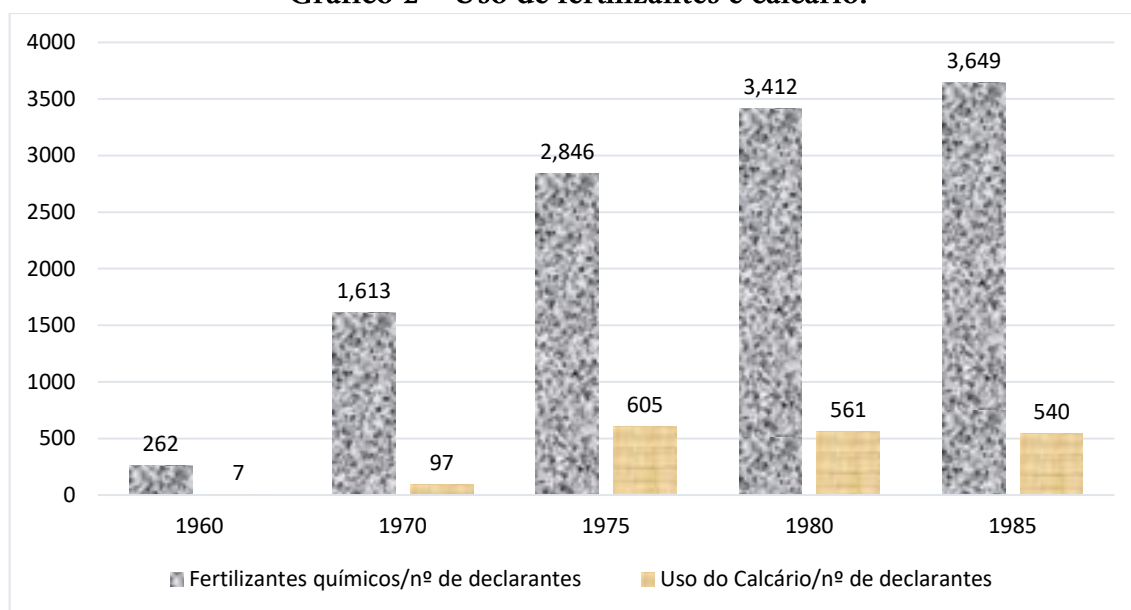
Em relação ao uso do calcário e do fertilizante, como forma de recuperar o solo e promover o aumento da produtividade nas propriedades soledadenses, as informações do censo agropecuário, conforme o Gráfico 2, mostram um grande aumento do uso de fertilizantes químicos. Em 1960 eram apenas 262 declarantes, chegando a 3.649 em 1985, mostrando uma ascendência constante do gráfico quanto a esse dado.

O avanço do uso do calcário é mais modesto. Em 1960, apenas sete declarantes confirmam o uso do corretivo na forma de calcário e apenas 540 em 1985. Nesse quesito, a linha do gráfico é bem mais conservadora pois apresenta aumento entre 1960 a 1975 e após, começa a decair. As possíveis causas do decréscimo da utilização do calcário para a correção do solo, ou mesmo a sua utilização mais comedida, podia estar associada à resistência, do agricultor quanto a inovação visto que se tratava de um novo produto, mas

sem a certeza de sua eficiência. Ou seja, sua ação no solo, demandava mais tempo se comparado com a queima comumente praticada.

Além disso, a calagem representou uma nova forma de pensar, sob a ótica do capital. Assim, a dúvida da utilização ou não do corretivo levou em consideração o custo de produção. Era preciso recuperar o investimento realizado na lavoura.

Gráfico 2 – Uso de fertilizantes e calcário.



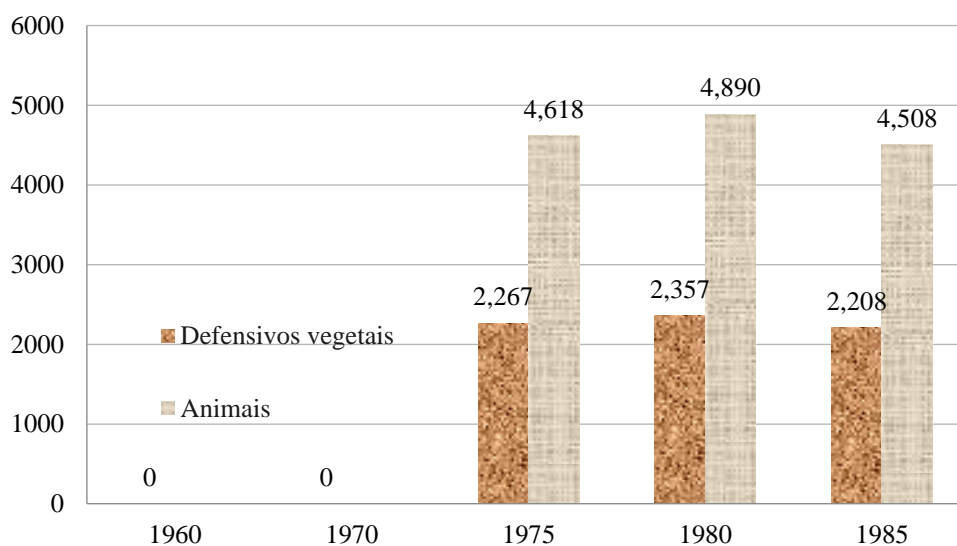
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de IBGE, 1960 a 1985.

Quanto aos agrotóxicos, dispostos no Gráfico 3, os censos agropecuários de 1960 e 1970, não mostram esse referencial. Foram enunciados a partir de 1975, trazendo duas categorias distintas: Agrotóxicos animais e vegetais, em Soledade, se sobressaiu a utilização em animais, mostrando que a pecuária era um setor de grande importância econômica. Ao interpretar os dados, notamos um leve aumento no uso de agrotóxicos seja animal ou vegetal entre 1975 a 1980 e, no quinquênio seguinte, ocorre decréscimo pouco acentuado nas duas categorias analisadas.

Ao refletirmos sobre esses índices notamos que o uso de agrotóxicos nas lavouras foi se popularizando em Soledade ao longo do período histórico estudado. Isso se deve ao trabalho da extensão rural e aos projetos e campanhas articulados pelo Estado, como a

obrigatoriedade de o agricultor destinar parte do valor do custeio da lavoura para a compra de agrotóxicos, como forma de garantir o seguro agrícola.

Gráfico 3 – Uso de agrotóxicos agrícolas vegetais e animais.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de IBGE, 1960 a 1985.

Notamos que para o fornecimento de agrotóxicos e outros insumos, se multiplicaram os locais de comércio dessas mercadorias na cidade de Soledade. Podemos averiguar pela análise dos anúncios dos jornais, que a venda e distribuição dos produtos agrícolas entre eles fertilizantes, calcário e agrotóxicos não se restringiam apenas a cooperativa, mas incluíam um conjunto de casas comerciais que se dedicavam a essa função: Comércio e Representações Agrícolas, Indústria de Calcário Soledade – Agro Calcário LTDA, Juracy R. Bohrer Comércio e Representações, Agropecuária Soledade, Agropecuária Ipiranga, entre outros.

Por outro lado, ao ganhar espaço no cotidiano dos agricultores, sob a propaganda da Revolução Verde de desenvolvimento econômico e aumento da produtividade, o uso intensivo dos agrotóxicos proporcionou experiências negativas sob o ponto de vista ambiental e humano. Em 1974 em uma matéria do Jornal *O Paladino*, consta o número de vinte casos de intoxicação por agrotóxicos e um óbito. Alerta ainda que até março de 1975, conforme registro do hospital municipal, haviam ocorrido cinco casos de intoxicação. O motivo apontado para as ocorrências aparece grifado no texto, como sendo uso incorreto

do agrotóxico. Mais adiante, pondera que há outros tantos casos de envenenamento que afetam animais domésticos, o gado e abelhas e finaliza afirmando que cabe uma maior orientação técnica para aqueles que usam inadequadamente os agrotóxicos (O PALADINO, 10 maio. 1975, p. 5).

No ano de 1989 também houve uma denúncia, exposta nas páginas da *Folha de Soledade*, na qual um morador de Água Branca, interior do município, denuncia as autoridades a contaminação de um rio chamado popularmente de *Taquara da Lixa*. Contatou-se a morte de peixes, tartarugas e caranguejos e cheiro forte na água, pontua também, que nas comunidades do interior a alocação dos recipientes de agrotóxicos constitui-se em um problema, pois não há um local protegido do vento e chuva, tratando-se de um poço que recebe os vasilhames vazios e que exalam cheiro (FOLHA DE SOLEDADA, 25 mar. 1989, p. 2).

A explicação de que a contaminação por agrotóxicos se devia ao uso inadequado é bastante comum entre as décadas de 1960 a 1990. Coloca sobre o agricultor a responsabilidade pelo infortúnio e exime o fabricante e a substância contaminadora, contudo, como diz Garcia, trata-se de uma explicação simplista, por que há outros fatores determinantes para que haja contaminação por agrotóxicos, sendo importantes variantes como nível educacional, acesso a orientação técnica e máquinas e equipamentos adequados (1996, p. 3).

O uso intenso de agrotóxicos em Soledade/RS, principalmente nas lavouras de trigo, milho e soja, mas com destaque para a oleaginosa que em 1960, apresentou 80 hectares de área plantada e 84 toneladas colhidas (IBGE, 1960, p. 136), para 37.141 hectares de área plantada e 55.259 toneladas colhidas em 1985 (IBGE, 1985, p. 581) e produziu também uma grande quantidade de vasilhames no qual o descarte era problemático, trazendo danos ambientais.

Não havia ainda uma legislação específica que orientasse o agricultor quanto ao procedimento seguro para o descarte das embalagens de agrotóxicos. O que normalmente se fazia, era a escavação de uma vala simples onde esses objetos eram colocados. Essa forma de descarte era inadequada porque não existia proteção alguma ao lençol freático ou aos mananciais hídricos próximos, os recipientes ficavam expostos ao sol e as chuvas. Quando

o local estava repleto de embalagens, a vala era coberta com terra. Era comum também a acumulação desses itens na propriedade, dentro de galpões ou mesmo ao ar livre, ou então, deixados ou jogados na beira de sangas, rios ou açudes.

As leis que regulamentaram a utilização de agrotóxicos são do final da década de 1980 e inícios dos anos 2000. Destaca-se a Lei nº 7.802 de 1989, que entre outros pontos, dispunha sobre o transporte, armazenagem, controle, fiscalização, comércio, utilização, propaganda comercial, pesquisa e experimentação (REINATO, 2012, p. 85). Quanto a regulamentação das embalagens vazias de agrotóxicos houve a alteração da Lei nº 7.082/89 através da Lei nº 9.974/2000 que entre outros pontos, responsabiliza o agricultor que deve realizar a tríplice lavagem, inutilizar as embalagens e guardá-las em local seguro, até a devolução (REINATO, 2012, p. 86).

Conclusão

O pacote tecnológico da Revolução Verde traduzido na mecanização, no uso de fertilizantes, de agrotóxicos e de sementes híbridas representou importante marco para o processo de modernização da agricultura após a Segunda Guerra Mundial, trazendo consigo a ideia de combater a fome no mundo projetando desenvolvimento econômico através do aumento da produtividade. Embora tenha sido um fenômeno histórico abrangente sob o ponto de vista de seu alcance, no Brasil revelou-se conservador na medida em que não alterou a estrutura fundiária, excludente pois beneficiou apenas uma parte dos agricultores, principalmente aqueles que tinham acesso ao crédito. A modernização também trouxe problemas ambientais variados.

Em Soledade, esses aspectos estiveram presentes no cotidiano agrícola, alterando de forma contínua e gradual a agricultura local entre os anos de 1960 a 1990, contribuindo para a dinâmica do comércio regional de insumos, máquinas e implementos, mas trazendo consigo dificuldades de ordem técnica para sua implementação. O plantio convencional fora pensado para países de clima frio. Os solos desgastados e inférteis de Soledade precisaram ser recuperados e a queima dos resíduos da lavoura e dos campos nativos, comum naquele cenário, necessitava ser abolida.

O processo de modernização da agricultura no município de Soledade trouxe problemas ambientais graves, entre eles a erosão, responsável por degradar o solo, pela perda de nutrientes, por carregar agroquímicos para os mananciais hídricos e provocando a formação de voçorocas. Constatou-se ainda a contaminação de rios, pessoas e animais por agrotóxicos.

Referências

ALVES, Tadeu Clovis. *A Revolução Verde na mesorregião Noroeste do RS (1930-1970)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2013.

AMATO NETO, João. A indústria de máquinas agrícolas no Brasil: Origem e evolução. *Revista Administração de Empresas*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p. 56-69, jul./set. 1985. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v25n3/v25n3a05.pdf>>. Acesso em: 27 de jan. 2021.

ANDRIOLI, Antônio. O fim da picada: plantas transgênicas em expansão na América Latina. In: ANDRIOLI, Antônio; FUCHS, Richard. *Transgênicos as sementes do mal: A silenciosa contaminação de solos e alimentos*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 99-115.

BRASIL, Ministério da Agricultura. *Legislação sobre conservação do solo*. Brasília, 1986.

BRUM, Argemiro Jacob. *Modernização da agricultura: Trigo e soja*. Ijuí: Fidene, 1985.

DEBIASI, Henrique et al. *Sistemas de preparo do solo: trinta anos de pesquisa na Embrapa Soja*. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Londrina, Embrapa, 2013.

EMATER. Empresa de Assistência técnica e extensão rural/Escritório de Soledade/RS. *Convênio de Assistência Técnica e Crédito Rural*, 1977.

FRANCO, Sérgio da C. *Soledade na História*. Porto Alegre: Corag, 1975.

FOLHA DE SOLEDADE, Soledade: 1984-1990. Arquivo Histórico Municipal. Prefeitura Municipal de Soledade.

GARCIA, Eduardo Garcia. *Segurança e saúde no trabalho rural com agrotóxicos: contribuição para uma abordagem mais abrangente*. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

GERHARDT, Marcos. Uma história ambiental da modernização da agricultura: o norte do Rio Grande do Sul. *História: Debates e Tendências*, Passo Fundo, v. 16, n. 1, p. 166-180, jan./jun. 2016.

GERHARDT, Marcos: Imagens, Natureza e Colonização no Sul do Brasil. In: ARRUDA, Gilmar. *Natureza, fronteiras e territórios*. Londrina: Eduel, 2013, p. 77-96.

HENRIQUES, Fernando Santos. A Revolução Verde e a biologia molecular. *Revista de Ciências Agrárias*, Lisboa, v. 32, n. 2, p. 245-254, set./out. 2009.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – *Censo agropecuário de 1960* – Rio Grande do Sul, VII Recenseamento Geral do Brasil, Rio de Janeiro, 1960.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – *Censo agropecuário de 1970* – Rio Grande do Sul, VIII Recenseamento Geral do Brasil, Rio de Janeiro, 1974.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – *Censo agropecuário de 1975* – Rio Grande do Sul, IX Recenseamento Geral do Brasil, Rio de Janeiro, 1979.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – *Censo agropecuário de 1980* – Rio Grande do Sul, X Recenseamento Geral do Brasil, Rio de Janeiro, 1984.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – *Censo agropecuário de 1985* – Rio Grande do Sul, XI Recenseamento Geral do Brasil, Rio de Janeiro, 1991.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – *Panorama*, 2021. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/soledade/panorama>>. Acesso em: 12 de dez. 2020.

KUJAWA, Henrique Aniceto. *Cultura e religiosidade cabocla*. Passo Fundo: Ed. UPF, 2001.

MACHADO, Ironita A Policarpo, et al. *Indígenas, quilombolas e agricultores: História e conflitos agrários no Sul do Brasil*. Passo Fundo: Ed. UPF, 2018.

MARTINE, George. A Trajetória da modernização agrícola a quem beneficia? *Revista de Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília, n. 3, p. 7-37, ago. 1990.

MATOS, Patrícia Francisca; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. A modernização da agricultura no Brasil e os novos usos do território. *Geo-Uerg*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 22, p. 290-322, jul./dez. 2011.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. *História das agriculturas no mundo: Do neolítico à crise contemporânea*. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

O PALADINO, Soledade, 1965-1980. Arquivo Histórico Municipal. Prefeitura Municipal de Soledade.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

PÁDUA, José A. As bases teóricas da História ambiental. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 81-101, jan. 2010.

PEDROSO, Nelson. Coivara: Cultivo Itinerante na Floresta Tropical. *Ciência hoje*. v. 50, n. 297, p. 26-30. Out. 2012. Disponível em: <https://www.academia.edu/21114648/Coivara_Cultivo_Itinerante_na_Floresta_Tropical>. Acesso em: 28 de jan. 2021.

PES, Luciano Zucuni; GIACOMINI, Diego Antonio. *Conservação do Solo*. Ministério da Educação, 2017.

REINATO, Rosicler Aparecida de Oliveira; GARCIA Roberta Bonamichi Guidi; ZERBINATTI, Oberdan Everton. A situação atual das embalagens vazias de agrotóxicos no Brasil. *Engenharia Ambiental*, Espírito Santo do Pinhal, v. 9, n. 4, p. 079-094, out./dez. 2012.

SANTOS, Cinthia Amaral dos; MACHADO, César Humberto; SANTOS, Nivaldo dos. A nova política nacional dos resíduos sólidos e o descarte de embalagens como medida protetiva. *Revista Direito Ambiental e Sociedade*, Goiânia, v. 4, n. 1, p. 287-303, 2014.

SILVA, José Graziano. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: Unicamp-Instituto de Economia, 1998.

SOUZA, Luciano Ricardio De Santana. A modernização conservadora da agricultura brasileira, agricultura familiar, agroecologia e pluriatividade: Diferentes óticas de entendimento e de construção do espaço rural brasileiro. Bogotá, *Cuadernos de Desarrollo Rural*, v. 8, n. 67, p. 231-249, jul./dez. 2011.

STRECK, Edeimar Valdir. Mitos e verdades sobre a conservação do solo no Rio Grande do Sul. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 31-38, jan./abr. 2012.

ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho: 1850-1920*. Ijuí: Ed. Unijuí, 1997.

¹ Professor da Rede Estadual e Municipal de Soledade/RS, Pós-graduado em Gestão Democrática Escolar pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Mestrando em História pela Universidade de Passo Fundo - UPF, na linha de pesquisa Espaço, Economia e Sociedade. Bolsista CAPES.

Evolução tecnológica e transformações sociais

O trabalho do historiador está baseado na reflexão e no questionamento, tentando buscar respostas no passado para explicar a realidade, sempre com perspectivas de abrir possibilidades para novos questionamentos, com base na racionalidade e na compreensão. O Iluminismo, século XVIII, propôs e defendeu a ideia da razão, da ciência, dos experimentos, da observação e do progresso. Esta nova concepção abriu espaço para novas pesquisas, novos resultados, com explicações por meio da razão e da ciência e pelo homem, não mais por explicações mitológicas e supersticiosas. Deu liberdade ao homem e o colocou no centro do universo. “O Iluminismo também trouxe a primeira análise racional da prosperidade.” (PINKER, 2018, pág. 31) Também defende a superação de barreiras, ou problemas da sociedade como as doenças, fome e pobreza. Fruto deste processo é a grande transformação que a sociedade vivenciou, o desenvolvimento tecnológico e científico, a cura de doenças, o aumento da expectativa de vida, a diminuição da taxa de mortalidade infantil, o melhoramento na qualidade de vida das pessoas, etc.

Neste sentido, houve uma diminuição do número de mortes por doenças infecciosas, que provocou um rápido crescimento da população, este que foi uma das maiores mudanças já ocorridas na história da humanidade. Porém, este crescimento populacional não foi uniforme em todos os países do mundo. No período pós Revolução Industrial, século XVIII, o aumento foi ainda maior, principalmente no Norte e no Oeste da Europa. Porém, houve exceções, em alguns países europeus a população reduziu drasticamente, devido à pobreza ou a migração para regiões mais desenvolvidas, com chances maiores de melhorar sua condição de vida.

A África tem apresentado um dos maiores índices de aumento populacional. Os países ditos de Terceiro Mundo apresentam, em geral, uma média mais elevada de crescimento populacional, que tem causado sérios danos ao meio ambiente, pela

necessidade de moradia e alimentação. Neste sentido, passam a consumir maiores recursos da terra, principalmente em relação ao consumo de energia e minerais, aumentando a poluição.

Essas mudanças também puderam ser sentidas na América, no Brasil, em Santa Catarina, no Paraná. Quando falamos em grandes transformações sociais, implica também em mudanças ambientais, como a produção de agrotóxicos, por exemplo, que é fruto deste desenvolvimento tecnológico. As empresas produzem veneno para colocar nos alimentos que consumimos. O desenvolvimento trouxe vantagens, mas também apresenta algumas desvantagens, como por exemplo, a sofisticação de armas e utensílios utilizados nas guerras para causar a morte, para prejudicar o ser humano. Isso tudo provocou inúmeras transformações na sociedade, criou novos hábitos, costumes e tradições. Porém, podemos nos questionar, será que a evolução tecnológica chegou à região Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná na mesma época e na mesma intensidade que em outros países do mundo?

Ciência, meio ambiente, espaço e tempo

A ciência e a tecnologia afetam o meio ambiente. O meio urbano sofre transformações para se adequar as novas tecnologias, as cidades tornam-se mais exclusivas. Diferenciam-se umas das outras de acordo com o grau de tecnologias de que dispunham. As transformações ocorridas nas cidades também interferem no campo, modificam o homem e os espaços.

O espaço é o lugar entre o encontro do passado e do futuro, mediante relações sociais. A tecnologia do espaço permite mudanças em padrões sociais pré-estabelecidos. As transformações no meio natural eram menores quando o homem apenas extraía os alimentos da natureza para sua subsistência, com outras relações sociais. Com a mecanização do século XVIII e XIX, houve profundas transformações. O processo de globalização, iniciado com as grandes navegações, também teve repercussões aqui na região, definindo o que e como produzir, sem uma preocupação com o meio ambiente naquele momento. Hoje, é preciso falar numa produção com vocação mercantil, lucrativa,

capitalista, com sistemas aperfeiçoados de informação e comunicação, aumentando a circulação, deixando o mercado mais intenso.

A fase atual, do ponto de vista que aqui nos interessa, é o momento no qual se constitui, sobre territórios cada vez mais vastos, o que se chamará de *meio técnico-científico*, isto é, o momento histórico no qual a construção ou reconstrução do espaço se dará com um crescente conteúdo de ciência e de técnicas. (SANTOS, 2013, pág. 70)

“O espaço e o tempo são categorias básicas da existência humana” (HARVEY, 2013, pág. 187) A percepção do tempo depende do ponto de vista de cada um, depende das atividades e do meio social em que o cidadão está inserido: tempo cíclico, da família, da indústria, tempo medieval. Este tempo tem duração diferente em cada região. Por aqui o tempo passava mais ‘devagar’, mais lento, o sistema era diferente da Europa. O espaço pode ser tratado como um fato da natureza, tem direção, área, forma, volume, pode ser medido, apreendido. Existe uma grande variedade de conceitos diferentes de tempo e espaço. “Dessa perspectiva materialista, podemos afirmar que as concepções do tempo e do espaço são criadas necessariamente através de práticas e processos materiais que servem à reprodução da vida social.” (HARVEY, 2013, pág. 189)

O domínio tecnológico como forma de poder

Nos lugares onde houve um certo desenvolvimento, as técnicas se efetivaram nas relações sociais e nas relações de produção que possibilitou a acumulação ou não do capital. Conforme a tecnologia se desenvolve aumentam os lucros do capitalismo. Vale ressaltar que a tecnologia não é ruim, mas não podemos nos subordinar a ela e nem permitir que ela nos faça mal. A região Oeste Catarinense e Sudoeste Paranaense, também tem suas relações de poder, com acumulação de capital por parte de poucos e a exploração do trabalho de muitos, bem como, a exploração e degradação do meio ambiente.

Com o desenvolvimento tecnológico o planeta ficou menor, as distâncias encurtaram e o sistema capitalista vigorou. O capital prevalece e detém também o domínio do tempo e do espaço, fruto do processo de globalização. “Com a redução das barreiras espaciais, aumenta muito mais a nossa sensibilidade ao que os espaços do mundo contêm”.

(HARVEY, 2013, pág. 265) Atualmente a infraestrutura de cada lugar não depende somente do tipo e da quantidade de produção, mas também do seu destino, ou seja, do seu mercado consumidor. As transformações de um espaço dependem muitas vezes de fatores externos. Na América, no século XIX, as coisas não eram muito diferentes, pois a produção daquele momento também estava voltada para o mercado externo, onde os principais produtos aqui produzidos eram exportados para a Europa e, além disso, já eram produzidos de acordo com as exigências do mercado internacional. O mercado europeu já controlava o comércio dos mais diferentes produtos naquele momento.

As cidades sempre estiveram atreladas ao campo. A urbanização aumenta devido ao fato de que aumenta o número de agricultores que moram na cidade, mas trabalham no campo. Suas principais atividades econômicas estão ligadas ao setor agrícola. A “... reformulação do sistema urbano e reordenamento das cidades, como resultado das novas formas de organização da vida econômica e social.” (SANTOS, 2013, pág. 80) Mas nem sempre foi assim, no século XIX, na América do Sul existiam poucas cidades, a base econômica era a agricultura, ou atividades ligadas ao campo. Aqui este ‘desenvolvimento’ demorou a chegar, pois a atenção maior estava apenas na exploração das riquezas naturais aqui existentes e no comércio europeu. As riquezas naturais aqui existentes eram muito cobiçadas pelos europeus, pois eram produtos que geravam bons lucros no comércio internacional.

O Iluminismo levou a entender que as crises não se vinculam a natureza da vontade divina, mas sim que são reflexos de um sistema racional. Portanto, quem domina o espaço e a tecnologia pode também controlar a política do lugar. Os países europeus dominaram o comércio mundial, tendo acesso às novas terras conquistadas, explorando a população e a produção em suas terras de colheitas para o mundo industrializado. Esse surto tecnológico, se deu graças à invenção dos barcos a vapor e as estradas de ferro que, agilizaram os transportes e o desenvolvimento dos métodos de resfriamento e refrigeração, que permitiram que produtos perecíveis durassem por mais tempo. O resultado desse avanço foi o aumento da quantidade de alimentos transportados e comercializados pelo mundo. O crescimento do plantio e o comércio de alimentos, fez com que a agricultura aumentasse a produtividade. A mecanização fez com que o número de trabalhadores diminuísse e o

tamanho das fazendas aumentasse. Estas iam deixando de ser familiar para se tornar dominadas por grandes empresas.

O domínio europeu sobre o mundo

No século XVI o crescimento europeu foi tão grande que dominou praticamente todo o mundo, afetou não somente os ecossistemas, mas também transformou o relacionamento entre as regiões. Antes do século XVI, as diferentes regiões do mundo evoluíam de maneira diferente e de forma mais isolada. Depois do século XVI, a expansão europeia provocou um processo de integração, transformando em um único sistema, criando uma economia mundial, globalizada. No início desta expansão a economia europeia era predominantemente agrícola. As colônias ofereciam produtos que não podiam ser cultivados naquele continente, porque o clima não era adequado ou porque não havia mão de obra barata. Posteriormente, os países ditos de terceiro mundo tornaram-se produtores/fornecedores dos mais diversos produtos para o mercado europeu. Florestas foram devastadas, os territórios conquistados foram explorados para o benefício da metrópole, a agricultura de subsistência se tornou uma agricultura de exportação e os habitantes locais ficaram com as piores terras e em escala menor. O europeu passou a controlar a produção do preparo da terra ao envio para a Europa.

A necessidade de grande quantidade de mão de obra nas lavouras e na exploração das riquezas naturais levou a um rápido declínio da população nativa, principalmente pela questão das doenças trazidas pelo colonizador, que tornou necessária a procura de mão de obra em outros locais, ou seja, na África. A escravidão acompanhou a expansão europeia pelo mundo, causou sofrimento, arruinou vidas, causou morte prematura, além da desestruturação de muitos povos. Mas, a escravidão não era a única forma de trabalho forçado nas colônias. Existiam os servos contratados, homens brancos que trabalhavam em troca do custeio de sua viagem e de seu sustento. Eram forçados a trabalhar para seus patrões por anos, suas condições de vida eram um pouco melhores do que a dos escravos, mas não com muitas diferenças, poucos sobreviviam até se tornarem livres. Quase todas as colônias europeias dependiam de mão de obra importada, sob a forma de escravidão ou de

trabalhadores contratados, para a produção do açúcar, cacau, tabaco, mineração, algodão, arroz, chá, café, banana, borracha, degradando o solo.

Os europeus encontraram aqui sistemas agrícolas bem adaptados, que não causavam muitos danos ambientais. Existia a produção de uma grande variedade de produtos (policultura), com mão de obra familiar. O contato com o mercado externo era mínimo, a produção era mais voltada para a subsistência. Com o domínio europeu, a agricultura tornou-se mais especializada, predominando a prática da monocultura em várias regiões, o sistema plantation causou problemas ecológicos como a redução da fertilidade do solo.

A maioria dos produtos que foram cultivados em terras fora do continente europeu, mas sob conquista e dominação europeia, foram feitas com a utilização de mão de obra escrava barata, e degradando drasticamente a fertilidade do solo, bem como, desestruturando povos e culturas pelo mundo todo por onde a colonização passou.

No início do século XX, a Europa e cada vez mais os Estados Unidos causaram uma importante transformação na economia e nas sociedades do que é conhecido atualmente como Terceiro Mundo. Países que sempre foram auto-suficientes para sua alimentação e que cultivavam principalmente para os mercados locais tornaram-se parte de uma economia dominada pela Europa, suas colônias brancas e pelos Estados Unidos. [...] Como resultado, esses países tiveram que importar a maior parte do alimento de que necessitavam a preços elevados. (PONTING, 1995, pág. 345, 346)

Apesar de graves problemas ambientais, fome, miséria e pobreza, as ex-colônias, alguns países do Terceiro Mundo continuam a exportar diversos produtos para o mercado internacional, desde alimentos até matéria prima para as indústrias, bem como, madeiras nobres, carnes, couro.

Um novo contexto na agricultura

Até o século XIX, as fazendas utilizavam adubos de estrume e compostos produzidos na própria fazenda para fertilizar o solo. Mas neste período, os Estados Unidos começaram a utilizar fertilizantes, que logo se espalharam pelo mundo. A produção de alimentos dobrou, mas grande parte devido a investimentos que “tratavam o solo menos

como um organismo vivo e mais como um meio para manter as colheitas em posição, enquanto vários produtos químicos eram despejados sobre elas”. (PONTING, 1995, pág. 399)

Os sistemas de criação de animais tornaram-se mais intensivos, os rebanhos passaram a ser confinados em ambientes artificiais e com alimentos também artificiais, sem falar do uso intenso de medicamentos para controlar possíveis doenças decorrentes deste processo. Neste contexto, surgiu uma indústria de processamento de alimentos que se espalhou pelo mundo, surgindo novos produtos completamente artificiais, de má qualidade, que causam sérios danos a saúde. Atualmente este processamento envolve métodos ainda mais sofisticados de manipulação e adulteração, produzindo produtos ainda mais artificiais, com aditivos, açúcar ou sal, corantes, conservantes, amaciantes, etc.

A história agrícola dos países do Terceiro Mundo é diferente da história agrícola dos países desenvolvidos. Grande parte das terras foi usada para o cultivo de alimentos para exportação, além de problemas sociais causados pela distribuição desigual da terra, a produção de alimentos diminuiu porque as grandes fazendas se dedicaram a produzir para exportação, de acordo com o mercado internacional, desconsiderando as necessidades locais. A Revolução Verde acentuou as diferenças sociais, levando a mecanização às propriedades maiores e detentoras de maiores recursos financeiros. O pequeno produtor não tendo terras e nem capital para investir nestas novas maneiras de produção, vende suas posses para os mais ricos que passaram a adquirir as pequenas propriedades, dominando todo o cenário. Aumentou-se a produção, mas se contaminou o solo e os lucros foram distribuídos de maneira desigual.

Em defesa do meio ambiente e da saúde humana

Atualmente existe grande preocupação em relação à preservação do meio ambiente e a nossa própria sobrevivência. Ameaça que foi criada pelo próprio homem, pelo próprio desenvolvimento tecnológico. Durante muito tempo a natureza foi algo a ser dominado para o bem estar das pessoas. Os ‘avanços a oeste’ eram sinônimos de progresso. Existem movimentos para defender espécies ameaçadas, plantas exóticas e preservar a biodiversidade, tentar manter partes da natureza intocada. Porém, muitas vezes as

demarcações desses refúgios ambientais causam a expulsão das pessoas que ali habitam. No caso da região Oeste catarinense e Sudoeste paranaense, os caboclos e indígenas foram expropriados de suas terras, ficando à margem de sociedade naquele contexto social.

Os cientistas agora defendem a ideia de um pensar verde, onde os humanos ainda têm a possibilidade de salvar o planeta, melhorar o mundo e o futuro tem sido o debate atual. A ideia de progresso surgiu no Iluminismo onde a ciência era vista como a maneira de progredir, mas o resultado do grande avanço tecnológico foi o aumento da divisão entre ricos e pobres. A Revolução Verde foi um projeto científico, em 1960, onde governos decidiram transformar a produção agrícola para acabar com o problema da fome no mundo. Porém, a introdução de sementes modificadas, a troca de sementes de uma região para outra, o uso de agrotóxicos, dentre outros experimentos científicos, trouxe consequências desagradáveis e, muitas delas que nem sabemos ainda seus efeitos para a nossa saúde. Somente em longo prazo para termos clareza dos reais efeitos dessa mudança tão drástica na forma de praticar e cultivar a agricultura. Consequências como o aumento de doenças, que podem estar associadas ao uso de agrotóxicos nos alimentos que consumimos diariamente. Portanto, cabe aqui uma reflexão: Até que ponto, todo esse desenvolvimento tecnológico é realmente benéfico a nossa saúde e ao nosso bem estar? “O problema não é a tecnologia científica ser intrinsecamente ruim, mas poder, com muita facilidade, transformar-se em ferramenta de dominação e repressão.” (FARA, 2014, pág. 434)

A expansão da industrialização, provavelmente levará a exaustão dos recursos naturais não renováveis em breve. Por isso, é preciso melhorar a relação entre o homem, o meio ambiente e o desenvolvimento. Vários estudiosos realizaram estudos para propor alternativas de aliar o desenvolvimento com a preservação do meio ambiente. Essas atitudes se prolongam até a atualidade, é a base de movimentos sociais ecológicos, buscando um estilo de vida mais natural e menos prejudicial ao meio ambiente.

Os problemas ambientais não estão somente relacionados aos países desenvolvidos, mas também aos ‘subdesenvolvidos’. Países com grande número de favelas, atraso tecnológico, ausência de serviços de saneamento básico, avanço da agricultura e consequente desmatamento, degradação e poluição dos solos, desperdício de recursos

naturais, etc. Normalmente os países mais pobres, necessitam explorar com mais intensidade seus recursos naturais e, como também dispõe de menos tecnologias acabam degradando ainda mais a natureza. Por isso, temos que “encontrar um modelo de crescimento que atenda às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades”. (BINSZTOK, 2011, pág. 319)

Os movimentos ambientalistas recebem apoio cada vez maior, isso comprova que a sociedade está preocupada com a preservação. Porém, na maioria das vezes o capital sempre tem artimanhas e consegue driblar a fiscalização e os próprios movimentos de defesa para explorar os recursos naturais sem a mínima preocupação com o meio ambiente, geralmente grandes empresas. É comum vermos em noticiários grandes catástrofes ambientais provocadas por empresas que exploram os recursos naturais. Essas empresas até podem ser multadas pelos órgãos de fiscalização, mas os danos causados ao meio ambiente, normalmente são irreversíveis.

Atualmente vivemos uma crise do que foi defendido pelos Renascentistas. A natureza se transformou num mero objeto de nossa dominação antropocêntrica. O homem, um ser racional, que nos diferencia dos outros animais, dominou a natureza, explorou-a, levando em consideração os lucros, o dinheiro. O homem passa a estragar aquilo que ele precisa para sobreviver e que também faz parte, ou seja, a natureza. “A mensagem do ambientalismo é clara: há limites para a relação da sociedade com a natureza”. (BINSZTOK, 2011, pág. 385)

Quando se perde uma floresta, por exemplo, a floresta com Araucárias, se perde também a cultura e o conhecimento de quem ali habitam, pois estes povos são obrigados a se retirarem. A dominação da natureza tem limites. A sociedade não tem o direito de excluir pessoas de suas posses e nem de degradar a natureza, porque põe em risco nossa própria sobrevivência. O homem precisa rever sua interação com a terra. Porém, “[...] não se pode acusar a espécie humana de estar destruindo a natureza ou o planeta quando a natureza não está igualmente à disposição de todos.” (BINSZTOK, 2011, pág. 404) Não é justo dizer que o ser humano está degradando a natureza, quando na verdade são alguns seres humanos, normalmente a elite empresarial, que explora os recursos naturais, causando sérios danos ambientais. Precisamos sim rever muitos conceitos neste sentido.

Referências

BINSZTOK, Jacob. Principais vertentes (escolas) de (dês) ordem ambiental. In: SANTOS, Milton, et. al. *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 3 ed. Rio de Janeiro: lamparina, 2011.

BRANDT, Marlon. *Uma história ambiental dos campos do planalto de Santa Catarina*. (Tese); Florianópolis, SC, 2012.

CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. *Uma grande empresa em meio à floresta: a história da devastação da floresta com araucária e a Southern Brazil Lumber and Colonization (1870-1970)*. Florianópolis, SC, 2010. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História.

FARA, Patrícia. *Uma breve história de ciência*. 2014.

HARVEY, David. A experiência do espaço e do tempo. In. _____. *Condição pós-moderna*. 12. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013. Parte III

PINKER, Steven. *O Novo Iluminismo: em defesa da razão, da ciência e do humanismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

PONTING, Clive. *Uma história verde do mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. 5 ed. São Paulo: Hucitec, 2013.

Introdução

A agricultura familiar desempenha significativo papel em todo o mundo e contempla uma categoria social e econômica que é heterogênea, diversificada, estratificada e multifacetada. Conforme Graeub et al. (2016), estima-se que existam em torno de 500 milhões de agricultores familiares no mundo, que produzem aproximadamente 80% da alimentação mundial.

No Brasil, assim como em outros países, a agricultura familiar ocupa papel de destaque. Os dados do último Censo Agropecuário realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 2017 (IBGE, 2019) revelam que a agricultura familiar brasileira representa em torno de 77% do total dos estabelecimentos agropecuários do país, concentra 67% do pessoal ocupado nos estabelecimentos rurais, porém, ocupa aproximadamente 23% da área total dos estabelecimentos.

A agricultura familiar é um segmento caracterizado por inúmeras desigualdades internas, dificuldades produtivas, de acesso a terras e ao crédito. Até o final do século XX, a política agrícola brasileira, particularmente após o período do pós-guerra, beneficiou os agricultores detentores de grandes extensões de terra por meio de subsídios fiscais e de crédito (FERREIRA; SILVEIRA; GARCIA, 2001), negligenciando a agricultura familiar. Esse segmento não era reconhecido pelo estado brasileiro até a década de 1990 e não haviam políticas públicas de crédito que contemplassem essa categoria social em âmbito nacional.

No ano de 1995, em um contexto de intensas reivindicações dos movimentos sociais rurais, foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). O Pronaf é uma política pública de crédito rural que foi criada com o objetivo de oportunizar o acesso ao crédito à uma população que historicamente estava excluída desse processo.

Em 2020 o Pronaf completou um ciclo de 25 anos de funcionamento, sendo considerado um importante instrumento governamental capaz de oportunizar investimentos aos agricultores familiares para que possam realizar seus projetos produtivos. Porém, desde os anos iniciais foi observada uma tendência de concentração dos recursos dessa política pública no Sul do país, direcionados às categorias de agricultores familiares mais capitalizadas e também para *commodities* agrícolas (AQUINO; SCHNEIDER, 2011; GRISA; WESZ JUNIOR; BUCHWEITZ, 2014; BIANCHINI, 2015; CONTERATO; BRÁZ, 2019).

Os municípios brasileiros possuem características distintas e especificidades locais e é no nível local que o Pronaf é operacionalizado a partir do envolvimento de diferentes atores sociais. Nesse contexto, vários autores vêm realizando estudos empíricos sobre o Pronaf tanto em nível regional, quanto local (PEREIRA; NASCIMENTO, 2014; FEITOSA, 2015; GUEDES; CARVALHO, 2017; STOFFEL; RAMBO; EBERHARDT, 2020). Sem afastar-se dos objetivos mais gerais que norteiam as referidas pesquisas, este estudo busca prover elementos analíticos para a compreensão do Pronaf no nível local e tem como objetivo analisar historicamente esse programa, buscando identificar contribuições e limitações dessa política pública na percepção de atores sociais do município de Panambi, localizado no estado do Rio Grande do Sul (RS), de 1995 a 2020.

Em termos metodológicos, trata-se de um estudo de caso e insere-se na perspectiva da História Local. Para Barros (2013), em um país caracterizado por significativas diferenças geográficas, culturais e naturais, o nível local vem se constituindo em um importante espaço para a prática historiográfica.

Como recurso metodológico utiliza-se da História Oral (ALBERTI, 2008), a partir de entrevistas abertas ou em profundidade realizadas em conformidade com Roteiros de Entrevistas previamente elaborados. Foram entrevistados oito interlocutores selecionados entre sujeitos com relação direta com a política pública no município *lócus* da pesquisa. Para preservar a identidade dos entrevistados, a autora optou por ocultar os nomes dos sujeitos. No trabalho são citados alguns fragmentos das entrevistas, que foram identificados pelas iniciais das categorias de sujeitos entrevistados, seguidos pelo número da ordem de realização da entrevista.

As fontes utilizadas para o desenvolvimento deste estudo foram: legislações, dados do financiamento do Pronaf obtidos na Matriz de dados do Crédito Rural (MDCR²) e no Anuário Estatístico do Crédito Rural do Banco Central do Brasil (Bacen³), Censos Agropecuários do IBGE e fontes orais produzidas a partir de entrevistas diretas.

A análise dos dados foi realizada pela técnica de Análise de Conteúdo (BARDIN, 2016), utilizando-se da técnica de análise categorial. As categorias analíticas selecionadas foram: agricultores familiares e Estado.

O referencial teórico utilizado está pautado em autores que abordam a complexidade que envolve a agricultura familiar, no papel do Estado na agricultura e no desenvolvimento de políticas públicas para este setor.

Este trabalho faz parte da tese da autora, iniciada no ano de 2018 e vinculada ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade de Passo Fundo (UPF) e foi organizado com os resultados preliminares da etapa de qualificação do estudo.

Complexidade e diversidade da agricultura familiar brasileira

A agricultura familiar brasileira abrange significativa diversidade econômica e heterogeneidade social e compõe-se de um grupo social formado por pequenos proprietários de terra que desenvolvem suas atividades produtivas por meio da utilização da força de trabalho dos membros familiares, produzem para seu próprio consumo e também para comercializar (SCHNEIDER; CASSOL, 2017).

A produção familiar é caracterizada pelo controle da família sobre os meios de produção, sendo que, ao mesmo tempo, é a principal responsável pela efetivação do trabalho. Neste sentido, para Lamarche (1993, p. 15) a exploração familiar corresponde a:

[...]uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. A interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração engendra necessariamente noções mais abstratas e complexas, tais como a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração.

Na mesma perspectiva, Abramovay (1998, p. 146) explica que:

A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional é perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar para fins de atribuição de crédito pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiares) estão presentes em todas elas.

Sob uma perspectiva histórica, essa categoria, que no período recente é chamada de agricultura familiar, sempre foi caracterizada por ser diferenciada no Brasil. É preciso salientar que a referida categoria, mesmo contemplando uma diversidade de atores sociais do meio rural, como pequenos produtores, produtores de baixa renda ou de subsistência, campesinato, dentre outras, representa avanços quanto as características que possuíam no passado (SCHNEIDER; CASSOL, 2017).

Entende-se os agricultores familiares como uma categoria social e econômica que possui raízes camponesas, ao passo que atuam a partir do trabalho familiar, mas, por outro lado, sua reprodução social e econômica não é mais restrita a um povoado isolado ou à uma pequena comunidade, mas recebem influências externas, tanto de tecnologia, de informações e de cultura (SCHNEIDER; CASSOL, 2017).

Segundo Tedesco (2006, p. 19) há “um sistema de valores, códigos, crenças e regras formando um *habitus* mutável, nem sempre no sentido linear evolucionista de aperfeiçoamento que articula a relação entre agricultura familiar e modernização social e técnica”. Assim, pressupõe-se que há na agricultura familiar características, códigos e valores que são transmitidos ao longo das gerações, mas também novas formas que são incorporadas e que contribuem para a construção do futuro e para se adaptar aos novos processos sociais.

No Brasil, o reconhecimento da agricultura familiar ocorreu principalmente em função de três fatores: 1) após o fim da ditadura civil-militar (1964-1985), ocorreu a retomada do movimento sindical no país; 2) no início da década de 1990, ocorreu uma intensificação do debate feito particularmente por cientistas sociais acerca do papel da agricultura familiar no Brasil; e, 3) com a criação do Pronaf, ocorreu o reconhecimento

deste segmento social por parte do Estado e das políticas públicas (SCHNEIDER; CASSOL, 2013).

A Lei nº 11.326/2006 definiu oficialmente a agricultura familiar no país e tem objetivos operacionais e para fins de políticas públicas, delimitando o tamanho da propriedade, o predomínio da mão de obra e a origem da renda (BELIK, 2015).

Breve trajetória das políticas públicas para a agricultura familiar

A Constituição Federal de 1988 representou um marco legal para a agricultura familiar enquanto categoria social, oportunizando novos espaços para participação social, reconhecendo direitos para esta categoria (GRISA; SCHNEIDER, 2015a) e possibilitando a criação de políticas voltadas a este segmento (WANDERLEY, 2017).

Nesse período, também ocorreu uma mudança paradigmática nos estudos rurais brasileiros, que apresentavam resultados positivos economicamente da agricultura familiar em países desenvolvidos, evidenciando que esta categoria social conseguia se adaptar a contextos sociais e econômicos diferentes. Entre os estudos desenvolvidos, quatro destacaram-se e contribuíram decisivamente para a noção de agricultura familiar no país: Veiga (1991), Abramovay (1992⁴), Lamarche (1993) e FAO/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) (1994). Tais estudos indicavam a possibilidade de adaptação da agricultura familiar, evidenciavam suas diferentes estratégias de reprodução social e sugeriam a criação de políticas públicas direcionadas a esta categoria (GRISA; SCHNEIDER, 2015b).

O relatório publicado pela FAO/INCRA em 1994 é considerado como um marco nos estudos acerca da agricultura familiar no Brasil e no tocante a formulação de políticas públicas para esse segmento. Conforme o referido estudo, a agricultura familiar foi dividida em três grupos: a) consolidada, b) em transição e, c) periférica.

Os resultados do relatório supracitado influenciaram significativamente a construção do Pronaf e indicavam que os grupos consolidados e em transição deveriam ser priorizados, pois conseguiriam responder de forma mais rápida aos estímulos de crédito. No entanto, os agricultores familiares periféricos teriam mais dificuldades de se encaixar na política pública e deveriam ter como foco as políticas assistenciais.

Em 1994, resultando principalmente das mobilizações dos movimentos sociais rurais e influenciado também pelo já referido estudo da FAO/INCRA, o Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária (MAARA) implementou o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (Provape), um programa de crédito destinado aos pequenos agricultores (FAO, 2005).

O Provape não obteve resultados significativos em termos de recursos para os agricultores familiares, mas, significou um importante avanço para a construção de uma política pública diferenciada. Nesse contexto, o Pronaf sucedeu o Provape e foi instituído por meio da Resolução nº 2.1919/1995 do Bacen, representando o reconhecimento do Estado à agricultura familiar (GRISA, 2012; GRISA; WESZ JUNIOR; BUCHWEITZ, 2014).

No período da criação do Pronaf, o Presidente da República era Fernando Henrique Cardoso (FHC⁵). Segundo Grisa (2012), durante este governo haviam divergências em relação a uma política pública para a agricultura familiar. Havia uma vertente do governo que apoiava a agricultura familiar e reconhecia sua importância para o desenvolvimento rural do país. De outro lado, e aí estava inserido o Presidente da República, havia outra vertente que embora reconhecesse a importância da agricultura familiar, vislumbrava para esta categoria um horizonte de políticas sociais e não de uma política de crédito tal como o Pronaf. Para esta vertente do governo a prioridade era a agricultura não-familiar ou patronal.

O Pronaf iniciou no ano safra 1995/1996, com diversos entraves estabelecidos pelos bancos para liberação de recursos. Como resultado, foi liberada a quantia de R\$ 89 milhões em 33.227 operações de crédito de custeio, tendo a região Sul como protagonista, utilizando 25.216 operações, em sua maioria, direcionadas à cadeia produtiva do fumo (BIANCHINI, 2015).

Outro fato marcante na trajetória do Pronaf ocorreu no ano de 1997, com a mobilização de um grupo de pequenos agricultores no Rio Grande do Sul, que fizeram uma greve de fome de 17 dias. Entre as reivindicações, estava a exigência por uma linha de crédito subsidiado que contemplasse os agricultores em condições menos favorecidas. Ocorreram mobilizações em cinco regiões desse Estado, que tiveram origem ainda em 1996

em razão de um período de estiagem. Como resultado a essas manifestações, o governo lançou uma linha de crédito no Pronaf, que ficou conhecida como “Pronafinho”, com vistas ao atendimento das demandas desses agricultores que apresentavam dificuldades no acesso aos recursos do programa (GRISA, 2012).

Em 2002, foi eleito no Brasil o Presidente Luís Inácio Lula da Silva, conhecido popularmente como Lula. Conforme Passini e Schneider (2020), este governo pautou-se no desenvolvimento endógeno com vistas à sociedade se apropriar da riqueza produzida, com o Estado atuando de maneira a promover o desenvolvimento a partir de políticas públicas inclusivas e com o objetivo de combater a pobreza e a desigualdade social.

Conforme Grisa e Flexor (2014), a eleição do Presidente Lula em 2002 abriu espaço para novas ideias e para que o ambiente institucional, já propiciado pelo Pronaf, pudesse ser aproveitado com a inserção de ações direcionadas à agricultura familiar. Após o ano de 2003, ampliou-se o debate sobre as demandas da agricultura familiar e ocorreram várias mudanças, entre elas, a retomada de um debate iniciado no governo anterior relacionado ao enfoque territorial das políticas públicas (MEDEIROS; GRISA, 2019).

Em 2007 eclodiu a crise alimentar mundial, com a elevação do preço das *commodities* e desabastecimento de alimentos em vários países do mundo. Nesse contexto, em 2008 o governo brasileiro criou o Pronaf Mais Alimentos, uma linha de financiamento de investimento cujo objetivo era propiciar aos agricultores condições de recuperar sua infraestrutura rural para produzir alimentos recorrendo à aquisição de tratores, veículos agrícolas e investimentos em capitais fixos das propriedades rurais (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2013).

Schneider, Cazella e Mattei (2021) descrevem o período compreendido entre 1994 a 2014 como “os anos dourados” da agricultura familiar brasileira, onde houveram muitos avanços com a criação de políticas públicas. A partir de 2015, o ambiente político e de conformidade que propiciou o desenvolvimento do Pronaf mudou e não há perspectivas de que possa emergir no cenário político recente a quarta geração de políticas públicas, tal como mencionada por Grisa e Schneider (2015a).

O Pronaf no Sul do Brasil: o caso de Panambi

Nesta seção são apresentados e analisados os dados sobre o Pronaf no município de Panambi. Inicialmente, são apresentadas algumas características do espaço de pesquisa e dados gerais sobre o Pronaf, obtidos no sítio institucional do Bacen. Na sequência, abordam-se os dados empíricos do Pronaf obtidos através de fontes orais, discutindo-se as contribuições e limitações dessa política pública na perspectiva de atores sociais regionais ligados ao programa.

Características do espaço de pesquisa e dados gerais sobre o Pronaf no município

O município de Panambi, selecionado como espaço da pesquisa empírica desse trabalho situa-se na mesorregião noroeste do estado do Rio Grande do Sul e caracteriza-se por uma agricultura muito próspera, desde a colonização (ROCHE, 1969). Possui expressiva organização da agricultura familiar em cooperativas ou associações. Há autores (ZELLER; SCHIESARI, 2020) que vinculam os resultados positivos do Pronaf à participação dos agricultores familiares nessas instituições.

Na Tabela 1 apresenta-se o número, a área e o pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários do município de Panambi.

Tabela 1- Número, área e pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total do município de Panambi – RS, 2017

Grupos de área total (hectares-ha)	Nº estabelecimentos (unidades)	%	Área estabelecimentos (hectares – has)	%	Pessoal ocupado	%
De 0 a menos de 20 ha	472	55,6	3.621	9,5	1.072	49,9
De 20 a menos de 50 ha	214	25,2	6.313	16,7	536	24,9
De 50 a menos de 100 ha	96	11,3	6.087	16	276	12,8
De 100 a menos de 500 ha	56	6,6	10.221	26,9	226	10,5
De 500 ha e mais	11	1,3	11.735	30,9	40	1,9
TOTAL	849	100	37.977	100	2.150	100

Fonte: IBGE (2019).

Grande parte dos estabelecimentos agropecuários que possuem área com menos de 100 ha são ocupados por agricultores familiares. Os dados do Censo Agropecuário de 2017 (Tabela 1) revelam que, no caso de Panambi, 92,1% dos estabelecimentos se enquadram nessa faixa de área e ocupam 42,1% da área total dos estabelecimentos. Enquanto 7,9% dos estabelecimentos com 100 ha ou mais ocupam 57,9% da área total dos estabelecimentos, indicando uma inversão de representatividade. Além disso, 87,6% do pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários nesse município concentram-se em grupos de área de menos de 100 ha.

O tamanho do módulo fiscal varia nos municípios brasileiros, sendo em Panambi, de 20 ha. Assim, para acessar uma linha de crédito do Pronaf, além de outros requisitos previstos na legislação, em Panambi, os agricultores familiares devem comprovar possui até 80 ha.

Os dados do número de contratos e do volume de recursos do Pronaf no município de Panambi, do ano safra 1999/2000 a 2019/2020 podem ser conferidos na Tabela 2.

Tabela 2 – Evolução da política de crédito do Pronaf no município de Panambi, 1999-2020

Ano/safra	Nº contratos	Volume de recursos (R\$)
1999/2000	660	R\$ 1.796.924,00
2000/2001	660	R\$ 1.831.210,00
2001/2002	681	R\$ 2.135.048,00
2002/2003	663	R\$ 2.223.166,00
2003/2004	777	R\$ 3.863.412,00
2004/2005	562	R\$ 3.384.018,00
2005/2006	695	R\$ 3.881.772,00
2006/2007	770	R\$ 5.185.241,00
2007/2008	904	R\$ 7.469.301,00
2008/2009	905	R\$ 10.205.683,00
2009/2010	1.380	R\$ 10.759.998,00
2010/2011	942	R\$ 11.849.583,00
2011/2012	871	R\$ 12.922.740,00
2012/2013	1.259	R\$ 15.166.904,00
2013/2014	1.002	R\$ 18.372.999,00
2014/2015	850	R\$ 16.064.029,00
2015/2016	690	R\$ 15.565.727,00
2016/2017	763	R\$ 19.651.469,00
2017/2018	814	R\$ 21.729.965,00
2018/2019	797	R\$ 23.975.116,00
2019/2020	849	R\$ 60.259.125,00

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Bacen (2012; 2020).

Os dados da Tabela 2 revelam uma tendência de elevação no número de contratos a partir do ano safra 2009/2010, com redução e estabilização após esse período. Destaca-se que o significativo aumento do número de contratos no ano safra 2009/2010 não é acompanhado na mesma proporção do volume de recursos utilizados em Panambi. Esse comportamento pode estar associado às mudanças que ocorreram a partir da criação do Plano Safra Mais Alimentos.

Conforme Delgado (2012), com o Plano Safra Mais Alimentos o governo teve como intuito formular uma nova política de longo prazo para a agricultura familiar que, em face da crise alimentar internacional, fosse capaz de fortalecer o mercado interno, contribuindo para proteger o poder de compra dos brasileiros através da elevação da oferta de alimentos.

O Plano Safra Mais Alimentos promoveu importantes mudanças no Pronaf, entre elas, a criação de uma linha de crédito que foi utilizada em grande escala para a tecnificação de agricultores familiares, através da aquisição de tratores, máquinas, implementos agrícolas, com destaque para agricultores do Rio Grande do Sul, que estão mais integrados às cadeias agroindustriais e aos mercados agroalimentares e, sendo assim, conseguem acessar essa linha de crédito de maneira mais fácil (DELGADO, 2012; BIANCHINI, 2015).

Porém, Delgado (2012) destaca que as mudanças ocorridas no Pronaf propiciaram uma reconcentração dos recursos do programa na região Sul do país, favoreceram a aquisição de tratores por agricultores familiares dessas regiões e tornaram o acesso ao crédito mais fácil por parte dos agricultores familiares, cooperativas e agroindústrias de grande porte.

Tomando como referência o número de estabelecimentos agropecuários em Panambi apresentados na Tabela 1 (IBGE, 2019), com o número de contratos concedidos pelo Pronaf nesse município, nesse mesmo ano (Tabela 2), chega-se aos seguintes dados: em Panambi há 849 estabelecimentos agropecuários e no ano safra 2019/2020 foram realizados 849 contratos do Pronaf, indicando uma procura por recursos do Pronaf significativamente relevante nesse município.

Contribuições e limitações do Pronaf em Panambi

No primeiro ano de funcionamento do Pronaf, o município de Panambi vivenciava um contexto onde muitos agricultores familiares necessitavam de máquinas, de insumos, de melhorias nas infraestruturas das propriedades para desenvolverem suas atividades produtivas. A Emater municipal teve um papel de destaque na mediação do Pronaf nesse município, sendo uma das principais instituições que fez a divulgação do programa junto aos agricultores familiares, organizando reuniões, eventos, treinamentos, buscando passar a ideia de que essa política pública traria benefícios para as famílias rurais.

Sobre as principais categorias de agricultores familiares que participaram nos anos iniciais do programa em Panambi, o entrevistado evidencia que:

Primeiro, eram aqueles que tinham uma maior integração com os bancos, cooperativas e que tinham um papel de disseminadores. A adesão inicial era de muita desconfiança que as regras poderiam mudar por parte dos bancos e muitos não queriam ficar presos ao banco (Extensionista rural, funcionário aposentado da Emater, 2020).

Identificou-se que os agricultores familiares que mais utilizaram recursos do Pronaf em Panambi foram os que já estavam integrados às instituições financeiras. Conforme percebeu-se nas entrevistas realizadas, esses agricultores também tinham o papel de promotores da política pública, ou seja, ao recorrer aos recursos do Pronaf também divulgavam o programa, atraindo mais agricultores para a utilização desse financiamento. Esse perfil também possibilitava resultados mais imediatos, o que para os técnicos da Emater era visto de forma positiva, e para as instituições financeiras também, pois além de estarem mais familiarizados com as questões burocráticas, representavam um público com menor probabilidade de inadimplência.

A partir das entrevistas realizadas, percebe-se que os mediadores do Pronaf no âmbito municipal (Emater, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e instituições financeiras) buscaram atuar em forma de parcerias, com estratégias para atrair os agricultores familiares com potencial de aderir a esse programa.

O estudo realizado em 1994 pela FAO/INCRA, as principais demandas das representações dos agricultores familiares e as propostas do Departamento de Assistência

Técnica e Extensão Rural (Dater) criaram com o Pronaf uma espécie de modelo de agricultor familiar, que produzia para as principais cadeias da agricultura brasileira, utilizava insumos externos, mecanização, mas se encaixava nos requisitos elaborados para essa política pública. Esse era o perfil de agricultor familiar do Sul do Brasil (SABOURIN, 2017) e foi também mencionado pelos entrevistados em Panambi como o público que inicialmente aderiu ao Pronaf no município e que os mediadores locais do Pronaf buscaram integrar ao programa.

No município de Panambi, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o escritório da Emater municipal são os responsáveis pela emissão da Declaração de Aptidão do Pronaf (DAP⁶). O Sindicato dos Trabalhadores Rurais faz apenas a emissão de DAP e atua como promotor da política pública; já a Emater, emite a DAP, elabora os Projetos Técnicos de Financiamento e também acompanha a execução dos projetos nas propriedades dos agricultores.

Nem todos os Projetos Técnicos de Financiamento são elaborados pela Emater nesse município, alguns são realizados por escritórios privados e habilitados para este tipo de serviço e também as cooperativas fazem este papel. Por essa razão, tornou-se difícil estimar quantos Projetos Técnicos de Financiamento para recursos do Pronaf foram encaminhados anualmente.

O Quadro 1 apresenta a caracterização de agricultores familiares entrevistados.

Quadro 1 – Caracterização dos agricultores familiares entrevistados em Panambi

Identificação	Renda Familiar Bruta	Área	Tipo de produção	Modalidade do Pronaf	Recebe Assistência Técnica	Instituição financeira
AF1	11,5 salários mínimos	35 ha	Soja, trigo e milho	Custeio e investimento	Cooperativa	Sicredi
AF2	4,5 salários mínimos	60 ha	Citrus, ovinos, agroindústria de ovinos com abatedouro e soja	Custeio agrícola e pecuário	Emater	Sicredi
AF3	28 salários mínimos	75,9 ha	Soja, trigo e milho	Custeio e investimento	Empresa privada	Banco do Brasil
AF4	1 salário mínimo	10 ha	Soja e agroindústria de panificados	Custeio e investimento	Emater	Banco do Brasil
AF5	7,6 salários mínimos	5 ha	Hortaliças	Investimento	Emater	Sicredi

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Em relação ao tamanho das propriedades rurais dos agricultores entrevistados, todas se situam nos limites da Lei nº 11.326/2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e determina que para ser considerado agricultor familiar não pode deter área maior que quatro módulos fiscais. Dos agricultores entrevistados, a área das propriedades varia de 10 a 75,9 ha, a maioria está vinculado a uma cooperativa ou associação e têm uma empresa que presta assistência técnica na propriedade.

Quanto ao tipo de produção, há significativa diversificação, variando de agricultores familiares que produzem hortifrutigranjeiros, aos que se dedicam à produção de grãos. Entre os principais cultivos, identificou-se a cultura da soja como protagonista, mesmo entre os agricultores familiares menos capitalizados. Este não é um fenômeno específico desse município, visto que é uma cultura que tem grande expressão em toda a mesorregião

noroeste do Estado. No entanto, um aspecto importante e que corrobora com a análise de outros autores (CONTERATO; BRÁZ; RODRIGUES, 2021) sobre o Pronaf custeio agrícola no Rio Grande do Sul é que parte majoritária dos recursos da política pública são direcionadas ao financiamento de *commodities*, como se observou em Panambi também, revelando o caráter contraditório do Pronaf.

O Pronaf foi criado em um contexto onde muitos agricultores familiares do município precisavam de crédito e vem contribuindo ao longo dos anos para a renovação das máquinas e equipamentos, melhorando a produtividade, reduzindo a necessidade de mão de obra, despertando maior interesse pelos jovens de continuar as atividades desempenhadas pela família no meio rural e, também, contribuindo para as famílias permanecerem no meio rural.

Entre as principais limitações destacadas pelos agricultores familiares, a questão da burocracia por parte dos bancos é apontada como um dos principais problemas, visto que para muitos agricultores familiares, acaba se tornando um impeditivo para realizar o financiamento.

Outra limitação identificada, refere-se à conduta das instituições financeiras, que buscam vincular ao financiamento do Pronaf, outros produtos e serviços bancários. O fragmento da entrevista realizada com o agricultor familiar AF3 (entrevista direta) expressa esse problema:

Tem a outra questão ainda, todo mundo diz que não pode ou que na realidade não é legal a instituição fazer, que é a velha venda casada. Na questão do Pronaf ela não pode existir, mas ela ocorre. Quanto mais você trabalha com produtos do Banco lá, a sua agilidade é diferente, no momento que você tranca o pé, a agilidade para as coisas acontecerem é bem pequena. Isso ocorre e não é só em um banco, é difícil ter um banco que não está fazendo isso. E eles vincularem intencionalmente a agilidade no seu processo ao fato de você contratar produtos e serviços do banco. A gente percebe nitidamente que durante o ano eles vão te oferecendo, te pressionando e quanto mais coisas você vai adquirindo dele, às vezes você consegue colocar contrato lá que sai assim, do dia para noite. Agora, se você não aceita outros produtos, fica para amanhã, para semana que vem. (AF3, agricultor familiar, 2020).

O agricultor AF3 enfatiza a prática de venda casada de produtos no âmbito do Pronaf no município de Panambi e ainda esclarece que essa situação ocorreu em mais de

um banco. O entrevistado ainda explica que essa prática vem ocorrendo de forma menos explícita nos últimos anos, mas ainda é algo que acontece e se constitui em um limitador. O Pronaf é uma política pública que foi criada com um objetivo social de atender um público que estava à margem do sistema financeiro, porém, práticas como a relatada pelo entrevistado também vêm sendo identificadas em outros municípios, não estão previstas na legislação do programa e se constituem em limitações para os agricultores familiares.

Há uma parcela de agricultores familiares no município que vêm utilizando o Pronaf para o custeio das suas lavouras, para investimento em máquinas e implementos agrícolas e para melhorias em sua infraestrutura. Muitos agricultores familiares consolidaram-se a partir dos recursos investidos em suas propriedades, conseguiram ampliar sua participação em mercados, principalmente em mercados convencionais e já encontram dificuldades para continuar se enquadrando como um agricultor familiar na questão de renda.

Considerações Finais

O objetivo deste trabalho foi analisar historicamente a construção do Pronaf, verificando as contribuições e as limitações para os agricultores familiares do município de Panambi.

Reitera-se que o Pronaf é uma política pública que abarca uma categoria complexa, diversificada e que contempla inúmeros atores sociais do meio rural, portanto não é possível generalizar os resultados alcançados com esse programa em sua trajetória de 25 anos de funcionamento. Mas ao mesmo tempo, é preciso dizer que os resultados observados com os dados analisados a nível de país, refletem o que se objetivava desde o desenho inicial do Pronaf utilizando como inspiração o relatório da FAO/INCRA de 1994: uma política pública de crédito rural estruturada para consolidar um estrato da agricultura familiar que já demonstrava condições de se organizar para atuar nos mercados convencionais da agricultura. Tal estrato poderia contribuir para o segmento historicamente priorizado pelo governo brasileiro e já contemplado no período de modernização da agricultura desde a década de 1960.

O Pronaf foi implementado na década de 1990, em um contexto de reivindicação e pressão dos movimentos representativos da agricultura familiar, que buscavam reconhecimento e apoio do Estado. Nos primeiros anos de funcionamento, os segmentos que mais acessaram os recursos do programa foram os agricultores mais capitalizados e integrados ao sistema bancário, principalmente na região Sul do país. Essa situação também foi identificada em Panambi e contou com o apoio da Emater, das instituições financeiras e do sindicato de trabalhadores rurais atuando como promotores da política pública na esfera local.

Com as mudanças ocorridas a partir de 2003, com a transição para um governo que se mostrou sensível ao importante papel que este segmento desempenha para o desenvolvimento rural brasileiro, ocorreram significativas mudanças, como a ampliação das linhas de crédito e a criação de políticas complementares ao Pronaf.

Em Panambi identificou-se importante adesão dos agricultores familiares ao Pronaf.

As entrevistas realizadas indicam que o Pronaf é percebido pelos agricultores familiares desse município como um instrumento que contribuiu para a renovação de máquinas e equipamentos agrícolas, em especial a partir no Plano Safra Mais Alimentos, no ano safra 2008/2009. Em termos de limitações, os entrevistados mencionam os procedimentos burocráticos como principais entraves. Além disso, vários agricultores destacaram algumas instituições financeiras do município praticam a venda casada, priorizando agricultores que utilizam outros serviços bancários além do Pronaf.

O Pronaf inseriu os agricultores familiares em uma lógica modernizante, promovendo a especialização e concentração produtiva, mas não contempla a diversidade dos agricultores familiares, apresentando-se como um programa seletivo, com recursos direcionados principalmente para *commodities* agrícolas.

O Pronaf é a maior e a mais importante política pública para a agricultura familiar brasileira, completou uma trajetória de 25 anos de funcionamento em 2020, apresentando importantes avanços, mas há inúmeros desafios que ainda precisam ser analisados, principalmente a partir do estudo desse programa no âmbito local, para que esta política pública avance e possa atender a sua função social, que é de fortalecer a agricultura familiar.

Destaca-se que por se tratar de um estudo que ainda está em fase de desenvolvimento, os resultados ainda são preliminares.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, v. 15, n. 1, p. 137-157, 1998.

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. 3 ed. São Paulo: Edusp, 2007.

AQUINO, Joacir Rufino de; SCHNEIDER, Sergio. 12 anos da política de crédito do Pronaf no Brasil (1996-2008): uma reflexão crítica. *Revista de Extensão e Estudos Rurais*, v. 1, n. 2, p. 309-347, 2011.

ALBERTI, Verena. Fontes orais: História dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 155-202.

BACEN. Banco Central do Brasil. *Anuário Estatístico do Crédito Rural (até 2012)*. Bacen, 2012. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/anuario_estat_credrural>. Acesso em: 10 jan. 2020.

BACEN. Banco Central do Brasil. *Matriz de Dados do Crédito Rural (MDCR)*. Brasília, 2020. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/micrrural>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARROS, José D' Assunção. *A Expansão da História*. Petrópolis: Editora Vozes, 2013

BELIK, Walter. O financiamento da agropecuária brasileira no período recente. *Texto para discussão*, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: IPEA, 2015.

BIANCHINI, Valter. *Vinte anos do Pronaf, 1995-2015: avanços e desafios*. Brasília: SAF/MDA, 2015.

CONTERATO, Marcelo Antônio; BRÁZ, Cauê Assis. O processo de especialização produtiva dos agricultores familiares da Zona Sul do Rio Grande do Sul através do Pronaf-custeio. *Redes*, v. 24, n. 3, p. 12-34, 2019.

CONTERATO, Marcelo Antônio; BRÁZ, Cauê; RODRIGUES, Stefany Reis. A *commoditização* do Pronaf e os desafios da agricultura familiar no Rio Grande do Sul. *Grifos*, v. 30, n. 1, p. 190-211, 2021.

DELGADO, Nelson Giordano. Agronegócio e agricultura familiar no Brasil: desafios para a transformação democrática do meio rural. *Novos Cadernos NAEA*, v. 15, n. 1, p. 85-129, 2012.

FAO. Organização das Nações Unidas para Agricultura e a Alimentação. *Informe Final: Um estudo de caso do Pronaf nos municípios de Orizona e Davinópolis no Estado de Goiás*. Santiago: FAO, 2005.

FAO/ INCRA. Organização das Nações Unidas para Agricultura e a Alimentação. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a pequena produção familiar*. Brasília (DF): FAO/INCRA, 1994.

FEITOSA, Osmiriz Lima. *Os impactos do Pronaf aos agricultores familiares na Colônia do Apiaú em Mucajaí – RR*. 2015. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Fronteiras) – Universidade Federal de Roraima, Roraima, 2015.

FERREIRA, B.; SILVEIRA, F. G.; GARCIA, R. C. A agricultura familiar e o Pronaf: contexto e perspectivas. In: GASQUES, J. G.; CONCEIÇÃO, J. C. (Orgs.). *Transformações da agricultura e políticas públicas*. Brasília: IPEA, 2001.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. Qual “fortalecimento” da agricultura familiar? Uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 51, n. 1, p. 45-68, 2013.

GRAEUB, Benjamin E. et al. The State of Family Farms in the World. *World Development*, v. 87, p. 1-15, 2016.

GRISA, Catia. *Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias*. 2012. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

GRISA, Catia; FLEXOR, Georges. A construção das políticas para a agricultura familiar no Brasil: entre ideias, interesses e instituições. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 52, 2014, Goiânia. *Anais eletrônicos...* Goiânia: UFG, 2014. Disponível em: <<http://icongresso.itarget.com.br/tra/arquivos/ser.4/1/3645.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2021.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. In: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. (Org.). *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, 2015a, p. 161-200.

GRISA, Catia.; SCHNEIDER, Sergio. Brasil: Dos décadas de políticas públicas para la agricultura familiar. In: SABOURIN, Eric; SAMPER, Mario; SOTOMAYOR, Octavio (Editores). *Políticas públicas y agriculturas familiares en América Latina y el Caribe: nuevas perspectivas*. São José: Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura, 2015b, p. 77-111.

GRISA, Catia; WESZ JUNIOR, Valdemar João; BUCHWEITZ, Vitor Duarte. Revisitando o Pronaf: velhos questionamentos, novas interpretações. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 53, n. 2, p. 323-346, 2014.

GUEDES, Alexandre Augusto Alves; CARVALHO, Daniela Moreira de. Dificuldades e gargalos de acesso ao Pronaf B em Garanhuns – PE. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 13, n. 3, p. 200-222, 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo agropecuário: resultados definitivos 2017*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=73096>. Acesso em: 16 jan. 2020.

LAMARCHE, Hugues (coord.). *A agricultura familiar: comparação internacional*. Vol. I: uma realidade multiforme. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

MEDEIROS, Jenifer Cristine; GRISA, Catia. O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e suas capacidades estatais na promoção do desenvolvimento rural. *Campo-território: revista de geografia agrária*, v. 14, n. 34, p. 6-35, 2019.

PASSINI, João José; SCHNEIDER, Mirian Beatriz. Políticas públicas para o desenvolvimento rural no Brasil: FHC e Lula. *Revista de Desenvolvimento e Políticas Públicas*, v. 4, n. 1, p. 3-20, 2020.

PEREIRA, Eder Lucinda; NASCIMENTO, Jean Santos. Efeitos do Pronaf sobre a produção agrícola familiar dos municípios tocantinenses. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 52, n. 1, p. 139-156, 2014.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo, 1969, v. 1.

SABOURIN, Eric. Origens, evolução e institucionalização da política de agricultura familiar no Brasil. In: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (Org.). *Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017, p. 265-291.

SCHNEIDER, Sergio. A presença e as potencialidades da agricultura familiar na América Latina e no Caribe. *Redes*, v. 21, n. 3, p. 11-33, 2016.

SCHNEIDER, Sergio; CASSOL, Abel. *A agricultura familiar no Brasil*. Rimisp: Santiago, Chile, 2013.

SCHNEIDER, Sergio; CASSOL, Abel. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e implicações para políticas públicas. In: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (Org.). *Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017, p. 84-109.

SCHNEIDER, Sergio; CAZELLA, Ademir Antonio; MATTEI, Lauro. Post Scriptum ao artigo: “Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar”. *Revista Grifos*, v. 30, n. 51, p. 42-67, 2021.

STOFFEL, Janete; RAMBO, Anelise Graciele; EBERHARDT, Patrícia Luiza. Condições de acesso à linha do Pronaf Agroecologia no Território da Cantuquiriguaçu/PR. *Redes*, v. 25, n. 2, p. 809-831, 2020.

TEDESCO, João Carlos. *Agrodiversidade, agroecologia e agricultura familiar: velhas e novas faces de um processo de desenvolvimento na região de Passo Fundo – Pós-anos 90*. Passo Fundo: UPF, 2006.

VEIGA, José Eli da. *O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica*. São Paulo: Edusp, 1991.

WANDERLEY, Maria de Nazareth. Baudel. “Franja Periférica”, “Pobres do Campo”, “Camponeses”: dilemas da inclusão social dos pequenos agricultores familiares. In: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (Org.). *Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017, p. 66-83.

ZELLER, Manfred; SCHIESARI, Carolina. The unequal allocation of Pronaf resources: which factors determine the intensity of the program across Brazil? *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 58, n. 3, p. 1-21, 2020.

¹ Doutoranda em História no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (PPGH/UPF); Bolsista Fundação Universidade de Passo Fundo (FUPF); Membro do Conselho Editorial da Revista Semina (ISSN: 1677-1001). Contato: indaia_lopes@yahoo.com.br.

² Dados públicos e abertos, sem necessidade de autorização para acessá-los.

³ Dados públicos e abertos, sem necessidade de autorização para acessá-los.

⁴ Esta obra foi originalmente publicada em 1992. Neste trabalho foi utilizada outra versão deste estudo, que foi publicada em 2007 e consta nas referências.

⁵ FHC governou o Brasil de 1995 a 2000 e era filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). O governo FHC seguia os preceitos neoliberais, com uma proposta de desenvolvimento endógeno, buscando reduzir a presença e a atuação do Estado.

⁶ A DAP é um documento de identificação do agricultor familiar, pode ser emitida por sindicatos que sejam filiados à Confederação Nacional de Trabalhadores da Agricultura (Contag) e à Confederação Nacional da

Agricultura (CNA) e por empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) e é considerado um importante instrumento de acesso a outras políticas públicas para a agricultura familiar, além do Pronaf.

Das salas de redação à pequena propriedade rural: o caso do imigrante alemão Martin Fischer

Dirceu Adolfo Dirk¹

Introdução

A presença de alemães no Brasil se insere no contexto do processo migratório europeu dos séculos XIX e XX. Segundo as estatísticas, entre 1822 e o final da década de 1960, cerca de 250 mil imigrantes alemães entraram no Brasil, sendo que a maior parte deste contingente populacional dirigiu-se para os estados do sul do país (MAUCH; VASCONCELLOS, 1994). Os alemães assumiram, portanto, as características de emigrantes e de imigrantes, temas que já motivaram ampla pesquisa, discussão e produção. Segundo levantamento realizado por bolsistas PIBIC/CNPq/PUCRS, disponibilizado recentemente, mais de 3.700 artigos, capítulos de livros e livros compõe a bibliografia sobre a imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul².

Um número expressivo de imigrantes alemães dedicou-se às atividades agrícolas e acabaram tornando-se proprietários de terras por ocasião da sua chegada ou posteriormente. Outros exerceram atividades profissionais no meio urbano, tais como artesãos, operários, comerciantes, pequenos industriais, seja pela não adaptação e experiência às condições da vida rural, ou porque já buscaram as cidades quando da sua entrada no país. Mas, também, vieram ao Brasil advogados, engenheiros, jornalistas, médicos, padres, pastores e professores, que compunham o grupo com uma identidade mais intelectual. Muitos atuaram como lideranças entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Mas, independente das atividades desenvolvidas, a participação destes imigrantes no desenvolvimento, especialmente do sul do país, foi extremamente importante. Eram portadores de conhecimentos, habilidades, culturas, valores e estilos de vida, os quais adaptaram e utilizaram frente às novas e diferentes situações. Construíram um novo espaço social entre a preservação de elementos culturais e a inserção na vida brasileira.

O jornalista Martin Robert Richard Fischer esteve no Brasil por duas vezes até fixar-se definitivamente, em 1937. Nesse texto busca-se elucidar, a partir de pesquisa em documentos pessoais, correspondências e relatórios, os motivos que o levaram a abandonar as salas de redação da Agência Noticiosa Alemã (DNB), em Buenos Aires, para se tornar um pequeno colono plantador de cana-de-açúcar e milho em Iraí, no norte do Rio Grande do Sul, em meados da década de 1930. Aspectos históricos foram buscados em livro de sua autoria; e estabelece-se um diálogo sobre imigração, intelectualidade e pequena propriedade rural.

Da Alemanha à Iraí

Martin Fischer se insere no processo migratório pós-Primeira Guerra Mundial. Natural da Prússia Oriental (1887) graduou-se em Direito e Ciência Política. Como oficial de reserva, lutou no *front* russo durante o conflito mundial, onde acabou gravemente ferido. Afastado das atividades militares aproveitou a oportunidade para doutorar-se em Direito pela Universidade de Königsberg. Conforme sua autobiografia, o resultado da guerra não significou apenas o colapso material, mas um grave conflito emocional e a destruição dos ideais decorrentes de sua formação (FISCHER, 1964). Por isso, em 1921, tomou a decisão de emigrar para o Brasil.

Aconselhado pela família de amigos, que o hospedou por alguns meses no Rio de Janeiro, acabou mudando-se para Pelotas, no Rio Grande do Sul, porque “era impossível desenvolver alguma coisa no Rio de Janeiro com a então prevalente animosidade contra os alemães” (FISCHER, 1964, p. 1). Inicialmente trabalhou como professor em uma pequena colônia alemã, na zona rural, mas, como produzia ensaios e realizava traduções para alguns jornais do Estado, a Editora Rotermund & Cia., de São Leopoldo, lhe ofereceu oportunidade de trabalho no *Deutsche Post* (Correio Alemão), publicado pela mesma. Segundo Fischer, “aceitei a oferta depois que a editora aceitou minha única condição, de que eu assumisse a redação do jornal” (1964, p. 2). Foi o redator-chefe do jornal entre os anos de 1924 e 1928. Divergências religiosas entre os proprietários luteranos do *Deutsche Post* e jornais católicos, aliadas a questões políticas, durante a década de 1920, fizeram com que o jornal sofresse vários atentados. O mais grave ocorreu em 28 de setembro de 1928,

quando se deu o empastelamento do parque gráfico e o conseqüente encerramento das atividades (GERTZ, 2002). De acordo com Martin Fischer, apesar de algumas propostas de trabalho, em Porto Alegre, decidiu não mais ficar no Brasil.

De volta à Alemanha, Martin Fischer trabalhou como escritor *freelancer* e, em 1930, a agência de notícias *Wolfs Telegraphisches Buero* (WTB), de Berlim, o contratou para compor a equipe de redação política. Também, o conselho da Companhia para Estudos Econômicos no Exterior o indicou para trabalhar no processo de criação da Colônia *Roland* (atual Rolândia) no Estado do Paraná (FISCHER, 1964, p. 2). Em abril de 1933, retorna ao Brasil, desta vez a convite do governo brasileiro para participar de uma comissão de estudos para o assentamento de imigrantes alemães na região do Alto Uruguai catarinense.

Estabeleceu-se – juntamente com a esposa Charlotte Wollermann – no distrito de Passarinhos (hoje pertencente ao município de Palmitos), no sul do Estado de Santa Catarina, às margens do rio Uruguai. Além das atividades na comissão de estudos, foi incumbido pelo Ministério das Relações Exteriores da Alemanha para acompanhar e relatar as condições das nascentes comunidades de imigrantes já instalados na região. Essas atribuições permitiram a Martin Fischer historiar e publicar trabalhos sobre esses imigrantes. Também, por pouco tempo, foi colaborador da Companhia Territorial Sul Brasil (CTSB)³ (FISCHER, 1964).

Em fins de 1934, atendeu ao convite da agência estatal de notícias *Deutsches Nachrichten Buero* (DNB), de Berlim, para assumir a gestão do seu escritório em Buenos Aires, então, transferiu-se para a capital argentina. Relatou em uma correspondência ao jornalista Hans Bayer, residente no Rio de Janeiro, que sempre trabalhou com autonomia e seriedade, porém, os graves ferimentos de guerra lhe afetaram muito no decorrer dos anos e que o trabalho criterioso e difícil em Buenos contribuiu para a precarização de seu estado de saúde. Segundo ele, “tinha dias em que eu simplesmente não conseguia mais; mas cumpri meu dever ao máximo e teria permanecido em meu posto até o fim, como convém a um velho soldado” (FISCHER, 03 jan. 1939).

Filiado ao Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP/Partido Nazista), Martin Fischer passou a sofrer pressão para que fizesse o *Führereid* (Juramento

de Hitler), um juramento de lealdade que deveria ser prestado por todos os oficiais e soldados das forças armadas, bem como por todos os funcionários públicos e de estatais da Alemanha Nazista. Caso não pudesse ser realizado na presença do *führer* Adolf Hitler, deveria ser feito aos líderes nomeadas pelo próprio (FISCHER, 03 jan. 1939). Em Buenos Aires, os funcionários do DNB e da Embaixada Alemã deveriam jurar por Willy Köhn, um importante chefe do NSDAP e comissário estrangeiro do partido para os países sul-americanos. No entanto, Fischer tinha sérias divergências com Köhn, inclusive existia a possibilidade da abertura de um inquérito disciplinar em decorrência das discussões e brigas entre os dois. Para Fischer ele não passava de um canalha, covarde, dissimulado e sem consideração, um sujeito da pior espécie. Conforme relatou, na mesma carta enviada ao seu colega jornalista:

Eu prestar juramento por Köhn? Escrevi a Berndt⁴ e informei-o de que, se eu tivesse que prestar o juramento por Köhn, renunciaria ao partido. Berndt respondeu que eu seria demitido do DNB, sem aviso prévio, se não fizesse o juramento [...] Devo abrir mão de minha liberdade interior por quaisquer benefícios materiais? [...] Tirei minhas conclusões sobre o assunto, pedi demissão do DNB e anunciei minha saída do partido [...] Antes de me permitir ser forçado a fazer algo que não posso justificar em minha consciência, prefiro ser um lavador de pratos (FISCHER, 03 jan. 1939).

Não tendo mais nada o que fazer em Buenos Aires Martin Fischer e Charlotte Wollermann olharam novamente para o Brasil, principalmente para o local que já conheciam: a região de fronteira entre o norte do Rio Grande do Sul e o sul de Santa Catarina. Segundo Fischer,

Voltei, pela terceira vez, ao Brasil, no mês de janeiro de 1937, refugiando-me das perseguições dos meus próprios conterrâneos nazistas em Iraí, onde, numa pequena chácara e levando a vida de um colono humilde, esperei o fim da Segunda Guerra Mundial (FISCHER, 1961, p. 2).

A ocupação da região de Iraí por outras populações – os primeiros foram os indígenas Kaingang – deu-se no final do século XIX, durante a Revolução Federalista (1893-1895). Muitos dos partidários do movimento federalista, moradores de Cruz Alta, sentindo-se ameaçados pela ação das autoridades públicas e das forças militares do

Governo, preferiram pôr-se em segurança, refugiando-se nas matas às margens do rio Uruguai. A caça e a pesca tornaram-se os principais meios de sobrevivência e, em uma de suas incursões encontraram, às margens do rio do Mel, um afluente do rio Uruguai, um pântano com várias fontes de águas quentes que emergiam do solo com grande força. Estavam descobertas a fontes termais de Iraí (FISCHER, 1954).

Com o fim da Revolução, a maioria das pessoas retornou a Cruz Alta, mas algumas permaneceram na região. Estas difundiram a existência das águas termais e teve início, então, uma sistemática ocupação da região por colonizadores. Segundo Fischer,

[...] a fama da fonte termal se alastrou, de modo que o Governo do Estado lhe prestou atenção e, em 1914 – vinte anos após sua descoberta –, resolveu providenciar a exploração racional desta riqueza da região [...] O Governo Estadual organizou em Palmeira das Missões a Comissão de Terras e Colonização, sob a direção do Dr. Frederico Westphalen. Este, em 1917, mandou a região, como primeiro administrador, o Dr. Antônio Vilanova que, de imediato, começou a construção de uma rodovia que deveria ligar as Águas do Mel⁵, via Palmeira das Missões, com a Estação Ferroviária de Santa Bárbara. Verdade é que os trabalhos de construção eram lentos – duraram ao todo uns doze anos – até, finalmente, serem concluídos. A esta altura chegaram os primeiros pioneiros, a fim de fixar-se na região que o Governo agora pretendia abrir à colonização (FISCHER, 1954, p. 21-22).

Diversas levas populacionais chegaram à região, com o predomínio das de origem italiana, seguidas de alemães, poloneses, russos e luso-brasileiros. Em 1920, o nome Irahya passou a ser usado para designar o 2º Distrito de Palmeiras das Missões que, em 1933, através de um decreto estadual foi desmembrado, constituindo-se em município (PREFEITURA MUNICIPAL DE IRAÍ, c.2017). Três anos após a emancipação político-administrativa, Martin Fischer e a esposa chegaram a Iraí, um município com cerca de dois mil habitantes (FISCHER, 1954).

Imigrante, refugiado, intelectual

A questão inicial a ser levantada é se Martin Fischer deve ser enquadrado como um imigrante ou como um refugiado. Ou como ambos. Por isso, descartam-se as duas primeiras vezes que esteve no Brasil – passagens de curta duração – e faz-se a relação desses conceitos à vinda definitiva, em 1937.

Para Regina Weber, “a imigração é um tema universal, pois, seja qual for o período histórico que estivermos enfocando, sempre constataremos habitantes de um lugar movendo-se para outro” (2006, p. 236). Quase sempre a existência de comunidades de imigrantes já instalados em determinado país, região ou localidade facilita a vinda de novos imigrantes. Estas “redes sociais” facilitam aos que chegam as instalações iniciais, a inserção no mundo do trabalho e a adaptação cultural (NETO & FERREIRA, 2005). Mas, nem todos os processos de imigração resultaram em colonização, como exemplo, os deslocamentos forçados de populações, como a escravidão, e a fixação de emigrantes em espaços urbanos (WEBER, 2006).

A imigração alemã – dentre outras etnias – insere-se na dinâmica dos fluxos migratórios dos séculos XIX e XX, que teve como base a reocupação territorial, a substituição da mão-de-obra escrava e a produção de gêneros agrícolas primários. Neste processo, os alemães e seus descendentes constituíram um espaço de colonização nos três estados do Sul do Brasil, através da fundação de inúmeras colônias nos vales dos rios dos Sinos, do Jacuí, Taquari e Caí, no Rio Grande do Sul, e Itajaí, em Santa Catarina. Posteriormente, nas regiões florestais do noroeste e norte do Rio Grande do Sul, no oeste de Santa Catarina e no planalto paranaense (LANDO & BARROS, 1980; CUNHA, 1995, 1998).

Segundo René Gertz (2015), os imigrantes alemães contribuíram de forma significativa para o desenvolvimento da propriedade agrícola familiar e de uma produção cultural independente através de suas igrejas, escolas e jornais. E, para Giralda Seyferth, os imigrantes e seus descendentes,

guardam sempre alguma forma de identificação étnica, por mais que os laços com seus países de origem estejam diluídos. Assim, os fenômenos chamados pelos especialistas de “absorção”, “assimilação” e “aculturação” não impedem a persistência do componente étnico da identidade social dos descendentes de imigrantes, por mais que estes estejam integrados à nova sociedade (1990, p. 79).

Na análise de Jean Roche (1969), os descendentes de alemães, no território brasileiro, foram distribuídos de forma semelhante a outros grupos étnicos provenientes da Europa. Portanto, inseriram-se no tecido social brasileiro. Mas, desde o início alcançaram

níveis médios mais elevados de renda e de formação escolar, na comparação com os indígenas, com descendentes de escravos e com os caboclos.

Para Becker (1997) o imigrante precisa ser visto por dois paradigmas: o objetivo e o subjetivo. O paradigma objetivo relaciona os fluxos migratórios com o fator estrutural, ou seja, à impossibilidade de ascensão social no país de origem e a possibilidade de melhorias no padrão de vida no país de destino. Por outro lado, o paradigma subjetivo não está relacionado às questões econômicas, mas, há outros motivos relacionados à trajetória pessoal e ao modo como o migrante se articula com o movimento dos lugares e sua prática efetiva em relação à sociedade em que está inserido.

Mas, é necessário trazer para esse texto, também, o conceito de imigrante refugiado. Trata-se de um novo imigrante – diferente do tipo tradicional, que pode retornar independente da conjuntura pelo qual seu país de origem está passando –, que se vê obrigado a imigrar, na maioria das vezes em um contexto conflituoso, nem sempre tendo as condições de voltar para o mesmo lugar de onde saiu.

Segundo o Dicionário Contemporâneo Aulete (2011), refugiado é todo aquele que se refugiou e refugiar-se é retirar-se para um lugar seguro; proteger-se a si mesmo. De acordo com o Dicionário de Ciências Sociais (1986), da Fundação Getúlio Vargas, refugiado é uma pessoa, ou um grupo de pessoas, que deixa seu país fugindo de violência, conflitos ou violações dos direitos humanos. Essa pessoa, ou grupo, é obrigado a deixar sua casa, rompendo laços culturais, familiares e sociais. Para o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur)⁶, são pessoas que estão fora de seus países de origem por fundados temores de perseguição, conflito, violência ou outras circunstâncias que perturbam seriamente a ordem pública e que necessitam de “proteção internacional”. É evidente que a agência da ONU trabalha com uma definição contemporânea, em razão dos conflitos nacionais existentes em várias partes do mundo e o drama pelo qual passam os refugiados.

Deixar Buenos Aires, capital da República Argentina, após se desligar do cargo de diretor de uma agência estatal de notícias e buscar sobrevivência em um lugar desconhecido, o recém-criado município de Iraí, no norte do Rio Grande do Sul, exigem fortes razões. Pelo estudo das fontes, é possível identificar dois cenários. O primeiro está na

auto declaração de Martin Fischer de que escolheu Iraí como forma de refugiar-se das perseguições de seus próprios conterrâneos (FISCHER, 1961, p. 2). Então, ele estava tentando proteger-se a si e, também, a sua esposa. Mas, ele não estava fugindo de violência ou de violação de direitos humanos. Talvez estivesse tentando se prevenir deles. No documento intitulado “Relatório sobre Antonio Pauly”, Martin Fischer trouxe a seguinte informação:

[...] depois das minhas intrigas pessoais com o Partido Nazista em Buenos Aires e diante da minha recusa em realizar o juramento de Hitler, resolvi, meio obrigado, a deixar o meu emprego de diretor do escritório portenho do DNB e abandonar a Argentina (15 fev. 1944, p. 2).

Portanto, talvez houvesse riscos e implicações em permanecer em Buenos Aires, caso a decisão de transferir-se não fosse tomada. O segundo cenário, trata da chegada de Martin Fischer e da esposa em Iraí, localidade já conhecida pelos dois. Ele assim descreve:

No dia 3 de janeiro de 1937 abandonava Buenos Aires, chegando no dia 7 de janeiro em Iraí, lugar que já conhecia antes e do qual gostava tanto devido à bela e pitoresca paisagem às margens do rio Uruguai. A conselho do Sr. Carlos Culmey, antigo diretor-gerente da Cia. Territorial Sul Brasil, companhia colonizadora com sede em Passarinhos, povoação do lado catarinense do rio Uruguai, resolvi estabelecer-me numa colônia no primeiro distrito do município de Iraí, bem como na costa do rio Uruguai. Dediquei-me à cultura da cana-de-açúcar, através de uma sociedade com o vizinho Roberto K. Dreher, fabricante de produtos derivados da cana, como açúcar natural, rapadura, etc (FISCHER, 15 fev. 1944, p. 2).

É possível enquadrá-lo como um imigrante e colonizador, pois, com recursos próprios conseguiu comprar um lote de terra – a *Kolonie* – distante três quilômetros ao norte da sede do município e a 600 metros do rio Uruguai. Mas ele não era um agricultor. Suas inclinações funcionais estiveram, até então, voltadas para a área intelectual. Mas, diante da situação teve que buscar formas de sobrevivência e alternativas para melhorar seu padrão de vida através do exercício de atividades pertinentes à realidade em que estava inserido. Ele tinha como objetivo maior cultivar cana-de-açúcar e produzir aguardente. Formalizou, então, uma sociedade com dois amigos, para a aquisição dos equipamentos necessários. A produção de aguardente iniciou em 1938, quando foi registrada a marca

Tatu (FISCHER, 24 out. 1939). As ações de Martin Fischer como administrador de uma pequena empresa agrícola e industrial poderiam ter alcançado sucesso, caso a escolha de seus sócios tivesse dado certo. No entanto, uma série de atritos pessoais e funcionais levou a dissolução da sociedade. Em 1941 ele enviou um requerimento à Coletoria Federal de Palmeira das Missões solicitando sua exclusão como fabricante e comerciante de aguardente (FISCHER, 01 fev. 1941). Martin Fischer manteve-se no mundo rural, por quase quinze anos, não mais como um pequeno agroindustrial, mas como ele próprio se apresentou em seu *Curriculum Vitae* – como um “pequeno colono” (FISCHER, 1961).

Em Iraí vivenciou diferentes situações e experiências. Na década de 1940 buscou inspiração e, por meio de uma ampla pesquisa, escreveu o livro *Iraí: Cidade Saúde*. Mas, também foi preso com base em denúncias falsas – feitas pelo ex-sócio – de que pertencia a quinta coluna e de que era um espião nazista⁷. As denúncias não encontraram fundamento e logo teve sua liberdade restituída (FISCHER, 15 fev. 1944).

Por fim, é imprescindível enfatizar a identidade intelectual de Martin Fischer. Segundo Viana (2013; 2017), os intelectuais são produtos das universidades, cuja atividade intelectual – produção acadêmica e discurso – resultam num modo de vida específico, que permite situá-los diante da sociedade. Norberto Bobbio (1997) entende a amplitude da expressão “intelectual”, pela heterogeneidade de opiniões, de posicionamentos políticos, de atividades profissionais e de comportamentos diante dos problemas e temas da sociedade. Os intelectuais, ao lado do poder econômico, político ou militar, foram os responsáveis pela produção e transmissão de ideias, visões de mundo, ensinamentos práticos, mediante o uso da palavra.

Martin Fischer concluiu seus estudos superiores na área do Direito, portanto, é um produto da universidade. Mas não ficou no meio acadêmico e também não fez carreira no Direito. Acabou desenvolvendo atividades jornalísticas. Durante os anos em que permaneceu em Iraí, concomitante às atividades agrícolas, colaborou com vários jornais do Brasil, da Argentina e da Europa (FISCHER, 1961). Em fins de 1947, iniciou negociações com Ulrich Löw, proprietário da Empresa Jornalística Correio Serrano, em Ijuí, no Rio Grande do Sul, para a reedição o *Die Serra Post Kalender*. Já no ano seguinte assumiu a

composição literária do mesmo. Martin Fischer pode assim refletir como intelectual e produzir artigos históricos, políticos, econômicos, religiosos e culturais.

Nos anos em que viveu na área rural de Iraí, Fischer também trocou muitas correspondências⁸. A pesquisa catalogou 208 cartas enviadas e 85 cartas recebidas, neste período. Martin Fischer enviou cartas para 59 destinatários diferentes, residentes em várias cidades do Brasil e no exterior (Alemanha, Argentina, Dinamarca e Estados Unidos). Recebeu cartas de 34 remetentes, vindas, também de várias localidades do Brasil e do exterior (Alemanha, Argentina, Cidade do Vaticano/Roma/Itália, Portugal, Inglaterra e Polônia).

É possível apropriar-se das correspondências como fontes para a compreensão da complexidade do processo migratório, pois aquele que escreve sempre o faz intencionalmente, dentro de um determinado contexto histórico. As cartas ou correspondências, segundo Orest Ranun (1997) instauram-se no campo da memória como um objeto-lembrança e fazem parte de um tipo de documentação usualmente classificada como pessoal, privada e íntima. Trata-se de um objeto material que pode conter a descrição dos fenômenos da vida cotidiana e o que se passa na “alma e no corpo” da pessoa que escreve. Na concepção de Galvão & Gotlib (2000), a carta situa-se nas fronteiras do documento e da ficção, da literatura e da história, mas é, por primazia, o espaço do registro. Dauphin & Poublan reconhecem as cartas como objeto de pesquisa acadêmica e afirmam que “[...] na historiografia, as cartas ocupam, tradicionalmente, o status de documento” (2002, p. 75). E, para Ginzburg “[...] a permanência da carta diante da efemeridade das vidas e ações humanas fez com que o texto epistolar deixe de ser apenas um elemento presente e passe a representar, também, um fragmento do passado” (2007, p. 10).

De fato, os assuntos das correspondências de Martin Fischer com seus interlocutores são representações de uma realidade. Os temas trazem informações diversas e uma interpretação pessoal sobre o trabalho, a família, os homens, as relações sociais, a cultura, a religião, etc. O que Martin Fischer pensava, encontra-se registrado, em parte, neste acervo de correspondências emitidas e recebidas.

Por fim, ainda em Iraí, Martin Fischer pacientemente coletou objetos indígenas da cultura Kaingang. Nos anos 1960, esse acervo de objetos foi doado ao Museu

Antropológico Diretor Pestana (MADP), do qual Fischer foi um dos fundadores e o primeiro diretor. Também, acabou construindo uma posição de destaque na comunidade, pois as autoridades locais lhe confiaram tarefas de inspeção e fiscalização na área educacional e de desenvolvimento urbano. E, sem dúvida, a maior contribuição de Martin Fischer, que evidenciou sua inclinação intelectual, foi à ampla pesquisa histórica, etnográfica, política e estatística, que resultou na publicação do livro sobre Iraí, um dos primeiros livros sobre o município.

Considerações finais

O tema abordado nesse texto é resultado de pesquisa documental em fontes primárias ainda não tratadas analiticamente. A quase totalidade dos documentos – autobiografias e correspondências enviadas e recebidas – foi redigida em língua alemã sem tradução para o português. Buscou-se enquadrar o pesquisado como refugiado e como imigrante, conforme se autodenominou em vários documentos.

Após desligar-se do Partido Nacional-Socialista Alemão (Partido Nazista), em Buenos Aires, na Argentina, e, conseqüentemente da direção do *Deutsches Nachrichten Buero* (DNB) passou a temer perseguições, por isso, escolheu morar na área rural do recém-criado município de Iraí. Tornou-se, então, um imigrante agricultor a partir do momento que adquiriu uma pequena propriedade. Foi produtor de cana-de-açúcar e sua fábrica de aguardente desempenhou o papel de uma empresa agrícola capitalista. No entanto, ele não estava vinculado organicamente ao mundo rural, porque fazia parte de outro grupo, detentor de habilidades intelectuais, como confirmam suas atividades anteriores: advogado estagiário, bancário, diretor de empresa industrial, professor de alemão, redator de jornal, chefe de redação, integrante de comissão de estudos sobre imigração e diretor de agência noticiosa.

Uma questão interessante em meio a tudo isso diz respeito à adaptação ao novo, ou seja, a mudança do modo de vida urbano para o rural, das atividades intelectuais para as agrícolas, do conforto para as adversidades, do convívio social para o isolamento, aparentemente sem grandes conflitos. Como exemplo, aceitar condições mais rústicas de vida e o desapego quanto ao morar em uma pequena casa de madeira cujos móveis foram

montados com caixas de querosene, informação que aparece em uma de suas correspondências.

Nesse texto, está identificado o imigrante agricultor, mas, também o intelectual politizado, particularidade desenvolvida por Martin Fischer por meio da colaboração com jornais do Brasil e do exterior; de ações na comunidade em que viveu; da escrita do livro, referência para quem quer conhecer a história de Iraí; e, do interesse em coletar e catalogar peças da cultura Kaingang. Merece destaque, também, sua habilidade organizativa e de preservação histórica. Ao utilizar o recurso da correspondência para se comunicar com amigos e familiares, procurou guardar as que recebia; por sua vez, aquelas que enviava datilografava em duas vias, de modo a preservar uma cópia. O estudo das cartas permite conhecer melhor o pesquisado, o contexto histórico em que estava envolvido e as relações sociais estabelecidas com seus interlocutores.

Por fim, pouco se sabe sobre a vida de Martin Fischer, por outros escritores. Mas, de acordo com suas autobiografias, em 1951 transferiu residência para Ijuí, onde trabalhou como escritor livre e independente, na Empresa Jornalística Correio Serrano. Mais tarde dirigiu A Hora Alemã, na Emissora Rádio Repórter. E, ainda por muitos anos, colaborou com jornais e revistas do país e do exterior, publicando artigos econômicos, políticos, jurídicos e culturais. Dedicou-se particularmente ao serviço de intercâmbio cultural entre o Brasil e os países de língua alemã na Europa: Alemanha, Áustria e Suíça.

Em 1984, cinco anos após sua morte, a esposa Charlotte Wollermann doou ao Museu Antropológico Diretor Pestana (MADP) seu acervo pessoal, composto por 7.746 documentos. São recortes de artigos de jornais, documentos pessoais, textos, cadernos de poesias, palestras, relatórios, material didático e suas correspondências expedidas e recebidas.

Referências

AULETE, Caldas. *Novíssimo Aulete*: dicionário contemporâneo da língua portuguesa [organizador Paulo Geiger]. Rio de Janeiro: Lexikon, 2011.

BECKER, Olga Maria Schild. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo C. da C.; CORRÊA, R. (orgs.). *Explorações geográficas*: percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder*: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: UNESP, 1997.

CUNHA, Jorge L. da. *Rio Grande do Sul und die deutsche Kolonisation*. Santa Cruz do Sul: Gráfica Léo Quatke da UNISC, 1995, p. 208-232.

CUNHA, Jorge L. da. Historiografia recente sobre a emigração alemã para o Brasil. In: *Fronteiras*: revista de História, Florianópolis, n. 6, 1998, p. 14-48.

DAUPHIN, Cécile; POUBLAN, Daniele. Maneiras de escrever, maneiras de viver: cartas familiares no século XIX. In: BASTOS Maria; CUNHA Maria; MIGNOT Ana (orgs.). *Destinos das Letras*: história, educação e escrita epistolar. Passo Fundo: UPF, 2002. p. 75-87.

FISCHER, Martin. *Correspondência enviada ao Ministro do Reich Erich Koch-Weser*. Passarinhos: 3 nov. 1934. MADP, AI 0.6.4, pasta 4, doc. 17 (Coleção Martin Fischer).

FISCHER, Martin. *Correspondência enviada a Hans Bayer*. Iraí: 3 jan. 1939. MADP, AI 0.6.4., pasta 5, doc. 21 (Acervo Martin Fischer).

FISCHER, Martin. *Correspondência enviada a Onkel Christian*. Iraí: 24 out. 1939. MADP, AI 0.6.4. pasta 5, doc. 46 (Coleção Martin Fischer).

FISCHER, Martin. *Correspondência enviada ao Exmo. Sr. Coletor Federal*. Iraí: 01 fev. 1941. MADP, AI 0.6.4, pasta 5, doc. 93 (Coleção Martin Fischer).

FISCHER, Martin. *Relatório sobre Antonio Pauly*: engenheiro, morador de Iraí. Porto Alegre: 15 fev. 1944. CF 0.6.4., pasta 40, doc. 37 (Coleção Martin Fischer).

FISCHER, Martin. *Iraí*: Cidade Saúde. Ijuí: Progresso, 1954.

FISCHER, Martin. *Curriculum Vitae* / Autobiografia. Ijuí: 1961. MADP, AI 0.6.4, pasta 3, doc. 19 (Coleção Martin Fischer).

FISCHER, Martin. *Curriculum Vitae* / Autobiografia. Ijuí: 1964. MADP, AI 0.6.4, pasta 3, doc. 20 (Coleção Martin Fischer).

GALVÃO, Walnice; GOTLIB, Nádia. (Orgs.). *Prezado senhor, prezada senhora*: estudos sobre cartas. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GERTZ, René E. *O aviador e o carroceiro*: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. (Coleção História; 50).

GERTZ, René E. Descendentes de alemães no Rio Grande do Sul após a Segunda Guerra Mundial. *XXVIII Simpósio Nacional de História*. Lugares dos Historiadores: Velhos e Novos Desafios. Florianópolis, 2015. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1433352435_arquivo_ReneGertz.pdf. Acesso em: 10 Ago. 2019.

GINZBURG, Carlos. *O fio e os rastros*: verdadeiro, falso, fictício. Tradução de Rosa Freire; Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LANDO, Aldair M.; BARROS, Eliane C. Capitalismo e Colonização – Os Alemães no Rio Grande do Sul. In: *RS: Imigração e Colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (orgs.). *Os Alemães no Sul do Brasil*: Cultura, etnicidade e história. Canoas: Ed. Ulbra, 1994

NETO, Helion P.; FERREIRA, Ademir P. (orgs.). *Cruzando fronteiras disciplinares*: um panorama dos estudos migratórios. Rio de Janeiro: Revan, 2005).

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRAÍ. *Conheça Iraí*: História. Administração 2017-2020. Disponível em: <http://www.irai.rs.gov.br/historia/>. Acesso em 21 ago. 2019.

RANUM, Orest. Os refúgios da intimidade. In: ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger (orgs.). *História da vida privada*. Da Renascença ao século das Luzes. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.

SEYFERTH, Giralda. *Imigração e Cultura no Brasil*. Brasília: UnB, 1990.

SILVA, Benedicto. *Dicionário de Ciências Sociais*. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: FGV, 1986.

VIANA, Nildo. Intelectualidade e Instituições. In: SILVA, J. et al (orgs.) *Classes, Estado e Sindicalismo*. São Carlos, SP: Pedro e João editores, 2013.

VIANA, Nildo. *O problema da identificação da postura intelectual*. Disponível em: <http://sociologiadointelectuais.blogspot.com/2017/02/o-problema-da-identificacao-da-postura.html>. Acesso em: 4 jun. 2018.

WEBER, Regina. Imigração e identidade étnica: temáticas historiográficas e conceituações. In: *Dimensões*: revista de História da UFES, Vitória, n. 18, 2006, p. 236-250.

¹ Doutorando em História pela Universidade de Passo Fundo – UPF. E-mail: dirceudirck@yahoo.com.br.

² Levantamento coordenado por René E. Gertz, ex-professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

³ A CTSB negociava terras (colônias) localizadas no lado catarinense do rio Uruguai, entre os afluentes Chapecó e Antas; numa extensão de 70 km para o norte.

⁴ Alfred-Ingemar Berndt (1905-1945) foi jornalista e escritor. Em 1933 se tornou editor-chefe do DNB/Berlim e em 1936 foi nomeado chefe do Departamento de Imprensa do Ministério da Propaganda do III Reich.

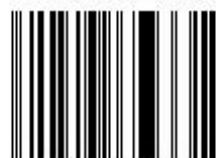
⁵ Além de Águas do Mel, a área que compreende o atual município de Iraí, foi também chamada de Fontes do Barreiro do Mel, Cruzeiro do Sul e Irahy.

⁶ Disponível em: https://nacoesunidas.org_agencia_acnur/. Acesso em: 23 mar. 2021.

⁷ Quinta-coluna é uma expressão usada para se referir a grupos clandestinos que atuam, dentro de um país ou região prestes a entrar em guerra (ou já em guerra) com outro, ajudando o inimigo, espionando e fazendo propaganda subversiva. Por extensão, é todo aquele que atua dentro de um grupo, praticando ação subversiva ou traiçoeira, em favor de um grupo rival. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/q/quinta_coluna.htm. Acesso em: 23 mar. 2021. No caso de Martin Fischer, ele foi acusado de estar espionando e fazendo propaganda para o Partido Nazista, o qual possuía células espalhadas pelo território brasileiro.

⁸ Disponíveis no Museu Antropológico Diretor Pestana (MADP) – Ijuí, Rio Grande do Sul.

ISBN 978-85-61646-06-6



9788561646066